

TEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DA SOCIEDADE, SEUS ASPECTOS E REALIDADES

Volume 2 - 2022

Resiane Silveira (Org.)



EDITORA
UNION

TEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DA SOCIEDADE, SEUS ASPECTOS E REALIDADES

Volume 2 - 2022

Resiane Silveira (Org.)



EDITORA
UNION

© 2022 – Editora Union

www.editoraunion.com.br

editoraunion@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Union

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Resiane Paula da
Temáticas Contemporâneas da Sociedade, seus Aspectos e
Realidades - Volume 2 / Resiane Paula Silveira (organizadora). –
Formiga (MG): Editora Union, 2022. 122 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-84885-04-2

DOI: 10.5281/zenodo.6812482

1. Sociedade. 2. Temáticas Contemporâneas. 3. Aspectos Sociais.
4. Realidades e Transformações. I. Silveira, Resiane Paula. II. Título.

CDD: 303.4

CDU: 301

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Union
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraunion.com.br
editoraunion@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraunion.com.br/2022/07/tematicas-contemporaneas-da-sociedade.html>



AUTORES

AKALINY ARAÚJO MARTINS DA SILVA
AMANDA RAFAELA DOS REIS
ANTONIO JORGE FERNANDES
CAROLINE DE MOURA GUILHERME
CHRYSTINE PEREIRA DA SILVA
CLÉDISSA RAMONE FERNANDES DE OLIVEIRA GURGEL
DAYANE JHENNYFER ANDRADE MUNHOZ
GISELE ÁVILA SOARES MARQUES
IONARA DANTAS ESTEVAM
ISMAEL HIGOR CARDOSO DUARTE
JULIANA BIANCA MAIA FRANCO
NILTON SOARES FORMIGA
REBECA DE SOUZA VIEIRA
RICARDO OVÍDIO DE OLIVEIRA LIMA
ROSILENE MARCHESINI DA SILVA SOUZA
TAMARA DE CASTRO RIBEIRO
THALITA KELLE PIRES BESERRA
VINICIUS MONTEIRO DE BARROS WHEBE SALUM

Apresentação

A sociedade contemporânea resulta das mudanças ocorridas ao longo de séculos e aceleradas nos últimos tempos pelo progresso científico e tecnológico e avançado estado de globalização. As dimensões econômicas e sociais, o trabalho, a condição da mulher na sociedade, as relações sociais as questões sanitárias, impensáveis face ao desenvolvimento econômico nas sociedades ocidentais, provocaram mudanças na saúde dos cidadãos, e nos modos de vida em geral.

Mutações rebatem sobre a política e os governos, afetam as populações na sua vida cotidiana, com rebate especial nas profissões da saúde, da educação e da intervenção social. Instituições tradicionais como a família e o trabalho, o urbanismo e ambiente, e o lugar da mulher devem por isso ser analisadas segundo uma visão macro que permita entender os fenômenos na perspectiva global, e micro que sustente e enquadre a dimensão local, institucional e individual.

A obra pretende ser uma fonte de inspiração para outros professores, além de ser uma ferramenta capaz de motivar novas práticas e a inserção de elementos inovadores na sala de aula.

Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos de diferentes áreas, contabilizando contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização de muitas metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

<p>Capítulo 1 COMPRAR É BOM DEMAIS!!! CORRELATOS ENTRE A DEPENDÊNCIA EM COMPRAS E O BEM-ESTAR SUBJETIVO EM CONSUMIDORES NA CIDADE DE NATAL – RN <i>Ricardo Ovídio de Oliveira Lima; Nilton Soares Formiga; Juliana Bianca Maia Franco; Clédissa Ramone Fernandes de Oliveira Gurgel; Akaliny Araújo Martins da Silva; Chrystine Pereira da Silva; Gisele Ávila Soares Marques; Caroline de Moura Guilherme</i></p>	8
<p>Capítulo 2 AUTOR E VÍTIMA DE ESTUPRO: REFLEXÕES NO CONTEXTO DA CRIMINOLOGIA <i>Rosilene Marchesini da Silva Souza; Amanda Rafaela dos Reis; Dayane Jhennyfer Andrade Munhoz</i></p>	34
<p>Capítulo 3 A DIFERENÇA MASCARADA NO AMBIENTE DE TRABALHO: CORRELATOS ENTRE AS TEORIAS IMPLÍCITAS DA PERSONALIDADE E SEXISMO AMBIVALENTE EM CIVIS E MILITARES BRASILEIROS <i>Tamara de Castro Ribeiro; Nilton Soares Formiga; Vinicius Monteiro de Barros Whebe Salum</i></p>	45
<p>Capítulo 4 VALORAÇÃO E VÍNCULO LABORAL ÀS RELAÇÕES INTERPESSOAIS CORPORATIVAS NO AMBIENTE DE TRABALHO: CORRELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DO SUPORTE ORGANIZACIONAL E O CAPITAL SOCIAL ORGANIZACIONAL NO TEMPO DE PANDEMIA <i>Thalita Kelle Pires Beserra; Nilton Soares Formiga; Ricardo Ovídio de Oliveira Lima; Antonio Jorge Fernandes; Juliana Bianca Maia Franco; Ionara Dantas Estevam</i></p>	78
<p>Capítulo 5 TATUAGENS QUE CURAM E RESSIGNIFICAM: O CORPO COMO TELA DA EXISTÊNCIA <i>Ismael Higor Cardoso Duarte; Rebeca de Souza Vieira</i></p>	102
<p>AUTORES</p>	120

Capítulo 1

COMPRAR É BOM DEMAIS!!! CORRELATOS ENTRE A DEPENDÊNCIA EM COMPRAS E O BEM-ESTAR SUBJETIVO EM CONSUMIDORES NA CIDADE DE NATAL – RN

Ricardo Ovídio de Oliveira Lima

Nilton Soares Formiga

Juliana Bianca Maia Franco

Clédissa Ramone Fernandes de Oliveira Gurgel

Akaliny Araújo Martins da Silva

Chrystine Pereira da Silva

Gisele Ávila Soares Marques

Caroline de Moura Guilherme

**COMPRAR É BOM DEMAIS!!! CORRELATOS ENTRE A DEPENDÊNCIA EM
COMPRAS E O BEM-ESTAR SUBJETIVO EM CONSUMIDORES NA CIDADE
DE NATAL – RN**

Ricardo Ovídio de Oliveira Lima

*Mestre em Psicologia Organizacional do Trabalho pela
Universidade Potiguar/ Ecosystemas Ânima*

Nilton Soares Formiga

*Doutor em Psicologia Social UFPB
Pós-doutor em Psicologia UFRJ
Docente/Pesquisador Universidade Potiguar/ Ecosystemas Ânima*

Juliana Bianca Maia Franco

*Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho e
Doutoranda em Administração na Universidade Potiguar/Ecosystemas Ânima
Docente Adjunta do Instituto Federal do Ceará-IFCE.*

Clédissa Ramone Fernandes de Oliveira Gurgel

*Mestranda em Psicologia Organizacional e do Trabalho na
Universidade Potiguar/ Ecosystemas Ânima*

Akaliny Araújo Martins da Silva

*Discente de Iniciação Científica do Curso de Psicologia na
Universidade Potiguar/ Ecosystemas Ânima*

Chrystine Pereira da Silva

*Discente de Iniciação Científica do Curso de Psicologia na
Universidade Potiguar/ Ecosystemas Ânima*

Gisele Ávila Soares Marques

*Discente de Iniciação Científica do Curso de Psicologia na
Universidade Potiguar/ Ecosystemas Ânima*

Caroline de Moura Guilherme

*Discente de Iniciação Científica do Curso de Psicologia na
Universidade Potiguar/ Ecosystemas Ânima*

RESUMO: O consumo é essencial a subsistência do ser humano e por consequente da sociedade. Diante disso, o estudo do comportamento de consumo atinge importância para se entenda todas as variáveis para tal fato. Em que pese o ato de comprar seja uma atitude corriqueira, em alguns casos ela pode sair do aspecto normal e cair em um espectro de excesso de consumo, atingindo até mesmo níveis de compulsão. Durante o texto falaremos a respeito da psicologia do consumidor e da sua dependência de compra e da tênue linha entre a compra comum e a compra excessiva e a sua dependência. O problema da dependência em compras é estua para saber se a necessidade se transformou em fonte de excessos. Observou-se que não somente as escalas foram confiáveis para referidas amostras, bem como, a hipótese de que o bem-estar subjetivo se relacionava com a dependência de compras foi confirmada; tendo o bem-estar negativo apresentando mais relações do que o bem-esta positivo com a dependência de compras.

Palavras-chave: Compras; Consumo; Bem-Estar Subjetivo; Psicologia Positiva.

INTRODUÇÃO

O consumo é inerente a existência da sociedade comum e dos seres humanos, sendo que ele está ligado à necessidade, à sobrevivência que de épocas em épocas realiza aquisições pessoais e essas aquisições, em proporções normais, adquirem um aspecto de realização e satisfação pessoal, bem-estar e autoafirmação. Entretanto o excesso de consumo, ou seja, a exacerbação dos níveis comuns de aquisição de bens pessoais pode fazer surgir sentimentos pessoais de bem-estar diferente dos padrões comuns, para o bem ou para a tristeza.

A compulsão pelo ato de comprar é um tema estudado nas mais diversas perspectivas teóricas, a exemplo do aspecto psicológico que visa estudar os movimentos e sensações do indivíduo em relação às relações de consumo, do aspecto sociológico que visa estudar os impactos do consumo em determinada sociedade e como ele interfere na

vida cotidiana, com o viés antropológico que visa entender o significado do consumo para determinado grupo e outras áreas.

Alguns pesquisadores e estudiosos especializados na área da ciência psicológica consideram o ato de comprar um transtorno – especificamente, Transtorno do Comprar Compulsivo ou Oniomania – relacionado à transtornos obsessivos compulsivos, do humor ou de controle de impulso, e ser abordado na literatura psiquiátrica desde o século XX (Tavares et al. 2008); o mesmo não encontra-se na atual edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) apontando não haver suficientes evidências revisadas para estabelecimento de critérios de diagnóstico e descrição.

Formiga e Borges (2021) e Retondar (2008) afirmam que o problema do consumo na relação indivíduo-sociedade, tem sido não só uma preocupação dos setores mercadológicos nas organizações, mas também, de profissionais da área das ciências humanas e sociais. Essas condições suscitam as próprias empresas em avaliar, identificar e implementar situações e eventos que gerem saliências perceptivas para os consumidores a buscarem determinadas mercadorias em detrimento a outras.

Andreassen *et al.* (2015) afirma que a perspectiva de dependência se adequa ao comprar de forma compulsiva, simplesmente, pelo fato de que os indivíduos acometidos por esta compulsão apresentam sintomas específicos de dependência, no sentido de vício, como ansia, perda de controle, intolerância. Desta maneira, para compreender este fenômeno, Ribeiro (1998) considera a existência de uma interrelação entre os fatores psicológicos, sociais, culturais e econômicos, os quais permitem o entendimento do sentido desta dependência.

Ainda, na concepção de Andreassen et al. (2015), o problema da dependência de consumo, tomando como referência a ciência psicológica, é possível explicar tal situação com base na teoria da personalidade, especificamente, na perspectiva dos cinco grandes fatores da personalidade (Donnellan et al., 2006; Mikolajczak-Degrauwe et al., 2012), atribuindo ao consumidor dependente, características idiossincráticas do comportamento aditivo de comprar e sua estabilidade emocional. Para os autores supracitados, o indivíduo utilizaria as compras como tentativa de redução de sentimentos e emoções negativas, revelando assim, uma tendência personalística com alto psicotismo, extroversão e baixa amabilidade e conscienciosidade.

Para se compreender o transtorno do comprar compulsivo é essencial basificar o entendimento do que vem a ser comportamento de consumo. Kotler & Keller (2012)

define comportamento de consumo como o estudo de como indivíduos, grupos e organizações selecionam, compram, usam e descartam bens, serviços, ideias ou experiências para satisfazer as suas necessidades e desejos. Solomon (2011) define que o comportamento do consumidor é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos.

Apesar de identificar, em recente pesquisa na base de dados da produção científica sobre o tema, um crescimento na publicação sobre tal fenômeno na primeira década dos anos 2000, o estudo sobre o tema, nota-se que ainda é escassa na literatura, principalmente a nacional; poucos estudos explicam quais variáveis podem prever a dependência em compras, assim como o investimento no desenvolvimento de instrumentos e escalas da avaliação psicológica sobre a dependência de compras.

Desta maneira, das inúmeras variáveis explicativas do problema com a dependência de compras previamente proposta por Andreassen et al. (2015), é possível que o construto do bem-estar subjetivo possa contribuir para compreender os fatores psicológicos influenciadores deste fenômeno. Pois, considerando que o Bem-Estar Subjetivo busca avaliar o nível de felicidade que as pessoas se encontram, seja referente às experiências, seja a emoção, condição a qual, sugere um ajuste e organização da saúde mental (Bradburn, 1969; Lawton, 1972; Diener, Suh, Lucas & Smith, 1999; Maia & Vasconcelos-Raposo, 2010)

Como mencionado, o comprar compulsivo pode ser conceituado como um vício de comportamento, ou seja, pode se constituir como um comportamento adquirido, assim, a vontade de adquirir algo ou realizar uma compra possui um caráter recompensador e versa em uma maneira inadequada de confrontar algum desconforto. Todavia, a título de informação para o leitor, faz-se necessário destacar a diferença conceitual do que seria consumo e o que seria consumismo. Para Lago e Reis (2016) o consumo é a prática que conduz o indivíduo a adquirir algo que esteja de acordo à sua necessidade e/ou sobrevivência. Para Nalini e Coelho (2017) o consumo não é só apenas uma atividade de mercantilismo relacionada a um simples compra e venda, é sim uma ação ativa de relação com os objetos, com o grupo e com o mundo e assim torna-se o consumo uma atividade de manipulação sistemática.

Nesta perspectiva atendo-se ao tema, o conceito de comportamento do consumidor é analisado por estudos que asseguram que os produtos consumidos ajudam

a definir a identidade do consumidor. Karsaklian (2012) cita que as pesquisas dessa área poderão ser consideradas uma ciência aplicada, a qual tem suas bases conceituais nas ciências humanas e sociais, em especial, na economia, psicologia, sociologia, ou ainda na antropologia.

De acordo com Solomon (2011), alguns consumidores tomam a expressão “nascida para as compras”, de modo bem literal. O autor cita que eles realizam as compras porque são compelidos a isso, e não porque comprar é uma tarefa prazerosa e funcional. O consumo compulsivo refere-se à compra compulsiva, frequentemente repetitiva, como antídoto para tensão, ansiedade, depressão ou tédio. Os compradores compulsivos recorrem às compras de maneira muito parecida com a forma como dependentes químicos recorrem às drogas e ao álcool (ver Ronchi & Vicenzi, 2018).

Nesta perspectiva, cabe mencionar que a psicologia positiva é um movimento de estudo psicológico que estuda os aspectos da felicidade e outras emoções, analisando as suas benesses e as formas de desenvolvimento. Assim, a psicologia positiva é um ramo científico que teve base científica vinculada às evidências, analisando ainda as intervenções humanas que visem o bem-estar e a qualidade de vida.

Simmons (2014) traz que a psicologia positiva tem a finalidade de focar nas qualidades do ser humano, no que ele tem de positivo e o que gera bem-estar, e ainda, quais os benefícios que essa nova maneira de enxergar o ser humano traz como reflexão. Seligman (2019) menciona que é necessário mitigar o significado que a Psicologia Positiva traz como ciência que não inflige à mudança nas pessoas, tampouco estabelece como se deve viver, agir e se comportar, mas, são seus efeitos que impulsionam os valores favoráveis do indivíduo, mesmo sabendo que os aspectos que geram as motivações são diversos e dependem das vivências e hábitos internos de cada ser, trazendo reflexões nas pessoas a atuarem em diferentes situações com finalidades positivas, investigando o que possibilita o surgimento dos bons princípios, de como construir boas relações, à concepção de bem-estar, tornando as pessoas mais propensas à reflexão da construção de seu caráter e na melhora do comportamento diário.

Como mencionado acima, a psicologia positiva, em suma, tenta oferecer as melhores práticas pessoais e visa melhorar a sensação de bem-estar pessoal, tentando focar na felicidade das pessoas. Entretanto, essa vontade de transformar tudo em positividade pode desencadear para uma ocorrência pouco benéfica, haja vista, conforme se observa pela pesquisa, a tentativa de atingir a felicidade de modo simplificado, a

exemplo de aquisição de bens de satisfação, por ser desvirtuada para um excesso de compras conforme a escala de Bergen para vício em compras. Assim, como o comportamento de comprar compulsivamente pode ser motivado por sentimentos negativos e mantido pelo surgimento, durante a compra, de sentimentos eufóricos ou simplesmente pela diminuição dos afetos negativos, é possível também, que os sentimentos de felicidade e/ou satisfação possam também, influenciar no processo da conduta do consumo. Desta maneira, pretende-se neste capítulo avaliar a relação entre o bem-estar subjetivo e a dependência de compra na população geral de consumidores na cidade de Natal - RN.

MÉTODO:

Tipo De Pesquisa

Este projeto teve quanto base epistemológica, a filosofia pós-positivista; esta assumirá uma abordagem estratégica de pesquisa orientada pelo método de natureza quantitativa (Creswell, 2010). Com isso, desenvolver-se-á um estudo descritivo, exploratório e correlacional (Creswell, 2013; Flick, 2013) pessoas caracteristicamente consumidoras (aquelas que têm o poder de compra) na cidade de Natal-RN.

No que se refere ao critério de inclusão considerou-se o respondente que apresente um empoderamento econômico de compra, especificamente, aquele que esteja ativo no seu setor de trabalho e tenha o próprio ganho salarial.

População e amostra

No que se refere à amostra do estudo, esta foi coletada a partir do método bola de neve, o qual considerou-se aquele sujeito que consultado, aceite participar e conclua por inteiro as respostas no questionário. Esta amostra será avaliada através do pacote estatístico G Power 3.1, software, utilizado para calcular o poder estatístico relacionando o 'n' necessário para a pesquisa e tipo de cálculo a ser realizado (Faul, Erdfelder, Lang, & Buchner, 2007).

Desta maneira, assumiu-se, para a realização dessa análise, uma probabilidade de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral ($r \geq 0,50$) e um padrão de poder hipotético ($\pi \geq 0,80$). Com base nos indicadores supracitados no parágrafo acima, uma amostra de 202 sujeitos da população geral, com idades acima de 18 anos, brasileiros e residentes na

cidade de Natal-RN, revelou-se suficiente para a realização da pesquisa, apresentado indicadores estatísticos (a saber: $t \geq 1,98$; $\pi = 0,98$; $p < 0,05$) confiáveis, para à realização da pesquisa.

Sendo assim, para a participação das pessoas na pesquisa, estas, deveriam individualmente, assinar e/ou marca no espaço concedido no formulário eletrônico o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), previamente, estabelecido na Resolução 466/12 para as pesquisas com seres humanos, tendo este, sido aprovado pelo conselho de ética, sob o CAAE 48983721.9.0000.5296. Foram-lhes apresentadas questões relativas aos benefícios da pesquisa, bem como, os possíveis riscos envolvidos na participação da pesquisa, os quais poderão ser os mínimos (sentir-se envergonhado, inibido ou desconfiado etc.).

Apesar de existir possível risco relacionado a algum dano moral ou constrangimento diante das perguntas ou devido à interação pesquisador-respondentes, situação indispensável para a execução da pesquisa e que poderá acarretar insegurança e constrangimento, levando a danos morais e psíquicos; frente a esta situação, o respondente não foi obrigado a continuar com o preenchimento, podendo desistir da pesquisa a qualquer momento (seja ao responder eletronicamente ou fisicamente) sem nenhum prejuízo ou insistência do pesquisador.

Locus de pesquisa

O estudo foi desenvolvido por meio eletrônico através do *Google forms* com a população geral na cidade de Natal-RN, a qual, caracteristicamente, consumidora, tendo um poder de compra. Para aqueles que desejarem contribuir com a sua participação, acessando ao formulário eletrônico enviado por meio das redes sociais e/ou e-mails, informaram-lhes que a participação seria voluntária, anônima e sigilosa.

Instrumentos da pesquisa

No que se refere aos instrumentos da pesquisa, foram utilizados os seguintes:

O Questionário de Bem-estar Subjetivo (*Memorial University of Newfoundland Scale of Happiness* - MUNSH): Desenvolvido por Kozma & Stones (1980), o instrumento avalia, na área de saúde mental ou bem-estar subjetivo, os aspectos de bem-estar a curto e a longo prazo.

O questionário consiste em 10 afetos (5 afetos positivos e 5 afetos negativos) e 14 experiências (7 experiências positivas e 7 experiências negativas). O modelo, baseado em uma revisão extensa da literatura realizada pelos seus autores, agrupa variáveis de predição em seis categorias: satisfações subjetivas, características demográficas, atividades sociais e atividade física, eventos de vida estressantes, fatores ambientais e fatores de personalidade.

Trata-se de um instrumento que contém 24 questões, respondidas em uma escala do tipo Likert, variando por um *continuum* de cinco pontos (1 = desacordo totalmente a 5= concordo plenamente), sendo fatorialmente, dividida em quatro fatores: afetos positivos - AP (5 questões), afetos negativos - AN (5 questões), experiências positivas - EP (7 questões), experiências negativas - EN (7 questões), podendo encontrar uma pontuação total de bem-estar. Formiga, Maia, Melo, Tolentino & Gomes (2014), verificou a estrutura fatorial da escala em adolescentes brasileiros ativos e não ativos fisicamente; os autores observaram, a partir de uma análise fatorial confirmatória, indicadores psicométricos que estiveram próximos aos exigidos pela literatura estatística sobre modelagem estrutural, denotando evidência de uma excelente robustez na fatorialidade do construto.

Escala Bergen para Dependência em Compras (EDBC) (*The Bergen Shopping Addiction Scale* - BSAS): Desenvolvido por Brown (1999; Brown, Tapert, Granholm, & Delis, 2000), modificada por Griffiths (1996) e adaptado e validado por Andreassen et al. (2015) para o contexto norueguês e tem como objetivo avaliar o comportamento de compra problemático, isto é, o vício em comprar.

Trata-se de uma medida composta por 28 itens, sendo 4 referentes a cada um dos critérios de dependência relativo a compras (saliência cognitiva e comportamental, modificações no humor, conflitos intra e interpessoais, necessidade, abstinência, reincidência e prejuízo), os quais, devem ser respondidos numa escala do tipo Likert de cinco pontos, por exemplo: discordo totalmente (0), discordo (1), nem discordo nem concordo (2), concordo (3) e concordo totalmente (4). De acordo com Andreassen et al. (2015), pontuações mais altas indicam níveis mais altos de dependência de compras.

Além dessas medidas, questões relativas aos dados sociodemográficos foram consideradas (por exemplo: sexo, idade, renda econômica).

Técnica de análise de dados

No que se refere a análise dos dados, adotou-se uma pesquisa contemplando três etapas, as quais, serão: 1ª estatística descritiva, inferencial e consistência interna, 2ª estatística correlacional, com foco na correlação de Pearson e 3ª estatística de análise de variância, focado na Anova One-way e teste t de Student.

Para todas as etapas será utilizado o software estatístico SPSS (versão 24.0), para a realização da análise descritiva e inferencial, correlação de Pearson, Alfa de Cronbach e as correlações intra-classes (ICC), t de Student e Anova One-way, associado ao teste *post-hoc* de *Scheffé*.

RESULTADOS

Com a finalização da coleta dos dados no período de janeiro a fevereiro de 2022, categorizaram as respostas para o pacote estatístico SPSS 24.0 tendo a partir desta organização avaliada as informações sociodemográficas da amostra; esta revelou que os participantes tinham idades variando de 18 a 60 anos (Média = 24,25, d.p. = 7,16), 52% eram do sexo feminino e 54% tinham uma renda econômica > R\$ 4.001,00, todos da cidade de Natal-RN.

No que se refere a multicolinearidade, observaram-se correlações variando dentro dos parâmetros definidos por Tabachnick & Fidell (2001) [$r \leq 0,90$, 0,27 a 0,63], condição a qual, sugere não existir variáveis com alto grau de correlação, o que torna possível gerir modelos preditivos ou correlacionais, com baixo erro de medida. Em relação ao outliers multivariados, o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS), utilizando para avaliação deste evento para análise de amostras superiores a 100 sujeitos, apresentou uma amostra normal (KS = 0,83, $p < 0,13$) (cf. Miot, 2017). Especificamente, observou-se a partir das análises descritivas (Média e d.p.) e indicadores de normalidades dos itens (Skewness – SK e Kurtosis – Ku) que os para todos os itens de ambas as escalas houve uma normalidade na distribuição das respostas

De forma geral, por ter encontrados estudos que já vem utilizando estas escalas em outros estudos (Albuquerque & Tróccoli, 2004; Maia, Raposo, Formiga, Tolentino & Melo, 2016; Muñoz & Quispe, 2019), optou-se por avaliar apenas a confiabilidade delas, já que nos estudos publicados os indicadores estatísticos da fatorialidade delas foram bastante consistentes em medida e definição de construto. Com isso, procurou-se verificar o quanto estas medidas revelam indicadores psicométricos que garantam a consistências

delas referente ao conceito do construto a que pretende medir; para o cumprimento deste objetivo utilizou-se o alpha de Cronbach (α) (devendo ser $\geq 0,70$, mas, valores até 0,60 são aceitáveis, quando a quantidade dos itens do fator for estiver entre 2 ou 5 itens) (Pasquali, 2011; Hair, Anderson, Tatham & Black 2008; Hutz, Bandeira & Trentini, 2015).

Sendo assim, efetuou-se o cálculo do alfa de Cronbach podendo observar na tabela a seguir (ver tabela 1) que os indicadores estatísticos estiveram acima de 0,70 para ambas as escalas; essa condição garante que a medida é consistente. Na mesma tabela destaca-se a manutenção na variação dos alfas (V), os quais permaneceram próximos aos alfas previamente observados, apresentando uma homogeneidade deste indicador para os construtos, mesmo quando se indicou no cálculo dos alfas, a condição de se excluir os itens que interferissem na qualidade das medidas. A título de complemento considerou-se o ICC (traduzido, Coeficiente de Correlação Intraclasse), tendo revelado escores com um intervalo de confiança compatível ao estabelecido na literatura estatística, condição essa que garantiu a confiabilidade das medidas na amostra avaliada para futuros estudos.

Tabela 1: Escores dos alfas de Cronbach (α) das escalas administradas em trabalhadores.

Construtos/ Variáveis	Alfa de Cronbach			ICC (IC 95%)
	α_{geral}	V $\alpha_{\text{item excluído}}$	F Friedman	
Bem-estar subjetivo	0,86*	0,80-0,88	28,18*	0,86* (0,79-0,87)
Bem-estar positivo	0,83*	0,82-0,85	18,29*	0,83* (0,82-0,85)
Bem-estar negativo	0,80*	0,79-0,81	15,38*	0,80* (0,78-0,83)
Dependência em compras	0,95*	0,90-0,97	49,31	0,95* (0,90-0,98)
Saliência	0,86	0,83-0,87	17,03*	0,86* (0,84-0,89)

Alteração de humor	0,89	0,87-0,90	28,15*	0,89* (0,86-0,92)
Conflito	0,84	0,83-0,85	21,37*	0,84* (0,82-0,87)
Tolerância	0,82	0,80-0,85	10,25*	0,82* (0,80-0,85)
Recaída	0,86	0,81-0,85	11,23*	0,86* (0,85-0,90)
Abstinência	0,87	0,85-0,88	13,53*	0,87* (0,85-0,90)
Auto-culpa	0,83	0,82-0,85	9,58*	0,83* (0,82-0,86)

Notas: Elaborado pelos autores (2022); Notas: $V\alpha$ = Variação alfa quando o item for excluído; F = Teste de Friedman; ICC = Correlação intraclasse. * $p < 0,001$

Ao considerar esses indicadores psicométricos é possível afirmar que eles representam a garantia de que estas medidas podem ser utilizadas para o referido contexto de pesquisa neste estudo; com isso, estes resultados, não apenas representou muito bem o conteúdo proposto, quanto que as medidas do bem-estar subjetivo e dependência de consumo corroboraram a qualidade das medidas administradas em estudos anteriores (respectivamente, Formiga, Maia, Melo, Tolentino & Gomes, 2014; Maia, Raposo, Formiga, Tolentino & Melo, 2016; Andreassen, Griffiths, Pallesen, Bilder, Torsheim & Aboujaoude 2015), tornando-as seguras para à avaliação do fenômeno abordado neste estudo. Com isso, considera-se que os respondentes, em ambas as escalas, reconheceram o conteúdo e o sentido dos referidos instrumentos apresentados a eles, os quais, sendo assim, seguros e confiáveis. Com estes objetivos e hipóteses específicas atendidas e com base nestes resultados, procurou-se atender ao objetivo principal do estudo (a título lembrança para o leitor: verificar a relação entre as variáveis o bem-estar subjetivo e a dependência ao consumo).

Para isso, realizou-se uma correlação de Pearson (r) entre as variáveis tendo observado os seguintes resultados: na tabela 2, observa-se a existência de uma relação positiva, do bem-estar subjetivo (pontuação total, para a qual, deveria corresponder a equação em quem subtraía o bem-estar negativo do bem-estar positivo), com

Dependência do Consumo (Dep. Cons.), Saliência (AS), Alteração de Humor (AH) e Recaída (REC); na dimensão do bem-estar positivo, esta, relacionou-se com a Dependência do Consumo (Dep. Cons.), Saliência (AS) e Alteração de Humor (AH), e por fim, o bem-estar negativo, relacionou-se com Saliência (AS), Alteração de Humor (AH), Conflito (C), Recaída (REC), Abstinência (ABS).

É preciso destacar a existência de uma correlação interna entre as dimensões de cada construto; isto é, o bem-estar subjetivo, relacionou-se positivamente, com o bem-estar positivo e negativamente, com o bem-estar negativo; já para as dimensões do construto da dependência do consumo, todas as sete dimensões se relacionaram positivamente entres si. Resultados estes, que confirmam que a direção conceitual de cada construto indica e mensura no mesmo sentido de definição.

Tabela 2: Análise de correlação de Pearson (r) do bem-estar subjetivo, bem-estar positivo e negativo e dependência de consumo e suas dimensões.

Variável independente	Correlação entre variáveis (r)							
	Dep. Cons.**	SA	AH	C	T	REC	ABS	AC
Bem-estar subjetivo [‡]	0,15*	0,19*	0,29*	0,09	0,04	0,15*	0,05	0,10
Bem-estar positivo	0,15*	0,14*	0,14*	0,02	0,08	0,08	0,04	0,03
Bem-estar negativo	0,02	0,13*	0,21*	0,15*	0,09	0,17*	0,15*	0,09

Fonte: Elaborado pelo autor (2022); Notas: * p-valor < 0,05. ‡ pontuação total do Bem-estar subjetivo ** Dep. Cons. = Dependência de Consumo; AS = Saliência; AH = Alteração de Humor; C = Conflito; T = Tolerância; REC = Recaída; ABS = Abstinência; AC = Alto-Culpa.

Teoricamente, o bem-estar subjetivo positivo e negativo é sub-fatorializado em afeto e experiência (cf. Formiga, Maia, Melo, Tolentino & Gomes, 2014; Maia, Raposo, Formiga, Tolentino & Melo, 2016); com isso, realizou-se uma correlação de Pearson para avaliação o quanto estes fatores se relacionam a dependência de consumo e suas dimensões. Na tabela 3 é possível observar que o afeto positivo do bem-estar se relacionou apenas com Dependência do Consumo (Dep. Cons.), Saliência (AS) e Alteração de Humor (AH), já a experiência positiva do bem-estar não apresentou nenhum resultado significativo com as dimensões da dependência de consumo.

Ainda na tabela 3, em relação ao afeto negativo do bem-estar, houve correlação apenas com a dimensão Alteração de Humor (AH); enquanto, com experiência negativa do bem-estar subjetivo, com exceção de da Alto-Culpa (AC), as dimensões Dependência do Consumo (Dep. Cons.), Saliência (AS), Alteração de Humor (AH), Conflito (C), Tolerância (T), Recaída (REC) e Abstinência (ABS) se correlacionaram significativamente.

Tabela 3: Análise de correlação de Pearson (r) do afeto e experiência de bem-estar subjetivo positivo e negativo e dependência de consumo e suas dimensões.

Variável independente	Correlação entre variáveis (r)							
	Dep. Cons.**	SA	AH	C	T	REC	ABS	AC
Bem-estar afeto positivo	0,15*	0,17*	0,22*	0,09	0,13*	0,04	0,07	0,08
Bem-estar experiência positiva	-0,03	0,05	0,04	-0,03	0,01	0,03	-0,01	-0,03
Bem-estar afeto negativo	0,02	0,03	0,15*	0,02	0,03	0,01	0,03	0,05
Bem-estar experiência negativa	0,20*	0,19*	0,23*	0,18*	0,19*	0,14*	0,19*	0,09

Fonte: Elaborado pelo autor (2022); Notas: * p-valor < 0,05. ** Dep. Cons. = Dependência de Consumo; AS = Saliência; AH = Alteração de Humor; C = Conflito; T = Tolerância; REC = Recaída; ABS = Abstinência; AC = Alto-Culpa.

A partir destas correlações, realizou-se uma análise multivariada (Anova one-way), associada ao teste *post-hoc* de *Sheffé*, com o objetivo de avaliar as diferenças nas pontuações médias na variável dependente dependência de consumo, bem-estar subjetivo, bem-estar positivo e negativo em relação a faixa etária. Na tabela 4, observou-se que apenas em relação a dependência de consumo houve resultado significativo para os participantes mais novos com idades entre 18 a 21 anos; nas demais categorias do bem-estar não houve diferença significativa.

Tabela 4: Médias (desvio-padrão) e a diferença obtida entre o nível etário e dependência de consumo.

Construtos	Nível etário	Média	d.p.	95% IC		Estatística	
				Min	Max.	F	p-valor
	18 a 21	48,14	22,08	43,88	52,39		
Dep. Cons.	> 22	42,54	17,65	39,12	45,95	4,13	0,05
	Total	45,35	20,15	42,62	48,09		
	16 a 21	9,15	9,33	7,35	10,94		
BESgeral	> 22	8,81	10,15	6,85	10,78	0,06	0,81
	Total	8,98	9,73	7,66	10,30		
	16 a 21	34,58	5,22	33,57	35,59		
BESpositivo	> 22	33,59	5,84	32,45	34,72	1,70	0,19
	Total	34,09	5,55	33,33	34,84		
	16 a 21	25,43	6,77	24,12	26,73		
BESnegativo	> 22	24,77	7,07	23,40	26,14	0,48	0,49
	Total	25,10	6,91	24,16	26,04		

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Procurou-se também, avaliar as diferenças entre homens e mulheres em função dos construtos da dependência do consumo e do bem-estar subjetivo. Na tabela 5, nota-se que apenas para a pontuação total da dependência de consumo e o bem-estar negativo foi observado um resultado significativo, para o qual, as mulheres apresentaram maior escore.

Tabela 5: Diferença entre o sexo e a dependência de consumo e o bem-estar subjetivo.

Variáveis	Sexo	Média	d.p.	Estatística	
				t	p-valor
Dep. Cons.	M	40,84	15,05	-3,18	0,01
	F	49,47	23,10		
BESpositivo	M	34,76	5,74	1,65	0,10
	F	33,50	5,31		
BESnegativo	M	23,88	5,97	-2,37	0,01
	F	26,12	7,55		

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Avaliada a influências destas variáveis (sexo e idade) sobre os construtos abordados no trabalho, procurou-se verificar as diferenças entres os escores do vício do consumo e bem-estar positivo e negativo; assim, realizou-se uma MANOVA, também, associando ao teste *post-hoc* de *Sheffé*, entre o bem-estar positiva e negativa em função do nível do vício em compras. Na tabela 6, é possível observar que apenas o bem-estar negativo apresentou resultado significativo, para o qual, teve maior escore no nível mais alto deste construto em função do vício de consumo.

Tabela 6: Diferença entre os escores do bem-estar em função da dependência de compras em consumidores.

Variáveis	Nível	Média	d.p.	95% IC		Estatística	
				Mínimo	Máximo	F	p<
Bem-estar positivo	B	1,97	0,85	1,77	2,17	1,21	0,81
	M	2,05	0,85	1,85	2,26		
	A	2,04	0,81	1,85	2,23		
	Total	2,02	0,83	1,91	2,13		
Bem-estar negativo	B	1,95	0,86	1,75	2,16	2,46	0,05
	M	1,97	0,85	1,76	2,17		

A	2,18	0,85	1,88	2,28
Total	2,00	0,855	1,88	2,12

Notas: B = Baixo, M = Moderado e A = Alto. Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

DISCUSSÃO

O presente estudo tem como principal objetivo avaliar um conjunto de perspectivas conceituais e empíricas a respeito do consumo, da compra, da dependência destas e o quanto elas possuem influência no bem-estar subjetivo dos consumidores da cidade de Natal-RN. Inicialmente, destaca-se que tanto a concepção teórica quanto de avaliação psicológica é, no Brasil, pioneira; durante o desenvolvimento da fundamentação teórica poucos estudos foram encontrados na mesma direção desta pesquisa, principalmente, no que se refere a condição dos correlatos com o bem-estar subjetivo, isto é, com concepção da felicidade abordada por tal construto no estudo de Kozma e Stones (1980), Kahneman, Diener e Schwarz (1999); Sousa, Maia & Vasconcelos-Raposo (2012) e Formiga, Maia, Melo, Tolentino e Gomes (2014).

Por ser uma pesquisa base quantitativa, ela se desenvolveu por meio de um estudo descritivo, exploratório e correlacional a fim de avaliar o quanto as pessoas caracteristicamente consumidoras, ou seja, aquelas que possuem um poder e condição de comprar diversos bens de consumo, com exceção dos produtos perecíveis, buscou-se avaliar o quanto elas se sintam satisfeitas e felizes ou no caso contrário (isto é, insatisfeitas e infelizes) com base nas suas atitudes de consumo.

Com a garantia do conteúdo das escalas, as quais, destacadas na tabela 1 e 2, pois, todos os itens apresentaram uma condição de respostas para os sujeitos dentro de uma normalidade. Isto é, tal situação sugere de acordo com Nascimento, Tibana, Ferreira & Prestes (2014), estatisticamente, os escores apresentados pelos participantes ao responder as escalas aproxima o contexto teórico e a realidade sócio perceptiva do fenômeno abordado. Sendo assim, para todos esses itens é possível afirmar que os respondentes reconheceram e indicaram a existência do construto.

Com isso, com base nos resultados da avaliação psicométrica para cada escala, apresentados na tabela 3, é possível destacar que os participantes da pesquisa não apenas avaliaram os referidos construtos de forma funcional associada as questões teóricas proposta por cada medida, mas, também, que as escalas revelaram segurança na avaliação

de suas medidas, de acordo com o que pressupõem os estudiosos da área da construção de teste e avaliação psicológicas (Pasquali, 2011; Hutz, Bandeira & Trentini, 2015).

Sendo assim, além de ambas as escalas, com base na perspectiva teórica da psicometria e os indicadores estatísticos apresentados (ver tabela 3), destaca-se a capacidade de que foi possível avaliar as variáveis da dependência de consumo e bem-estar subjetivo para o contexto amostral referente às pessoas consumidoras. Com isso, os resultados dessas medidas sugerem uma forma de pensar o problema da dependência de consumo numa perspectiva distinta a que é proposta pela área clínica quanto uma dimensão exclusivamente patológica (Tavares et al., 2008; Souza, Becker, & Boff, 2016; García-Domingo, Fuentes, Pérez-Padilla, & Aranda, 2020).

Os achados deste trabalho, quanto proposta avaliativa, destaca a condição de que o problema da dependência de compras poderá ser avaliado de forma multidimensional (isto é, a partir de sete dimensões) e que não existe um único ponto de origem de medida e avaliação do problema com o consumo, bem como, ao considerar o comportamento de compra quando uma direção avaliativa do bem-estar salienta que a consistência da escala de bem-estar subjetivo foi capaz de apresentar que um comportamento de compra (pelos menos, na condição moderada) traz satisfação ao consumidor.

Diferentes de outros estudos que abordam o consumo quanto uma desordem mental, o que também, até poderia ser avaliado desta maneira (ver Tavares *et al.*, 2008; Souza, Becker & Boff, 2016; Magalhães, Lopes & Moretti, 2017), mas, este não foi o objetivo da pesquisa, pois, nenhum dos participantes fez parte de um critério avaliativo de transtorno, seja não condição clínica, seja na triagem psicológica, não somente tem seus escores psicométricos similares aos estudos supracitados (ver Formiga, Maia, Melo, Tolentino & Gomes, 2014; Andreassen, Griffiths, Pallesen, Bilder, Torsheim & Aboujaoude 2015), bem como, corrobora a perspectiva teórica-empírica abordada por estes autores.

Na avaliação do coeficiente Intervalo intraclasses (ICC), o limite de confiança destinado aos futuros estudos com amostras semelhantes à coletada para este estudo, revelou indicadores que encontram em condições estatísticas, ao considerar os escores expressos na tabela 3, que não apenas o fenômeno em questão foi verificado, bem como, é possível avaliar de forma consistente nos próximos estudos que contemplarem estas variáveis (cf. Pasquali, 2011). Sendo assim, isto permite afirmar uma segurança avaliativa de cada medida e perspectiva conceitual dos construtos.

Na observação dos escores correlacionais apresentados na tabela 4, quando se considerou a pontuação geral para cada construto do bem-estar geral, bem-estar positivo e negativo, observou-se o que se esperava; uma das condições que mais chamou atenção é a possibilidade de ter tanto o bem-estar positivo e negativo associado à pontuação total da dependência de compras (Dep. Cons). Poucos são os estudos que avaliaram tal relação, mas, ao considerar estes resultados, destaca-se que no estado negativo da felicidade (bem-estar negativo) a condição de consumo poderá se associar a dinâmica psicológica quanto ‘gatilho’ emocional para o problema com o consumo. Pois, nestas relações é possível associar aos problemas da estima, transtorno mental comum (ansiedade, depressão e estresse) e traços personalísticos neuroticistas (este traço refere-se ansiedade, depressão, sentimento de culpa, baixa autoestima, timidez, tristeza, temor, nervosismo e inquietação, isto é, revela uma forte instabilidade emocional [Bartholomeu, (2005)], reflexões estas, as quais, inferenciais aos estudos e foram observadas também, no estudo de Andreassen, Griffiths, Pallesen, Bilder, Torsheim & Aboujaoude (2015) e no relatório da CNDL/SPC (2016).

É preciso destacar que mesmo existindo correlações significativas, os escores correlacionais foram acima de 0,30 (cf. Tabachnick & Fidell, 2001; Pasquali, 2011), sugerindo assim, uma parcimônia ao se generalizar os resultados, pois, estas relações foram moderadas para baixa. Ao converter os escores observados em percentual explicativo desta relação (para o qual, multiplica por 100), observou-se uma variação de 13% a 29% da explicação referente à amostra total. É possível que, devido a proposta o instrumento desenvolvido por Andreassen, Griffiths, Pallesen, Bilder, Torsheim & Aboujaoude (2015), já ser considerado uma escala que é capaz de avaliar traços psicológicos de dependência de compras, provavelmente, deveria ter considerado as pessoas que apresentassem, clinicamente, algum traço de transtorno de compras.

Ainda na direção desses resultados, expressos na tabela 4, sobre o bem-estar positivo, mesmo que tenha apresentado uma baixa quantidade de variáveis correlacionadas, neste, permite refletir que a condição de comprar é capaz de gerar no sujeito motivações e sensações positivas; é possível que, com estas relações possa refletir na situação de consumo para o bem, convergindo na direção do que relata o site bolso feliz (SPC, 2022), pois, comprar faz bem, se e somente se, a pessoa tiver um planejamento. Com isso, é possível que a condição de bem-estar positivo, conduza a pessoa tanto a

mecanismos de defesa para o *continuum* psíquico saudável, quanto gerir nela uma reflexão a respeito do que seria prioridade ou supérfluo (Lopes, 2020).

Na análise de variância (cálculo da Anova), foi avaliado o aproveitamento da informação conjunta das variáveis envolvidas, com a variação dos escores médios nos construtos estabelecidos no estudo (cf. Varella, 2020; Minitab, 2022). Na tabela 8, observou-se a influência apenas da dimensão do bem-estar negativo, em fundo da dependência de compras. Nesta direção analítica, destaca que a pessoa que assumir a pontuação total no alto bem-estar negativo, os quais, significativos, provavelmente, terá algum problema relativo a mania de compras. Mas, já antes de tal resultado, na tabela 5, o bem-estar negativo, especificamente, relacionado às experiências, as quais, associadas à baixa frustração, baixa felicidade, baixa satisfação, etc. (Giacomoni, 2004; Graziano, 2005), foi a dimensão que apresentou mais resultados com as dimensões da dependência de compras (por exemplo, Dep. Cons. = Dependência de Consumo; AS = Saliência; AH = Alteração de Humor; C = Conflito; T = Tolerância; REC = Reclamação; ABS = Abstinência).

Alguns resultados merecem reflexões mais apuradas para futuros estudos; por exemplo, destaca-se a questão relativa ao sexo e idade, respectivamente, as pessoas do sexo feminino apresentaram maiores escores na dependência de compras e no bem-estar negativo, e aqueles mais novos (idade variando de 18 a 21 anos) tiveram escores alto na dependência de compras. Apesar destes resultados corroborem aos observados no estudo de Andreassen, Griffiths, Pallesen, Bilder, Torsheim & Aboujaoude (2015), existe ainda uma explicação bastante limitada para compreender melhor tais achados, já que os estudos são escassos. Em termos gerais, considerando os resultados, é possível que as pessoas nesta faixa etária, provavelmente, seriam aqueles com maior disponibilidade e impulso a consumir, a fim de corresponder aos critérios exigentes da sociedade associado a desajustabilidade social de consumo, pois, na maioria das vezes o ato de comprar tem sido uma condição mais de imagem social e compensação afetiva do que de fato, uma necessidade (cf. Formiga *et al.*, 2021; Nery, Meneses, & Torres, 2012); a mesma direção de raciocínio deverá ser considerado para o resultado relativo ao sexo e a dependência de compras, pois, faz-se necessário um cuidado avaliativo para não enviesá-los colocando as mulheres como a pessoa que mais compra.

Estes resultados, seja avaliando a correlação ou a Anova, respectivamente, expressos nas tabelas 4, 5 e 8 esclarecem que o processo de dependência de compras ainda que possa ser considerada uma condição que se associa mais a experiência do que

ao afeto negativo é, também, gerado de satisfação e felicidade (bem-estar positivo), sendo assim, chama-se atenção para que considere o ato de compra não ser uma condição, especificamente, de transtorno mental, mas, que poderá uma ferramenta, se bem que merece cautela por assim considerar somente essa perspectiva, que ao exagerar, provavelmente, decorrerá ocasionaria o possível transtorno de consumo.

Para Novo (2003) o bem-estar subjetivo tem como propósito considerar a avaliação que as pessoas fazem das suas vidas com base nos seus valores, necessidades e sentimentos, independentemente dos valores universais; analisando os achados na pesquisa o *estar-bem* é condição de escape tanto para contribuir na autoestima devido a correspondência correlacional com a alteração de humor e a tolerância, o condição esta que, na avaliação de Andreassen, Griffiths, Pallesen, Bilder, Torsheim e Aboujaoude (2015; Ryff, 1989a; Ryff, 1989b; Ryan & Deci, 2001) contribuiria para exercício positivo quanto desenvolvimento do equilíbrio do sujeito estar feliz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi capaz de contemplar a análise do construto do bem-estar subjetivo, e como eles podem contribuir para compreender os fatores psicológicos influenciadores o fenômeno da dependência de compras. É imprescindível aceitar que as influências dos traços de personalidade podem ser modificadas pelo ambiente que cerca o indivíduo, mas, ainda que a capacidade do sujeito desenvolver e assimilar afetos e experiências positivas e negativas poderia influenciar na sua forma de consumo mentalmente saudável.

Nesta direção, os achados deste trabalho poderão ter sua base reflexiva na concepção de Kozma, Stone & Stones (1997); para estes autores, o ambiente, a personalidade e estilos afetivos contribuíram para a estabilidade do bem-estar subjetivo e sua correspondência em muitos fenômenos sociais e individuais (por exemplo, consumismo, delinquência, qualidade de vida, etc.).

Desta forma, de acordo com Seligman & Csikszentmihalyi (2000), ao se avaliar e mensurar o construto felicidade, é possível destacar que este, poderá ser uma condição aprendida; para os autores, é possível que as pessoas aprendam felicidade para aumentar seus níveis de bem-estar e conseqüentemente, viver uma vida melhor.

Na perspectiva destacada no paragrafo acima, é possível estabelecer um parâmetro com a compulsão de compras; com base no estudo de Neumer, Raab & Resisch

(2005) que afirmam que a compra compulsiva tem o objetivo, mesmo que inconsciente, de satisfazer as necessidades físicas através da expressão de uma identidade pessoal, regular a ansiedade ou simplesmente satisfazer anseios relacionados ao status social.

Mesmo que os resultados tenham confirmado o objetivo principal do trabalho e suas hipóteses, acredita-se que alguns limites devem ser respondidos em futuros estudos, os quais: seria útil o desenvolvimento comparativo com grupos de pessoas em condição clínica e não-clínica relativo a dependência de consumo; outro estudo importante é quanto à avaliação das mesmas variáveis abordadas no estudo associadas ao construto da personalidade e autoestima; por fim, dentre muitos estudos, seria útil também, o desenvolvimento de um estudo que contemplasse o bem-estar subjetivo, impulsividade, personalidade e dependência de consumo em distintas classes econômicas e a especificidade consumo destinado ao lazer e produtos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, A., & Tróccoli, B. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2): 153-164.

Andreassen, C. S., Griffiths, M. D., Pallesen, S., Bilder, R. M., Torsheim, T. & Aboujaoude, E. (2015) The Bergen Shopping Addiction Scale: reliability and validity of a brief screening test. *Frontiers Psychology*, 6, 1374. doi: 10.3389/fpsyg.2015.01374.

Bartholomeu, D. (2005). Traços de personalidade e características emocionais de crianças. *Psic: revista da Vetor Editora*, 6(2), 11-21. Bradburn, N. (1969). *The structure of psychological well-being*. Chicago: Aldine Publishing.

Brown, B. (1999). Measuring the peer environment of American adolescents. In S. L. Friedman e T. D. Wachs (orgs), *Measuring environment across the life span*. Washington, D. C. American Psychological Association.

Brown, S., Tapert, S., Granholm, E. & Delis, D. (2000). Neurocognitive functioning of adolescents: effects of protracted alcohol use. *Alcohol Clinical Experience Resolution* 2000. 24 (2):164-71.

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*; tradução Magda Lopes. "" 3 ed. "" Porto Alegre: ARTMED, 296 p.

Creswell, J. W. (2013). *Pesquisa de métodos mistos: métodos qualitativos, quantitativos e misto*. Penso ed. Porto Alegre - RS: Penso,

Diener, E., Suh, E., Lucas, R. & Smith, H. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125: 276-302.

- Donnellan, M. B., Oswald, F. L., Baird, B. M., & Lucas, R. E. (2006). The Mini-IPIP scales: Tiny-yet-effective measures of the Big Five factors of personality. *Psychological Assessment*, 18, 192–203.
- Faul, F. et al. (2007). G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior Research Methods*, 39, 175–191.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed ed. Porto Alegre - RS: Artmed.
- Formiga, N., & Borges, L. (2021). Evidência Empírica do Inventário sobre Desordem da Dismorfia Muscular em Praticantes Regulares de Academia. *CBR - Consumer Behavior Review*, 5(3), 466-483. doi:<https://doi.org/10.51359/2526-7884.2021.249161>
- Formiga, N. S. et al. (2021). Desenvolvimento, evidências psicométricas e invariância da escala de sentimento de culpa do Consumo (ESCC) em mães brasileiras. *Research, Society and Development*, 10(4), e56110414629.
- Formiga, N. S, Maia, M. F. M, Melo, G. F, Tolentino, T. M., & Soares Gomes, M. C. (2016). À medida do bem-estar subjetivo em jovens fisicamente ativos e não ativos. *Saúde & Sociedade*, 5 (1), 54-64.
- García-Domingo, M., Fuentes, V., Pérez-Padilla, J., & Aranda, M. (2020). EDAS-18: validation of the dependency and addiction to smartphone scale short-form. *Terapia psicológica*, 38(3), 339-361.
- Griffiths, MD, Andreassen, CS, Pallesen, S., Bilder, RM, Torsheim, T., & Aboujaoude, E. (2016). Quando uma nova escala não é uma nova escala? O caso da Bergen Shopping Addiction Scale e da Compulsive Online Shopping Scale. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 14(6), 1107-1110.
- Giacomoni, C. H.. (2004). Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. *Temas psicol.* [Internet]. 2004 Jun [citado 2022 Mar 21] ; 12(1): 43-50.
- Graziano, L. (2005). *A felicidade revisitada: Um estudo sobre o bem-estar subjetivo na visão da psicologia positiva*. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento.
- Hair, JF , Anderson, RE , Tatham, RL & Black, WC (1998). *Análise Multivariada de Dados*. Upper Saddle River, NJ : Prentice-Hall.
- Hutz, C. S., Bandeira, D. R., & Trentini, C. S. (2015). *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed.
- Kahneman, D.; Diener, E. e Schwarz, N. (Eds) (1999). *Well-being: The foundations of hedonic psychology*. New York: Russell Sage Foundation.
- Karsaklian, E. (2012). *Comportamento do Consumidor*. 2. Ed. São Paulo: Atlas.
- Kotler, P.; Keller, K. L. (2012). *Administração de marketing*. São Paulo: Pearson.

- Kozma, A., & Stones, M. J. (1980). The measurement of happiness: The development of the Memorial University of Newfoundland Scale of Happiness (MUNSH). *Journal of Gerontology*, 35(6), 906-912.
- Lago, F. W. G. do, & Reis, J. M. O. dos. (2016). SOCIEDADE DE CONSUMIDORES NA VISÃO DE BAUMAN E DRUMMOND: uma análise comparativa firmada na interdiscursividade nas obras dos autores. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 6(12)
- Lawton, M. P. (1991). A multidimensional view of quality of life in frail elders. In: Birren, J. E. et al. (Eds.). *The concept and measure of quality of life in the frail elderly*. California Academic Press: San Diego. pp. 4-26.
- Lopes, J. C. G. (2020). *Os impactos da impulsividade na atitude ao endividamento: Um estudo correlacional na cidade de Natal – RN*. Dissertação (Mestrado em Psicologia da organização e do trabalho) - Universidade Potiguar.
- Maia, M. F. M.; Vasconcelos-Raposo, J. J. B. (2010). *Indicadores Psicológicos e fatores associados em adolescentes*. Vila Real: UTAD.
- Magalhães, M. dos R. A., Lopes, E. L., & Moretti, S. L. do A. (2017). O Desejo Incontrolável de Comprar: Uma Revisão Crítica da Vulnerabilidade no Consumo. *Revista Interdisciplinar De Marketing*, 7(1), 42-56.
- Minitab (2022). *Interpretar os principais resultados para Correlação*. Disponível: <https://support.minitab.com/pt-br/minitab/18/help-and-how-to/statistics/basic-statistics/how-to/correlation/interpret-the-results/key-results/>
- Mikolajczak-Degrauwe, K., Brengman, M., Wauters, B., and Rossi, G. (2012). "Does personality affect compulsive buying? An application of the big five personality model," in *Psychology: Selected Papers*, ed. G. Rossi (Rijeka: InTech), 131–144.
- Muñoz, A. Q. & Quispe, J. M. J. E. (2019). Construcción y validación de la Escala de Adicción a las Compras. Disponível em: <
https://repositorio.upeu.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12840/2390/Jessy_Trabajo_Bachillerato_2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Nalini, L. E. G.; Coelho, C. (2017). *Teoria, pesquisa e aplicação em Psicologia: processos comportamentais*. 1. ed. Curitiba (PR): Appris Editora.
- Nascimento, D. C., Tibana, R. A., Ferreira, G. M., & Prestes, J. (2014). Testes de normalidade em análises estatísticas: uma orientação para praticantes em ciências da saúde e atividade física. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, 14(2), 73–77.
- Nery, M. B. M., Meneses, C. A. S., & Torres, T. K. S. (2012). Um breve ensaio da psicologia acerca do comportamento consumista na sociedade atual. *Interfaces Científicas - Humanas E Sociais*, 1(1), 53–62.
- Neuner, M., Raab, G., & Reisch, L. A. (2005). Compulsive buying in maturing consumer societies: An empirical re-inquiry. *Journal of Economic Psychology*, 26(4), 509–522.

Pasquali L. *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. 4a ed. Petrópolis: Vozes; 2011.

Retonadar, A. B. (2008). A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. *Sociedade e Estado*, Brasília, 23(1), 137-160, jan./abr.

Ronchi, L. & Vicenzi, T. K. (2018). *Comportamento do consumidor*. Indaial: UNIASSELVI, Centro Universitário Leonardo Da Vinci.

Ryan, R. & Deci, E. (2001). On happiness and human potentials: a review of research on hedonic and eudaimonic well-being. *Annual Review of Psychology*, 52, 144-166.

Ryff, C. (1989a) Beyond Ponce de Leon and life satisfaction: New directions in quest of successful aging. *International Journal of Behavioral Development*. 12, 35-55.

Ryff, C. (1989b). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57 (6): 1069-1081.

Seligman, M. E. P. (2019). Positive Psychology: A personal history. *Annual Review of Clinical Psychology*, 15, 1-23. doi: 10.1146/annurev-clinpsy-050718-095653

Seligman, M.E.P. y Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive Psychology: An Introduction. *American Psychologist*, 55 (1), 5-14.

Simmons, B L. (2014). Organizational characteristics of happy organizations. Em Peter Y. Chen & Cary L. Cooper. *Wellbeing: A complete reference guide, Work and wellbeing*, (pp. 139-156). UK: Wiley Brackwell.

Solomon, M. R. (2011) *O Comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo*. 9.ed. Porto Alegre: Bookman.

Sousa, B. V. O., Maia, M. F. M., & Vasconcelos-Raposo, J. J. B. (2012). Bem-estar, autoestima e índice de massa corporal de adolescentes. *Motricidade*, 8(2), 1065-1075.

Souza, L. H., Becker, M. C. Boff, R. M. (2016). Terapia cognitivo-comportamental das compras compulsivas: uma revisão de literatura. *Revista de psicologia da IMED*. 8(2), 185-193.

Varella, C. A. A. (2020). *Análise De Variância Multivariada*. Disponível: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/varella/Downloads/multivariada%20aplicada%20as%20ciencias%20agrarias/Aulas/MANOVA.pdf>

Tavares, H., et al. (2008). Compras compulsivas: uma revisão e um relato de caso. *Brazilian Journal of Psychiatry* [online]. 30 (suppl 1) [Acessado 10 Janeiro 2022] , pp. S16-S23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462008005000002>>. Epub 31 Jan 2008. ISSN 1809-452X.

Tabachnick, B.G. and Fidell, L.S. (2001) *Using Multivariate Statistics*. 4th Edition, Allyn and Bacon, Boston.

Tolentino, T. M., Maia, M. de F. de M., Formiga, N. S., Sousa, B. V. de O., & Melo, G. F. (2016). Modelagem estrutural fatorial e consistência interna da escala de autoestima de Rosenberg em adolescentes brasileiros. *Revista De Psicologia*, 6(2), 40-49.

Capítulo 2

**AUTOR E VÍTIMA DE ESTUPRO: REFLEXÕES NO
CONTEXTO DA CRIMINOLOGIA**

Rosilene Marchesini da Silva Souza

Amanda Rafaela dos Reis

Dayane Jhennyfer Andrade Munhoz

AUTOR E VÍTIMA DE ESTUPRO: REFLEXÕES NO CONTEXTO DA CRIMINOLOGIA

Rosilene Marchesini da Silva Souza

*Farmacêutica em Rondônia, E-mail:
rosi_marchesini@hotmail.com*

Amanda Rafaela dos Reis

*Farmacêutica em Rondônia, E-mail:
amandaahreis@gmail.com*

Dayane Jhennyfer Andrade Munhoz

Farmacêutica em Rondônia, E-mail: dayanevha6@gmail.com

RESUMO

O índice de crimes sexuais continua crescendo, afetando principalmente mulheres jovens e crianças, sem uma resposta institucional adequada para sua prevenção, cuidado e erradicação. Comportamentos criminosos com forte rejeição social, mas difícil compreensão científica, pelo menos de uma abordagem interdisciplinar eficaz. Ciências como biologia, criminologia, direito e sociologia fornecem elementos explicativos de suas próprias áreas, para as quais o desafio é alcançar uma abordagem abrangente que reflita a essência biopsicossocial do ser humano, tanto das vítimas quanto dos perpetradores, permitindo um melhor tratamento nos problemas.

PALAVRAS-CHAVE: Criminologia, abuso sexual, vitimologia.

ABSTRACT

The rate of sexual crimes continues to rise, affecting mainly young women and children, without an adequate institutional response for its prevention, care and eradication. Criminal behaviors with strong social rejection, but difficult scientific understanding, at least with an effective interdisciplinary approach. Sciences such as biology, criminology, law and sociology provide explanatory elements of their own areas, for which the challenge is to achieve a comprehensive approach that reflects the biopsychosocial essence of the human being, both of victims and perpetrators, allowing for better treatment of problems.

KEYWORDS: Criminology, sexual abuse, victimology.

INTRODUÇÃO

O estupro viola os limites pessoais, íntimos e psicológicos, o que na linguagem dos direitos humanos é denominado dignidade humana e integridade corporal, e na teoria feminista é uma crítica denominada autonomia sexual ou soberania sexual. O estupro é amplamente entendido como penetração da vagina e / ou ânus com um pênis sem ou objetos que não são necessariamente sexuais, sem consentimento. O significado do estupro para as mulheres, dentro do gênero e as relações geracionais e contextos culturais, fundamenta seus impactos e consequências emocionais, psicológicos e sociais (Costa, Penso, Mendes e Borba,2007).

O medo de estupro é uma realidade diária para muitas mulheres, limitando sua liberdade de movimento e reduzindo sua qualidade de vida confirmada por pesquisas empíricas (BERISTAN, 2000).

A violência sexual contra as mulheres está profundamente enraizada no feudal, sociedade, o Código Penal Brasileiro diz o seguinte: "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de cargo, emprego ou função" (GOMES, 2018).

O objetivo geral deste estudo é, portanto, fazendo-se necessário os seguintes objetivos específicos: Analisar o conceito da criminologia, abordar em como é o estudo da vitimologia, determinar as diversas formas de abuso sexual (BERISTAN, 2000).

METODOLOGIA

Para esta pesquisa foi utilizado os seguintes bancos de dados SCIELO, MEDLINE e PUBMED foi realizada para identificar a literatura relevante a criminologia. Quanto a coleta dos dados, a pesquisa foi efetivada por meio de buscas na internet, utilizou-se as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Foram empregados artigos publicados nos últimos vinte anos (1998-2018), em português, relacionados a vítimas de estupro na criminologia .

RESULTADOS

A Criminologia é o conjunto ordenado de conhecimento empírico sobre o crime, o agressor e o seu comportamento social, seu escopo científico pode ser caracterizado

precisamente com os três conceitos básicos de crime, delinquente e controle do crime (FILHO, 2018).

Há pouca discussão sobre isso dentro da ciência criminológica, conforme representado nas áreas de especialidades jurídicas. No entanto, apesar das acentuações divergentes, as opiniões sobre o que é, o que atualmente se entende por criminologia não diferem a unanimidade de que a criminologia é uma ciência empírica (BANDEIRA, 1998).

O conhecimento criminológico deve referir-se, portanto, principalmente a fatos verificáveis e intersubjetivos do campo dos seus problemas. As especulações, opiniões e julgamentos de valor não bastam, por mais que possam, porém, por sua vez, ser objeto de pesquisa empírica (BERISTAN, 2000).

Além disso, o significado criminológico de investigação da personalidade, orientação da práxis e controle crime, incluindo seleção, polícia e criminologia. Ultimamente há diferentes formas de pensar sobre o conceito de empirismo, bem como sobre os objetivos, princípios de investigação e papel da criminologia (BANDEIRA, 1998).

Criminologia Sexual

A Criminologia sexual é uma vertente da criminologia geral que retomando elementos de sexologia, medicina, psicologia e direito, analisa os fatores endógenos e exógenos manifestados em quem comete um crime sexual, tendo como objetivos a proteção de direitos legais como a liberdade sexual, o desenvolvimento psicosssexual normal, a indenização sexual e o livre desenvolvimento da personalidade, bem como a redução dos índices de delinquência desta ordem, explicando suas causas, modalidades, conseqüências e formas de intervenção (BERISTAN, 2000).

Em consonância com a criminologia clínica, a criminologia sexual facilita o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento dos sujeitos envolvidos nesses atos (vítimas e perpetradores). Isso determina os elementos pessoais e familiares que favorecem ou inibem a execução desses comportamentos, mas também os de natureza jurídica, social e política. Esses elementos serão úteis no desenho, avaliação e modificação das políticas criminológicas gerais de prevenção (FILHO, 2018).

Nesse sentido, certos aspectos da sexualidade ainda são tabus, o que não permite solucionar as dúvidas que todo ser humano tem em relação ao seu sexo, gerando uma série de comportamentos "inadequados" ou "desvios" sexuais, que hoje ocupam várias ciências, e a criminologia não está isenta. Uma das crenças sobre essas disfunções é que

são recentes, que a juventude se viciou, caindo na devassidão e numa expressão inconveniente da sexualidade, o que é irreal, visto que essas práticas vêm desde os primórdios da humanidade (BERISTAN, 2000).

Também é falso que os abusadores sejam estranhos, doentes ou "anormais", uma vez que se descobriu que eles podem ser de qualquer raça, idade, nível socioeconômico ou escolaridade, encontrando fatores comuns de personalidade ou de certa história familiar. Até recentemente, acreditava-se que o abuso sexual e a violência eram raros em menores, mas estudos da Organização Mundial da Saúde estimam que, em 2002, cerca de 150 milhões de mulheres e 73 milhões de homens eram menores; jovens de 18 anos fizeram sexo forçado ou foram vítimas de outras formas de abuso sexual (CARVALHO, 2011).

No nosso país, é elevada a frequência de adultos que dizem ter sido "beijados" e acariciados de forma desconfortável, por volta da puberdade, por amigos ou por adultos próximos. Esta informação chama a atenção, porém, quando contextualizada constatamos que, tais práticas poderiam ser consideradas expressões naturais de afeto, portanto não seriam percebidas como atos de conteúdo sexual (FILHO, 2018).

Lugares onde também poderíamos incluir costumes como o beijo na bochecha a saudação entre homens fora da família, como é praticado em alguns países árabes, ou o beijo duplo nas bochechas como francês ou catalão. É importante levar em consideração a dinâmica com a qual o contato físico é percebido e valorizado de acordo com o grupo social que o julga, variando de acordo com a cultura, a ideologia e a época, bem como a forma particular como a pessoa vive e se expressa (BERISTAN, 2000).

VITIMOLOGIA

A palavra vítima vem do latim e significa "pessoa ou animal sacrificado ou que se destina ao sacrifício", segundo o dicionário Aurélio: "Pessoa que se expõe ou se oferece a um sério risco no presente de outro. Pessoa que sofre danos por culpa de outra pessoa ou por causa fortuita " (CARVALHO, 2011).

Do ponto de vista penal, é a pessoa física ou pessoa jurídica que sofre dano causado por um crime, o dano nem sempre tem que ser dano físico, porque você também pode ser vítima de crimes que não causaram danos físico, mas sim danos patrimoniais, como furto, roubo, fraude ou outro (FILHO, 2018).

Mas, em si, o conceito de vitimologia pode ser tomado de vários pontos de vista como indicado anteriormente, vem da palavra vítima de origem latina e logos, de raiz grega, conseqüentemente e complementando os dois conceitos este é ciência que estuda a vítima, outras vezes foi definida como um ramo da criminologia, que nos ajuda a conhecer e estabelecer os danos causados a uma pessoa, física ou jurídica, como resultado de um crime, culpa e ação criminal (CARVALHO, 2011).

Por ser uma ciência recente, eles não estão muito claramente definidos quais são o seu alcance e limites, uma vez que para alguns a vítima como tal é somente quando o ato criminoso ocorre. Em nossa legislação, é preciso nomes diferentes, como tal, também é conhecido como prejudicado (FILHO, 2018).

Por isso é que a lei sempre foi concebida como injusta, uma vez que punia apenas o infrator ou sujeito ativo do crime, sem parar para estudar e estabelecer contato com a vítima ou contribuinte deste crime, porém embora seu aparecimento seja tardio e às vezes não tenha sido equiparado a outras correntes ou ramos científicos, têm evoluído desde o seu início e como tem na verdade suas soluções muito positivas para compensar certos danos causados, no entanto, nem todos os danos causados por um ato criminoso reverte para indenizar ou ao estado original, já que por exemplo a vítima de um homicídio, não pode ser ressarcido pelo bem legal protegido, no caso a vida, uma vez que é impossível fazer da mesma forma em outros crimes, como estupro e outros, mas é na forma possível que o dano causado seja compensado (MAÍLLO, 2008).

ABUSO SEXUAL

Uma das formas mais degradantes de violência é a sexual, pelas implicações médicas e psicoemocionais que acarreta, afetando a dignidade e direitos legais como a liberdade. Consiste em atos ou omissões que vão desde a negação das necessidades afetivas do sexo até a imposição de atividades sexuais indesejadas ou estupro, também o ciúme excessivo para o controle ou manipulação do parceiro são formas de violência (MAÍLLO, 2008).

Pode manifestar-se por meio de um olhar ou comentário malicioso, de uma carícia e no pior dos casos, de relações sexuais forçadas. Estupro, assédio, abuso sexual, privação de liberdade para fins sexuais e prostituição forçada são exemplos de violência sexual, e no México cada um deles é punido, embora a classificação varie de um código penal para

outro. Questão de técnica legislativa que pode ser aprimorada, de forma a unificar critérios (MAÍLLO, 2008).

Falamos de crimes sexuais quando nos situamos no discurso jurídico, cuja referência é a norma como pacto social e cultural. Para enfrentar as causas da violência sexual, deve-se definir por meio da análise dos sujeitos envolvidos, dos vínculos que se estabelecem e das áreas em que ocorrem (social, territorial, espaço familiar) (GOMES, 2018).

Devido à influência patriarcal, a prevalência de quem exerce violência sexual é de homens contra mulheres e menores, independentemente do sexo. Por serem considerados um grupo vulnerável, mulheres, meninos e meninas são altamente suscetíveis a agressões sexuais, pois estão sujeitos a opressões específicas e sua indefesa faz parte dessa opressão, reforçada em um contexto sexista de discriminação (MAÍLLO, 2008).

Ambas as formas de subjugação se caracterizam pelo fato de os sujeitos se relacionarem com os opressores da inferioridade, na dependência vital e sob seu domínio. A violência sexual também expressa poder sobre os desfavorecidos, ou seja, sobre indivíduos com deficiências físicas, intelectuais, econômicas ou emocionais. Os enfermos, os idosos e as pessoas com deficiência são vítimas ideais dos que estão a seu cargo, que por isso e pela sua plenitude adquirem poder sobre eles (GOMES, 2018).

Além disso, é a realização do poder que outorga autoridade. Indivíduos que ocupam cargos subordinados em estruturas sociais hierárquicas, espaços corporativos ou instituições fechadas são vítimas: presos em prisões, soldados de baixa patente e policiais, estudantes, seminaristas, são exemplos daqueles que estão sujeitos a insinuações, assédio e ataques.

O abuso sexual é muito amplo, hoje podemos distinguir diferentes tipos de abuso sexual extrafamiliar em que o agressor sexual é um estranho à família; sendo este, por sua vez, subdividido em abuso por um estranho e abuso por um conhecido; Ou seja, o primeiro é mais accidental, pois por não conhecer o agressor não há vínculo de relacionamento, por outro lado, no segundo tipo, o abuso se dá por meio um conhecido, o que às vezes pode ser muito mais traumático para o vítima, pois ela conhece seu agressor sexual (FALEIROS, 2003).

O outro tipo de abuso sexual é o abuso familiar, em que a agressão sexual é feita por um membro da família, sendo este um dos abusos mais frequentes em nosso país, isso

por exemplo pode ser dado de um pai para seu filho ou de qualquer outro membro da família. Hoje, todos esses tipos de abuso sexual são tipificados e regulamentados em nosso sistema jurídico (GOMES, 2018).

O estupro, como abuso sexual, é considerado crime, independentemente do sexo da vítima e estupro são outra forma de divisão do abuso sexual. Também existe o abuso sexual infantil, em que a vítima de abuso sexual é um menor, ainda não está ciente, em certas circunstâncias, do que consiste em um ato sexual e, conseqüentemente, é indefeso a ele (BATISTA, 2001).

3.1 Características dos agressores

Adiante serão apresentados alguns aspectos relacionados aos agressores, lembrando que eles não são decisivos em todos os casos, mas servem de referência em várias investigações associadas a crimes sexuais. As características são:

- Dificuldade em estabelecer relações adequadas, duradouras e satisfatórias com pessoas do outro sexo.
- Experiências sexuais precoces com crianças de sua idade ou foram abusadas por adultos ou crianças mais velhas.
- Mãe repressiva, possessiva, excessivamente crítica que anulou suas iniciativas ou tentativas de independência.
- Falta de imagem paterna adequada que lhe dê regras de comportamento adequadas, bem como o exemplo de homem capaz de se relacionar corretamente com a mulher.
- Frustrações importantes que levaram à depressão ou mau humor frequente, expressas em explosões de violência.
- Dificuldades em encontrar satisfação em relacionamentos ou situações normais ou cotidianas.
- Fraca capacidade de autocrítica; eles podem parecer severos e sérios, mas quando se trata de controlar ou julgar seu próprio comportamento, eles são indulgentes demais (ALVES, 2008).

Muitas dessas características estão presentes em abusadores sexuais e naqueles que apresentam dificuldades significativas em suas relações sexuais e interpessoais. Ressaltando mais uma vez que é necessário dar atenção atempada a eles a fim de evitar

atos antissociais, cujos primeiros sinais podem ocorrer em idade precoce (masturbação compulsiva, invasão da privacidade pessoal, pornografia comentários sexistas), para os quais a detecção precoce é o mais útil, fornecendo-lhes o suporte pedagógico e terapêutico de que podem necessitar (GOMES, 2018).

A maioria das vítimas, como já mencionado, são mulheres agredidas em exponencial maioria por homens. Essa predominância do agressor do sexo masculino se deve a vários fatores:

- Um maior impulso sexual, derivado da quantidade de testosterona no sangue (hormônio esteróide do grupo dos andrógenos), que não pode ser devidamente assimilado pelo corpo.
- O uso de comportamentos violentos frequentes e a aprendizagem dos benefícios que daí advêm.
- Complexos que limitam sua identidade sexual, o que pode levar ao interesse em explorar vários estímulos sexuais para superar a situação.
- Demandas socioculturais que impõem estereótipos associados a um forte impulso sexual, esquecendo os aspectos sentimentais, respeito e compromissos sociais (ALVES, 2008).

Na origem da violência sexual, existem três fatores principais. Em primeiro lugar, existem os psicológicos: a impossibilidade de obter excitação sem o uso da violência; falta de autocontrole; uma autoestima deficiente; a ausência de empatia sexual, que pode levar a uma distorção cognitiva que justifique sua agressão ("ela gosta", "ela procurou", "sexo com crianças é dar-lhes carinho" ...); algum transtorno de personalidade; uma história pessoal de vítima de abuso e assim por diante. No caso dos estupros, por exemplo, é comum que mais do que o prazer sexual, seja a busca pela satisfação das necessidades de dominação, autoafirmação, competitividade ou poder que estão na origem dos mesmos (BATISTA, 2001).

Em segundo lugar, estão os fatores sociais: o prestígio que a violência confere a certos grupos e comunidades como expressão de virilidade; a objetivação das mulheres por meio da mídia; discriminação de gênero e linguagem sexista cotidiana (GOMES, 2018).

Em terceiro lugar, estão os fatores situacionais: o consumo de drogas e álcool, o contágio emocional da vivência grupal, a proximidade da vítima-agressor e a desolação dos espaços considerados propícios ao ataque (BATISTA, 2001).

O que pode precipitar a agressão sexual é o somatório de variáveis e causas, não apenas uma delas, como situação de estresse prolongado, consumo de álcool, desejo sexual excessivo, irritabilidade, percepção de sedução ou desamparo da vítima, bem como a probabilidade de que o ato fique impune. (GOMES, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns usos da sexualidade não são aceitáveis, mesmo considerando a diversidade cultural e as opiniões. Devemos ser enfáticos: qualquer relação de natureza sexual desequilibrada, em que uma das partes seja ameaçada, não dá o consentimento ou obtido de forma falha, nunca pode ser abuso sexual, no sentido genérico do termo, é um ato de violência poder e controle, mesmo quando os sentimentos diferem na medida em que os atos sexuais, desde carícias, beijos, palpitações ou relações consumadas, devem punir-se e em que forma, particularmente em casos como estupro conjugal e sexo entre menores.

A percepção social do crime, em termos das causas do crime, do perfil do agressor e da utilidade das penas, tem contribuído para a criação de discursos que justificam posições retributivas a lei de execução penal como punição, única alternativa a esses fatos. É por isso que este trabalho de especialização em criminologia não pode ser substituído, uma vez que existem tantas formas de cometer um crime quantas existem de tornar-se uma vítima, pelo que é impossível fornecer um método para resolver casos semelhantes. Por isso, enfatizamos questões que não foram abordadas de forma adequada, como a contribuição da biologia ao comportamento sexual, buscando explicar, mas nunca justificar, atos criminosos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Diva Verushka Santos. **Legislação sobre o crime de estupro desde 1830 até hoje**. 2008.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **“O que faz da vítima, vítima?”** in Dijaci David de Oliveira, Elen Cristina Geraldês e Ricardo Barbosa de Lima (orgs). Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil, Petrópolis, Vozes.1998.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

BERISTAIN, Antonio. **Nova criminologia à luz do direito penal e da vitimologia**. Editora Universidade de Brasília, 2000.

CARVALHO, Salo de. **Anti Manual de Criminologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2011.

Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B., Mendes, J. A. A., & Borba, N. (2007). **Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica**. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*.

FALEIROS, Eva. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Os descaminhos da denúncia. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. In: Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2004. p. 2012-2012.

FILHO, Nestor Sampaio Penteadado. **“Manual Esquemático de Criminologia”**, 8ª. edição, São Paulo: Saraiva, 2018.

GOMES, Maíra Marchi. **Discurso jurídico sobre violência sexual à luz da psicanálise e da criminologia crítica: a presença da subjetividade nas ações jurídicas dos operadores do Direito**. 2018.

MAÍLLO, Afonso Serrano. **“Introdução à criminologia”**, Trad. Luiz Regis Prado, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. Saraiva Educação SA, 2016.

Capítulo 3

A DIFERENÇA MASCARADA NO AMBIENTE DE TRABALHO: CORRRELATOS ENTRE AS TEORIAS IMPLÍCITAS DA PERSONALIDADE E SEXISMO AMBIVALENTE EM CIVIS E MILITARES BRASILEIROS

Tamara de Castro Ribeiro

Nilton Soares Formiga

Vinicius Monteiro de Barros Whebe Salum

**A DIFERENÇA MASCARADA NO AMBIENTE DE TRABALHO:
CORRELATOS ENTRE AS TEORIAS IMPLÍCITAS DA PERSONALIDADE
E SEXISMO AMBIVALENTE EM CIVIS E MILITARES BRASILEIROS**

Tamara de Castro Ribeiro

Universidade Potiguar/Ecosystema Ânima

Natal, RN, Brasil

Nilton Soares Formiga

Universidade Potiguar/Ecosystema Ânima

LABAVAPSI- Laboratório de Avaliação Psicológica

Natal, RN, Brasil

Vinicius Monteiro de Barros Whebe Salum

Universidade Potiguar/Ecosystema Ânima

Natal, RN, Brasil

RESUMO: Foi objetivo deste estudo verificar as correlações entre o Inventário do Sexismo Ambivalente (hostil e benevolente) – ISA, proposta por Glick e Fiske (1996) e do construto da teoria implícita da personalidade da mulher no ambiente laboral desenvolvido por Amâncio (1994), replicando-os em civis e militares e analisar as diferenças entre os sexos e entre as categorias profissionais no endosso dessas ideologias. Os construtos foram respondidos por uma amostra de 187 profissionais civis e militares, com ensino superior completo. A análise dos resultados evidenciou a presença de uma correlação positiva significativa entre os construtos de sexismo hostil e benevolente e das teorias implícitas da personalidade na mulher no trabalho e demonstrou a existência da assimetria nos universos simbólicos masculinos e femininos que se refletem em todos os processos que contribuem para a produção da realidade social dos dois sexos no mundo do trabalho, independente da categoria profissional desempenhada. Os dados obtidos ofereceram suporte à teoria do sexismo ambivalente, que concebe o sexismo benevolente como uma forma de se legitimar o sexismo hostil e perpetuar as desigualdades de gênero e indicam a influência dos estereótipos associados à profissão militar como justificadores do enviesamento das percepções desta categoria quanto a participação da mulher no mercado de trabalho.

Palavras-Chaves: Sexismo Ambivalente. Teorias Implícitas da Personalidade. Estereótipos. Forças Armadas Brasileiras.

INTRODUÇÃO

Segundo dados apresentados no Estudo Especial sobre a Participação da Mulher no Mercado de Trabalho, cuja versão mais recente foi divulgada pelo IBGE no ano de 2019, os homens tiveram rendimento médio mensal 28,7% maior do que das mulheres no desempenho dos mesmos cargos de trabalho.

Neste estudo constatou-se a divergência entre os papéis assumidos por homens e mulheres no Brasil. De acordo com o Instituto, na citação supracitada, a participação das mulheres no contingente de ocupados era acentuada entre os Professores do Ensino fundamental (84,0%), Trabalhadores de centrais de atendimento (72,2%), Trabalhadores dos serviços domésticos em geral (95,0%) e dos Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos (74,9%). Por outro lado, como o de membro das forças armadas, policiais e bombeiros militares, a ocupação feminina era de apenas 1%, e diretores e gerentes, onde apenas 4,7 % dos cargos são ocupados por mulheres. (IBGE, 2019).

A divisão de ocupação feminina e masculina é denominada de divisão sexual do trabalho. Esta divisão não apenas organiza as atividades do mundo, mas lhes atribui valor. O problema, portanto, está na iniquidade de valor que ela possibilita, sendo inferior nos postos e cargos ocupados por mulheres (ABREU; MEIRELHES, 2012).

A predominância masculina em determinadas categorias profissionais e a feminina em outras reflete as disparidades de papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade, o que, de acordo com Amâncio (1994), estão associadas à deseabilidade dos papéis atribuídos aos estereótipos femininos e masculinos. Tais estereótipos são a base do sexismo presente na sociedade de formas cada vez mais sutis e foram os pilares para que a autora formulasse as Teorias Implícitas sobre a situação da mulher no trabalho que tentam analisar de que modo são estruturadas as explicações para a discriminação da mulher no ambiente laboral que influenciam os cargos ocupados por elas no mercado de trabalho.

Diante da acentuada desigualdade de participação feminina nas forças de segurança brasileiras, este artigo pretende compreender de que forma os tipos de sexismo se relacionam com as teorias implícitas da personalidade na percepção dos papéis assumidos pelas mulheres, em organizações civis e militares, utilizando como referencial a participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras. Para compreender de que forma se dão as relações de gênero nas Forças Armadas Brasileiras é necessário

observar de que forma a inserção de mulheres ocorreu no cenário mundial e no âmbito das três forças brasileiras e qual foi a evolução no contexto dos quadros e postos em que elas estão presentes (CAMARGO, 2019).

Papel da Mulher nas Forças Armadas

Destaca-se como relevantes no contexto mundial, a inserção feminina no mercado de trabalho formal durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. A eclosão das guerras fez com que as mulheres tivessem que buscar, através do trabalho, o sustento da família, enquanto seus companheiros, forçadamente, foram para os campos de batalha (SCHLICKMANN; PIZARRO, 2003).

Agrega-se a este cenário uma conjunção de acontecimentos pós-guerra ao redor do mundo, dentre eles: as crises de recrutamento vividas pelos principais exércitos, inovações tecnológicas, inversão da relação entre apoio e combate, profissionalização, a redução dos contingentes. Foram tais conjunturas que levaram os Estados, para suprir a necessidade de recursos humanos e com isso salvaguardar sua soberania, a adoção do “*open door*” (ROCHA, 2017).

De acordo com Rocha (2017), o cenário mundial com a diversificação do papel social da mulher, foi acompanhado pela pressão democrática em favor de valores igualitários e equidade de gênero e levou à adoção de um novo modelo de participação social e de políticas públicas que refletissem essa diversificação.

Esta conjuntura levou a criação de diversos instrumentos que buscaram estabelecer a igualação de direitos entre homens e mulheres, como a Carta das Nações Unidas de 1945, (BRASIL, 1945); a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1948 (ONU, 1948); a Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres das Nações Unidas (ONU, 1953); e os Protocolos Adicionais de junho de 1977 às Convenções de Genebra (BRASIL, 1993), que estabelecem, nos arts. 43 e 44 do primeiro Protocolo, ter as mulheres acesso ao estatuto de combatente, podendo portar armas.

No Brasil, a normatização interna da participação feminina nas Forças Armadas se deu a partir da década de 80, com a criação de quadros exclusivamente femininos, à parte da instituição, e restritos ao exercício de atividades tradicionalmente distinguidas como pertencentes ao gênero feminino como as áreas de Enfermagem, Assistência Social, Biblioteconomia, Comunicação Social, dentre outros (SANTOS, 2009).

Já década seguinte foi representada pela percepção de que estas mulheres não precisavam estar segregadas em quadros específicos, e os quadros femininos foram incorporados aos quadros já existentes (CAMARGO, 2019).

A partir desta integração, as mulheres puderam atingir os mesmos postos que os homens integrantes de seus quadros, todavia, a possibilidade de integrar quadros combatentes, que permitem acesso aos postos mais altos da carreira, só foi possível a partir de 1996, na Aeronáutica, 18 anos depois na Marinha e apenas em 2018 no Exército. Entretanto, ainda restam, até os dias atuais, restrições quanto aos quadros para os quais elas podem se candidatar em concurso público, bem como o percentual de vagas disponibilizadas para elas (CAMARGO, 2019).

Observar-se com isso, uma divisão por gêneros na estrutura que sustenta a organização militar, evidenciando uma oposição entre funções associadas ao feminino e ao masculino, reproduzindo estereótipos vinculados às construções tradicionais de gênero que favorecem o masculino. A distinção de gênero possibilitou que, na caserna, o acesso às posições com maior hierarquia, e, portanto, mais poder e autoridade fossem autorizados majoritariamente aos homens. Até a década de 1980, as mulheres foram excluídas de certas especialidades e postos centrais da instituição, sobretudo no âmbito do combate, ficando destinadas à execução de funções secundárias, administrativas ou assistenciais (SCHWETHER; PAGLIARI, 2017).

Considera-se que os arquétipos socialmente construídos no que tange à feminilidade e à masculinidade, por certo, influenciam nas ocupações e funções que homens e mulheres realizam na sociedade e, sobretudo nas organizações militares. (GUIMARÃES, et al, 2019). Para compreender quais são estes arquétipos é necessário compreender o processo de formação dos estereótipos de gênero.

Estereótipos: formação e funções sociais.

Amâncio (1992) afirma que as pessoas não aprendem a realidade na sua totalidade, mas através de um processo de categorização da informação. De acordo com Leal (1986), categorizamos porque isto nos permite abraçar um grande número de informações a um preço extraordinariamente reduzido, utilizando apenas esquemas, orelhas de leitura da realidade que não nos concedem todo o leque de variações e pormenores de um fenômeno, mas nos oferece apenas o que é essencial. Categorizamos por termos a necessidade de organizar as informações que nos chegam a todo o momento.

A autora supracitada define os estereótipos como categoriais especiais à medida que estão ligados a valores e atribui três funções sociais para eles: a) a função de explicação causal dos fenômenos; b) a função de justificação causal desses mesmos fenômenos; e c) a função de diferenciação. Estas funções sociais estão relacionadas, de acordo com Pereira (2021), a teoria de atribuição de causalidade, segundo a qual o ser humano envida todos os esforços necessários para explicar os acontecimentos aos quais presencia e para tal estabelece uma diferenciação entre as causas que podem ser atribuídas à pessoa, como por exemplo, aos fatores de personalidade, a motivação para realizar alguma coisa, o esforço despendido em uma tarefa, e aquelas que podem ser imputadas à situação, como, por exemplo, o impacto de normas e das expectativas sociais.

Leal (1986) afirma que estas funções sociais dos estereótipos tornam extraordinariamente difíceis a correção de erros de percepção já que sempre buscamos elementos capazes de fortalecer a categorização. Esta percepção, todavia, dependente de três fatores: da nossa experiência, da participação na cultura e de idiosincrasias próprias. Não se trata, portanto, de uma mera experiência sensorial, mas está relacionada com a quantidade de conhecimento que temos a disposição sobre determinado grupo, da relevância que damos a determinados aspectos e as circunstâncias e relações sociais que levam ao processo de inferência sobre determinado grupo.

Sendo assim, de acordo com Amâncio (1994) para compreender os estereótipos formados por determinado grupo sobre si próprio ou sobre outro é importante esclarecer as condições que propiciaram a construção destes estereótipos por este grupo, razão pela qual é relevante compreender como se deu a formação dos estereótipos de gênero pelos militares.

Militares conservadores, sobretudo, sublinham como elementos centrais da identidade e atividade militares características físicas e psíquicas tais como agressividade, força física, orientação para a ação, frieza, capacidade de exposição a perigo físico extremo e associam tais características como sendo naturais do homem. Simetricamente a esta associação está vinculado o estereótipo da mulher como genuinamente pacífica, conciliadora, passiva e destituída de todas as características anteriores. As características físicas das mulheres são, portanto, vistas como limitando as suas capacidades para o desempenho de diversas tarefas militares, sobretudo as relacionadas com o combate. Disso decorre a dificuldade de conciliação entre as pertencas

definidoras dos papéis adequados entre seres humanos comprometendo a integração feminina em todas as Forças Singulares. (CARREIRAS, 2013).

Cabe destacar que os argumentos relacionados a estes atributos, ditos femininos, são feitos pelo senso-comum e imaginário coletivo sendo baseados em estereótipos e padrões construídos socialmente que generalizam os integrantes da categoria feminina, julgando os indivíduos pelos atributos do grupo, uma vez que a análise incide sobre diferenças médias sem tomar em conta a variação dentro de cada gênero.

Em razão da supervalorização das estereotípias de gênero nesta categoria profissional, utilizaremos neste estudo a perspectiva teórica, desenvolvida por Amâncio (1994), que diz respeito às teorias implícitas sobre a personalidade em relação à mulher no trabalho, para compreender a percepção dos papéis assumidos por homens e mulheres nas organizações militares e compará-los às organizações civis.

Teorias Implícitas da Personalidade em relação às mulheres

O conceito de teorias implícitas da personalidade tem como ideia central a de que as pessoas ao se sentirem informadas a respeito de alguns traços de um indivíduo elaboram uma representação geral a respeito desta pessoa como um todo, assim, a partir de um traço às vezes vago e mal definido podemos inferir com bastante facilidade alguns outros que nos ajudam a fabricar uma imagem de conjunto sobre a personalidade de um certo indivíduo (LEAL, 1986; PEREIRA, 2021).

De acordo com Leal (1986), tais teorias são implícitas na medida em que estão contidas em todos os indivíduos que precisam de se relacionar com o meio ambiente e com os outros homens de uma forma simples e efetiva e nessa medida buscam reduzir ao essencial o objeto da análise, realizada através de processo de categorização já descrito neste estudo, e são “implícitas” por surgirem como “óbvias” para os indivíduos que as utilizam (LEAL, 1986).

De acordo com Carloto (2001), neste processo de inferência a tentativa de construir o “ser mulher” vai ter a marca da naturalização, do inquestionável, já que dado pela natureza. Todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se, sobretudo, na determinação biológica. A diferença

biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade (CARLOTO, 2001).

Quando se trata da categorização por sexo, Amâncio (1992) nos apresenta que os estudos sobre estereótipos sexuais mostram que os traços de instrumentalidade, independência e dominância são associados ao masculino e que os traços de expressividade, dependência e submissão são associados ao feminino. Em razão dos estereótipos atribuídos a cada sexo, esses traços de comportamento, tidos como naturais, destinaram o homem à ocupação dos espaços públicos, enquanto as mulheres estavam limitadas à ocupação dos espaços privados. Carloto (2001) chama a atenção para estes espaços sociais de gênero por entender que isso tem uma grande importância quando se analisa a questão da mulher na relação com a atividade trabalho.

A partir destes conceitos, Amâncio (1994) identificou as Teorias Implícitas da Personalidade associadas às percepções sociais dos papéis laborais desempenhados pelas mulheres, quais sejam:

- Teoria Implícita Individualista: Esta teoria nega a existência de preconceitos contra a mulher no mundo do trabalho, associando as diferenças de posições de homens e mulheres no universo laboral à incompetência feminina em determinados cargos, decorrente das diferentes vocações de homens e mulheres. São associadas a esta teoria frases como: Hoje em dia, perante o número de mulheres que desempenham as mais variadas profissões e funções políticas, já não se pode falar de discriminação da mulher no trabalho; Se existem profissões onde há muitas mulheres, isso se deve às vocações das próprias mulheres.

- Teoria Implícita Tradicional: De acordo com esta teoria as diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho se dão em razão da necessidade da mulher desempenhar prioritariamente suas funções tradicionais no âmbito da família. São associadas a esta teoria frases como: As mulheres que põem a carreira profissional acima da vida familiar provocam conflitos conjugais e problemas nas crianças; A mulher encontra a sua realização na maternidade.

- Teoria Implícita Psicológica Negativa: para esta teoria, a diferença entre homens e mulheres no trabalho se dá em razão da mulher reunir um perfil de características psicológicas negativas e inadequadas ao mundo do trabalho, sendo parciais, facilmente influenciáveis e tendo que recorrer ao chame e à sedução para obterem vantagem. São associadas a esta teoria frases como: Uma mulher numa função de chefia tende a ser

parcial; No mundo do trabalho as mulheres têm a grande vantagem de poder recorrer à sedução e ao charme para ultrapassar os obstáculos que se lhes deparam.

- Teoria Implícita Psicológica Positiva: Tal teoria questiona a discriminação da mulher no trabalho, ao apresentar as características expressivas e a orientação relacional do comportamento feminino como adequadas ao mundo do trabalho. São associadas a esta teoria frases como: O sucesso de uma mulher numa função de chefia reside na sua capacidade de ouvir e comunicar; As mulheres contribuem muito para a humanização do mundo do trabalho.

De forma geral, todas as teorias apresentadas por Amâncio (1994) demonstram como é explorada a retórica de consenso entre os sexos quanto à igualdade de oportunidades no emprego e, simultaneamente, a justificação da desigualdade através da afirmação de uma “natureza” feminina, onde se conjugam características fisiológicas e psicológicas para lhes atribuir a competência exclusiva no tratamento dos filhos.

Tais representações sobre as pessoas típicas de categorias sociais dominantes e dominadas são relevantes na medida em que se traduzem em modalidades de preconceito, presentes na sociedade de uma forma cada vez mais sutis e permeados por uma ambivalência de intenções (AMÂNCIO, 1991; FORMIGA, SANTOS, GOUVEIA, 2002).

Sexismo Ambivalente: Perspectiva Conceitual e Medida Psicológica.

De acordo com Ribeiro e Pátaro (2015), o sexismo é a ação preconceituosa que gera discriminação baseada nas diferenças de sexo, que frequentemente resulta de ideias milenares e estereotipadas do que seria o feminino e o masculino em nossa sociedade.

De acordo com Formiga (2007) atualmente, é possível observar que algumas práticas discriminatórias vêm assumindo novas facetas, não ocorrendo a sua diminuição, mas a apresentação de uma versão sutil. O enfoque que trata desta forma moderna de preconceito sexual é denominado sexismo ambivalente, e parte do pressuposto que o preconceito em relação à mulher não é uniformemente negativo, apresentando duas formas principais, hostil e benévola. (FORMIGA, et al, 2002).

Glick e Fiske (1996) caracterizam que ambas as formas de sexismo se encontram estruturadas sobre três tipos de expressão, definidores de um conjunto de crenças nas quais a ambivalência para com a mulher é inerente, a saber: paternalismo, diferenciação de gênero e heterossexualidade.

De acordo com Formiga, Gouveia e Santos (2002), o sexismo hostil se refere às atitudes tradicionais e preconceituosas que supõem a inferioridade das mulheres e se estrutura em três categorias: a) paternalismo dominador que considera as mulheres e inferiores e frágeis, razão pela qual, precisam ser guiadas e controladas pelos homens; b) a diferença de gênero competitiva que sustenta que as mulheres são diferentes dos homens porque não possuem características para triunfar no âmbito público e, por isso, devem restringir-se ao âmbito privado; e c) a hostilidade heterossexual que alude ao poder sexual feminino que as tornam perigosas e manipuladoras com os homens.

Os autores supracitados conceituam o sexismo benevolente, por sua vez, como sendo é muito mais sutil e está representado por um conjunto de atitudes relacionadas aos estereótipos femininos que limitam os papéis sociais desempenhados pelas mulheres, mas justificam essas atitudes expressando afeto e intimidade. Suas categorias são: a) paternalismo protetor que implica no cuidado da mulher pelo homem; b) diferenças de gênero que enfatizam as características positivas das mulheres que complementam a dos homens; e c) intimidade heterossexual que supõe que sem um companheiro a pessoa (principalmente a mulher) deve ser digna de compaixão e ajuda.

Em síntese, o sexismo hostil evidencia crenças e práticas típicas de pessoas que consideram os homens superiores às mulheres, refletindo aversão e intolerância em relação ao seu papel como figura de poder e decisão. Aborda por uma orientação vertical, com obediência aos padrões morais tradicionais que situam a mulher na esfera privada e é mais claro e diretamente discriminatório do que o benévolo. Algumas expressões que poderiam caracterizá-lo são: as mulheres tentam ganhar poder controlando os homens; as mulheres exageram os problemas que têm no trabalho; e uma vez que uma mulher consiga que o homem se comprometa com ela, tenta controlá-lo estritamente. (FORMIGA et al, 2002).

Ainda de acordo com Formiga, Gouveia e Santos (2002), o sexismo benévolo refere-se a uma atitude positiva, aparentemente não preconceituosa em relação à mulher, evidenciando o sentido paternalista que a descreve como pessoa frágil, que necessita de cuidados, mas que também pode complementar o homem. As seguintes sentenças poderiam ajudar a defini-lo: as mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens; todo homem deve ter uma mulher a quem amar; e o homem está incompleto sem a mulher.

A ocorrência dessas práticas nos contextos laborais torna-se importante à medida que o trabalho se apresenta como atividade central na vida de grande parte da coletividade. Assim, contextos laborais violentos e outras condições contextuais negativas resultam em grave dano à efetivação do potencial dos sujeitos que sofrem com a violência nesses espaços (CORTEZ; ZERBINI; VEIGA, 2019).

Ademais, por estarem presentes por todo o espaço coletivo, é fundamental analisar as práticas sexistas no espaço laboral em diferentes situações, uma vez que se iniciam desde o processo seletivo para ingressar no cargo, incidindo até o topo das organizações por meio de políticas e práticas que prejudicam as mulheres na ascensão profissional (CORTEZ et al, 2019). É no ponto das definições de papéis sociais que os tipos de sexismo se correlacionam com as teorias implícitas sobre o papel da mulher no mercado de trabalho, razão pela qual foi elaborado o instrumento deste projeto, que procura identificar a adesão da amostra selecionada aos conceitos tratados neste referencial teórico.

Método

O presente estudo adotou uma abordagem de natureza quantitativa, de caráter descritivo e exploratório e correlacional envolvendo civis e militares brasileiros.

Local e administração da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, em profissionais civis e militares empregados e com nível superior completo. O instrumento foi administrado de forma individual aos participantes por meio eletrônico, através do Google forms, e enviado através das redes sociais e/ou e-mails.

Amostra

Participaram da amostra profissionais civis e militares brasileiros com ensino superior completo. Em relação aos critérios éticos, apresentaram-se informações acerca do objetivo da pesquisa e instruções para entendimento das questões. Foram adotadas todas as orientações previstas na Resolução 196/96 do CNS (1996) para pesquisa com seres humanos.

Ao solicitar a participação dos profissionais, informou-se que o objetivo do estudo seria avaliar o que pensam as pessoas no mundo contemporâneo em relação a si mesmo e a sua vida social. Nesse sentido, foi solicitada sua participação voluntária, dando consentimento, através de assinatura virtual (marcando o espaço indicando a autorização), para a participação na pesquisa e divulgação dos resultados.

Os participantes foram esclarecidos que a pesquisa contribuiria para a elaboração e aplicação de programas de educação, desenvolvimento social e psicológico e que os resultados deste estudo seriam apresentados em eventos da área de Psicologia, Psicologia social e do Desenvolvimento, bem como, para publicação em revistas científicas. Foi-lhes assegurado o anonimato das respostas e os pesquisadores foram colocados à disposição para eventuais esclarecimentos.

A amostra foi do tipo bola de neve, essa técnica é uma forma de amostra não probabilística, é caracterizada pela forma de disseminação, ocorrendo através dos próprios usuários iniciais do estudo, estes indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto, ou seja, o ponto de saturação (SALGANIK; HECKALHORN, 2004).

A análise do poder estatístico relativo ao 'n' necessário para a pesquisa e o tipo de cálculo a ser realizado foi efetuado no software G-Power 3.1 (FAUL, ERDFELDER, LANG, BUCHNER, 2007); considerada uma probabilidade de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral ($r \geq 0,30$) e um padrão de poder hipotético ($\pi \geq 0,80$) destinada verificação da qualidade e significância da amostra para a realização da pesquisa. Uma amostra mínima de 130 sujeitos revelou-se suficiente para o estudo tendo os seguintes indicadores estatísticos ($t \geq 1,98$, $\pi \geq 0,95$, $p\text{-value} \leq 0,01$).

Na coleta final, obtete-se um total de 187 participantes, distribuído entre civis e militares, considerando assim, o 'n' necessário para que os objetivos associados à amostra do projeto fossem cumpridos e as referidas análises estatísticas. Esta amostra é não probabilística, podendo ser definida como intencional; foram consideradas as pessoas que, consultadas, dispuseram-se a colaborar respondendo ao questionário que era apresentado.

Instrumento para a coleta de dados

Os trabalhadores responderam aos seguintes questionários:

Inventário de Sexismo Ambivalente, desenvolvido por Glick e Fiske (1996) e validado no Brasil por Formiga et al (2002) que, de acordo com os autores, mantém a qualidade psicométrica do instrumento original e completo. O instrumento é composto por 22 itens, divididos em dois grandes fatores, que são o Sexismo Hostil e o Sexismo Benévolo que avaliam os estereótipos assumidos por cada sexo nestas duas dimensões. Associados ao sexismo hostil estão frases como, por exemplo: “Na verdade, o que as mulheres feministas pretendem é que a mulher tenha mais poder que o homem; as mulheres tentam ganhar poder controlando os homens”. Correspondem ao sexismo benévolos itens como, por exemplo: “As mulheres, em comparação com os homens, mostram um sentido mais refinado para a cultura e o bom gosto; Uma boa mulher deveria ser posta em um pedestal pelo homem”.

Os índices de consistência interna para o instrumento foram de 0,66 para o Sexismo Hostil e de 0,77 para o benévolo. Formiga, Gouveia e Santos (2002), realizara um estudo com esta mesma escala em graduandos do curso de Psicologia de uma universidade privada, de ambos os sexos. Os resultados confirmaram a existência dos dois fatores hipotetizados, e indicaram uma correlação do sexismo com o gênero; especificamente, os homens apresentam maior sexismo hostil, enquanto as mulheres pontuaram mais em relação ao sexismo benévolo. Os resultados foram discutidos à luz da literatura sobre os estereótipos de gênero.

Escala das teorias implícitas da personalidade sobre a mulher no mundo do trabalho. Trata-se de uma medida desenvolvida por Amâncio (1994) composto por 21 afirmações que exprimem crenças, explicações e avaliações sobre a discriminação da mulher no trabalho e correspondiam às 4 teorias implícitas sobre este tema, já apresentadas no referencial teórico deste projeto, quais sejam: individualista, tradicional, psicológica negativa, psicológica positiva.

A autora então elaborou o conjunto de sentenças relativas a cada uma das teorias implícitas. A Teoria Implícita individualista, por exemplo, é associada a sentença que afirma que “o sucesso profissional na nossa sociedade só depende da competência e do mérito de cada um”. Já a implícita tradicional sustenta que “ninguém melhor que a mãe sabe dar às crianças o afeto de que elas necessitam”. A sentença que defende que “uma mulher numa função de chefia tende a ser parcial” é atribuída a teoria psicológica negativa, enquanto a psicológica positiva defende que “o sucesso de uma mulher numa função de chefia reside na sua capacidade de ouvir e comunicar”. Cada teoria tem de 4 a 6

sentenças atribuídas a elas. A concordância com estas sentenças indica de que forma um indivíduo ou uma categoria percebe a atuação da mulher no mercado de trabalho.

No estudo realizado por Amâncio (1994), com a aplicação deste instrumento em trabalhadores e estudantes dos três primeiros anos de sete cursos diferentes de escolas superiores públicas de Lisboa e do Porto validou as 4 teorias implícitas e verificou que a teoria implícita individualista suscitou a maior discordância entre os sujeitos e a teoria implícita psicológica positiva a maior concordância de todos os sujeitos. As diferenças entre as médias dos homens e das mulheres não foram significantes na teoria implícita individualista, mas foram em todas as outras. As mulheres concordam mais com as teorias implícitas tradicional e psicológica negativa. As sentenças que compõe cada um dos fatores encontram-se listadas no Anexo 2 deste estudo.

Em ambos os construtos, para responder ao questionário, a pessoa deveria ler cada item e indicar quanto está de acordo com o conteúdo exposto, utilizando para tanto uma escala de quatro pontos, tipo Likert, com os seguintes extremos: 1 = Discordo totalmente e 4 = Concordo totalmente. Com a finalidade de conhecer as características da população da pesquisa referente à pesquisa quantitativa, a elaboração do questionário foi composta ainda por perguntas de natureza sociodemográficas sobre idade, sexo e profissão.

Análise de Dados

Em relação a análise dos dados, foi utilizado o pacote estatístico *SPSSWIN*, em sua versão 25.0, para tabular os dados e realizar as análises estatísticas descritivas (média, desvio padrão, frequência e indicadores da Skewness e Kurtosis) e os cálculos referentes à correlação de Pearson, alfa de Cronbach, correlação intraclasse e qui-quadrado.

Resultados e Discussão

Com a finalização da coleta dos dados no período de três meses de 2021, partiu-se para categorizar as respostas para o pacote estatístico SPSS 25.0; a partir desta organização avaliaram-se alguns critérios quanto a qualidade amostral. No que se refere a multicolinearidade, observaram-se correlações variando dentro dos parâmetros definidos por Tabachnick e Fidell (2001) [$r \leq 0,90$, variando de -0,08 a 0,71], situação a qual, revela a não existência de variáveis com alto grau de correlação, permitindo com isso, gerir modelos preditivos e/ou correlacionais, com baixo erro de medida.

Com isso, participaram da amostra final, 187 respondentes dos quais, 116 civis e 71 militares, tendo a faixa etária de 33,71 anos (d.p. = 7,90), 72% eram civis, 54% do sexo feminino, 37% têm uma renda econômica acima de cinco salários-mínimos, todos com o ensino superior completo, mas, apenas 39% tendo curso de especialização.

Por ter encontrado estudos que utilizaram estas escalas no contexto brasileiro ou de língua portuguesa (por exemplo, no que se refere ao sexismo ambivalente [FORMIGA, GOUVEIA, SANTOS, 2002; FERREIRA, 2004; FORMIGA, ARAÚJO, CAVALCANTE, 2007; FILHO, EUFRÁSIO, BATISTA, 2011; FORMIGA, GONÇALVES, GOMES, 2018] e para a teoria implícita da personalidade em relação a mulher no mundo do trabalho GOMES, 1993; AMÂNCIO, 1994; AMÂNCIO, 2003; OLIVEIRA, NOGUEIRA, 2018]), optou-se por avaliar apenas a confiabilidade destas medidas, já que nos estudos publicados os indicadores estatísticos da fatorialidade estiveram dentro do intervalo e escores exigidos para avaliação da consistência destas medidas e definição de construto.

Com isso, procurou-se verificar o quanto estas medidas revelariam indicadores psicométricos que garantissem a consistência interna dos construtos referente ao conceito do a que pretendeu medir e sua distribuição fatorial para a referida amostra. A intenção em realizar estas análises partiu da proposta axiomática previamente definida pelos estudiosos que utilizaram de ambas as medidas, separadamente, para avaliar o fenômeno do preconceito social e no mundo do trabalho sobre as mulheres, pois, tomou-se como confiável e adequado para esta dissertação, as direções metodológicas e teóricas apresentadas pelos autores supracitados, pois, os indicadores estatísticos representaram uma segurança para a mensuração em distintas amostras. Para o cumprimento deste objetivo utilizou-se o alpha de Cronbach (α) (devendo ser $\geq 0,70$, mas, valores até 0,60 são aceitáveis, quando a quantidade dos itens do fator estiver entre 2 ou 5 itens) (PASQUALI, 2011; HAIR, ANDERSON, TATHAM, BLACK 2008; HUTZ, BANDEIRA, TRENTINI, 2015).

Sendo assim, efetuou-se o cálculo do alfa de Cronbach podendo observar na tabela a seguir (ver tabela 3) que os indicadores estatísticos, em todas as dimensões dos construtos abordados, foram $> 0,70$, condição que garante a consistência e fidedignidade das medidas. Nesta mesma tabela é apresentada a manutenção na variação dos alfas (V) caso algum item fosse excluído, pode-se observar que em todos os construtos, estes indicadores permaneceram próximos aos alfas gerais destacando com isso, uma

homogeneidade deste indicador nas medidas, destacando que mesmo que venha excluir o item, o que de fato não ocorreu, não interferissem na qualidade das medidas.

A título de complemento considerou-se o Coeficiente de Correlação Intraclasse (em inglês ICC), o qual, revelou escores com um intervalo de confiança compatível ao estabelecido na literatura estatística, garantindo a confiabilidade das medidas na amostra avaliada, bem como, para futuros estudos com amostras semelhantes a coletada para a dissertação. No contexto da análise estatística, observou-se uma linearidade na consistência da escala, pois, seja para a amostra total, seja para a de militares e civis, os indicadores estatísticos atenderam aos critérios exigidos (cf. PASQUALI, 2011; HAIR, ANDERSON, TATHAM, BLACK 2008). É preciso destacar a existência de alfas menor que 0,70, condição esta, que não deverá ser considerado um limite ou insuficiência empírica da medida, pois, tanto o alfa quanto o ICC, é um indicador psicométrico que tem sua variação associada pela quantidade dos itens que formam o fator e o 'n' amostral exigido (o qual, deverá ser acima 100 participantes), podendo ser aceito também, ao salientar essas condições alfas a partir de 0,60 ou até 0,50 (HAIR, ANDERSON, TATHAM, BLACK 2008).

Tabela 1: Escores dos alfas de Cronbach (α) das escalas administradas aos participantes.

Construtos/ Variáveis	Alfa de Cronbach									ICC (IC 95%)		
	α_{geral}			V $\alpha_{\text{Item excluído}}$			F Friedman					
	Ntotal	Nmilitar	Ncivil	Ntotal	Nmilitar	Ncivil	Ntotal	Nmilitar	Ncivil	Ntotal	Nmilitar	Ncivil
Sexismo Ambivalente	0,90*	0,90*	0,91*	0,89- 0,91	0,89- 0,91	0,90- 0,91	22,46*	8,95*	15,27*	0,90* (0,88- 0,92)	0,90* (0,86- 0,93)	0,91* (0,88- 0,93)
Benévolo	0,81*	0,78*	0,84*	0,78- 0,83	0,75- 0,80	0,82- 0,85	22,03*	9,14*	16,53*	0,84 (0,79- 0,88)	0,78 (0,73- 0,80)	0,84* (0,79- 0,88)
Hostil	0,81*	0,83*	0,82*	0,78- 0,81	0,80- 0,82	0,80- 0,81	16,42*	9,82*	15,36*	0,81* (0,76- 0,86)	0,83* (0,70- 0,85)	0,82* (0,77- 0,87)
Teoria Implícita da Personalidade Mundo do trabalho	0,86*	0,85*	0,88*	0,84- 0,88	0,83- 0,86	0,85- 0,90	52,61*	64,27*	64,27*	0,86* (0,83- 0,89)	0,85* (0,79- 0,83)	0,85* (0,81- 0,88)
Teoria implícita individualista	0,72*	0,76*	0,75*	0,67- 0,70	0,68- 0,78	0,69- 0,73	86,77*	33,79*	82,09*	0,72 (0,66- 0,79)	0,76* (0,66- 0,84)	0,76* (0,67- 0,82)
Teoria implícita tradicional	0,72*	0,77*	0,71*	0,68- 0,74	0,69- 0,73	0,62- 0,70	28,44*	8,12*	26,87*	0,72 (0,65- 0,78)	0,77 (0,66- 0,84)	0,71* (0,65- 0,76)
Teoria implícita psicológica negativa	0,74*	0,70*	0,73*	0,70- 0,74	0,67- 0,70	0,67- 0,72	7,26*	8,18*	3,86*	0,74 (0,66- 0,80)	0,70 (0,65- 0,79)	0,73* (0,64- 0,80)
Teoria implícita psicológica positiva	0,76*	0,79*	0,77*	0,69- 0,74	0,72- 0,83	0,69- 0,81	15,55*	7,73*	10,70*	0,76 (0,69- 0,82)	0,79 (0,71- 0,86)	0,77* (0,69- 0,83)

 Notas: Elaborado pela autora (2022); Notas: V α = Variação alfa quando o item for excluído; F = Teste de Friedman; ICC = Correlação intraclasse. * p < 0,001

Ao considerar esses indicadores psicométricos é possível afirmar que eles representam a garantia com estas medidas podem ser utilizadas para o referido contexto de pesquisa nesta dissertação; estes resultados, não apenas representou muito bem o conteúdo proposto, quanto que as medidas referentes ao sexismo ambivalente e da Teoria Implícita da Personalidade Mundo do trabalho, corroboraram a qualidade de sua mensuração em civis e militares a respeito do preconceito em relação as mulheres nas organizações (FORMIGA, GONÇALVES, GOMES, 2018; AMÂNCIO, 1994).

Em termos gerais, considera-se que os respondentes, em ambas as escalas, reconheceram o conteúdo e o sentido dos referidos instrumentos apresentados a eles, os quais, consistentes na avaliação dos respondentes. Respondidos aos objetivos específicos e com base nestes resultados, procurou-se atender ao objetivo principal do estudo (a título lembrança para o leitor: verificar a relação entre as variáveis do sexismo ambivalente e da Teoria Implícita da Personalidade Mundo do trabalho). Para isso, realizou-se uma correlação de Pearson (r) entre as variáveis tendo observado os seguintes resultados:

- na tabela 2, observa-se a existência de uma relação positiva, tanto do construto do sexismo ambivalente (quanto pontuação total, para a qual, deveria corresponder ao somatório dos 22 itens para a formação desta variável), quanto do sexismo benévolo e hostil (respectivamente, correspondendo ao somatório de 11 itens para cada dimensão, extraída da escala de 22 itens), se relacionaram positiva e significativamente, com o TIP (pontuação total da dimensão da teoria implícita da personalidade sobre a mulher no mundo do trabalho), quanto para as dimensões Teoria implícita individualista (TIPindividualista), Teoria implícita tradicional (TIPtradicional), Teoria implícita psicológica negativa (TIPpsicológica negativa) e Teoria implícita psicológica positiva (TIPpsicológica positiva). Destaca-se que apenas a dimensão do sexismo hostil e Teoria implícita psicológica positiva (TIPpsicológica positiva), não se relacionaram significativamente.

Optou-se como resultados adicionais, avaliar a relação entre estas variáveis, considerando apenas à amostra de militares e de civis; destaca-se nas tabelas 5 e 6, a existência de correlação entre as dimensões dos construtos abordados na mesma direção e força correlacional observada nas relações entre as variáveis com à amostra total. Isto é, seja com à amostra geral ou separada (militares e civis) há uma relação consistente e significativa, podendo afirmar que o preconceito em relação a mulher no mundo do

trabalho é bastante semelhante para os participantes, pois, a partir do tipo de sexismo assumido pelos respondente é possível explicar a condição implícita avaliada pelos mesmo quando se pretende julgar a função e posicionamento da mulher no ambiente laboral.

Condição esta que corrobora a reflexão de Amâncio (1994) no que se refere, as formas e conteúdo do pensamento social sobre as categorias masculina e feminina, para a produção de juízos e explicações sobre o comportamento do indivíduo, categorizados segundo o sexos e sobre as posições relativas dos dois grupos (civis e militares) no mundo do trabalho, existindo uma 'lógica' subjacente à caracterização social das mulheres e a todos os processos de inferência (com base na teoria implícita da personalidade) que lhe estão ligados e que é sempre orientada para a confirmação dos limites socialmente impostos à pessoa do sexo feminino (p. 135).

Tendo também, convergido para a perspectiva aborda por Formiga e Camino (2001; cf. DEBERT, 2008) a respeito da feminilidade e masculinidade; para estes autores, por serem os papéis de gênero expectativas relacionadas com os papéis que os indivíduos de cada sexo devem se comportar, podendo encontrar na sociedade um conjunto de ideias concernente à natureza das categorias da masculinidade e feminilidade, assemelhando-se ao modelo biológico, considerando que os atributos psicológicos e comportamentais se diferenciam entre os sexos, tornando assim, excludentes tanto qualidades femininas quanto masculinas, configurando na saliência dos traços instrumentais e expressivos, os quais, incorporados ao autoconceito do indivíduo, consistindo em construtos globais relacionados às variáveis psicológicas associadas ao gênero, tais como: estereótipos, valores e atitudes, capaz de se manifestar em todos os comportamentos intrínsecos aos papéis de gênero, centrado assim, na aprovação social (p. 41-44). Com isso, as explicações sobre o papel da mulher no mundo do trabalho têm sua base na construção social da realidade, a qual, discriminatória, seja na sutileza (benevolência) do sexismo, seja em sua tradicionalidade e imperativismo sócio-moral (assumido na hostilidade).

Tabela 2: Análise de correlação de Pearson (r) o sexismo ambivalente e a teoria implícita da personalidade em militares e civis (amostra total).

Variáveis	Correlação entre variáveis (r)														
	TIP			TIP Individualista			TIP Tradicional			TIP Psicológica negativa			TIP Psicológica positiva		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3	N1	N2	N3	N1	N2	N3	N1	N2	N3
Sexismo Ambivalente [‡]	0,77 *	0,76 *	0,77 *	0,66 *	0,71 *	0,59 *	0,70 *	0,75 *	0,68 *	0,67 *	0,73 *	0,63 *	0,30 *	0,25	0,32 *
Sexismo Benévolo	0,71 *	0,73 *	0,68 *	0,60 *	0,70 *	0,48 *	0,68 *	0,78 *	0,60 *	0,48 *	0,57 *	0,46 *	0,39 *	0,35 *	0,42 *
Sexismo Hostil	0,65*	0,66*	0,66*	0,57 *	0,61 *	0,55 *	0,56 *	0,61 *	0,57 *	0,70 *	0,75 *	0,64 *	0,11	0,12	0,11

Fonte: Elaborado pelos autores (2022); Nota: * p-valor < 0,05. ‡ pontuação total do sexismo, TIP = Teoria Implícita da Personalidade. N1= Amostra total, N2 = Amostra militar, N3 = Amostra civil

Realizou-se também, a comparação entre as variáveis sexismo (pontuação total) versus TIP (Fator Teoria Implícita da personalidade, pontuação total) considerando uma distribuição de percentual e 'n', para a qual, optou-se em distribuí-las em decis (1 = baixo e 2 = alto). Na tabela 3, pode-se observar que a associação de frequência entre as variáveis foi significativa; porém, destaca-se que o maior percentual esteve para o nível do alto sexismo e alto TIP (77%), há também, um percentual acima de 50% no baixo nível de sexismo em função do baixo nível de TIP. Na mesma tabela consideraram-se as dimensões do sexismo (benévolo e hostil) em função da TIP, podendo observar que na dimensão benévolo o percentual foi mais alto, o qual, associado ao alto TIP; mas, para o hostil o resultado inverso, quanto mais baixo, menor será a TIP, condição que é compreensível, pois, frente a demandas sociais e até jurídicas para inibição do preconceito em relação a mulheres

Tabela 3: Frequência em percentagem da associação entre sexismo ambivalente e suas dimensões em relação a TIP

Sexismo Ambivalente	TIP		Estatística		
	Baixo (% , n)	Alto (% , n)	χ^2	gl	p-valor
Baixo (% , n)	74 (73)	26 (23)	52,23	1	0,001
Alto (% , n)	23 (21)	77 (67)			
Sexismo Benévolo					
Baixo (% , n)	75 (76)	25 (25)	47,25	1	0,001
Alto (% , n)	22 (21)	78 (64)			
Sexismo Hostil					
Baixo (% , n)	76 (73)	24 (23)	49,21	1	0,001
Alto (% , n)	30 (21)	70 (66)			

Nota: TIP = pontuação total (unifatorial) da medida da teoria implícita de da personalidade.

Na tabela 4, são apresentadas as frequências, em percentuais, entre as variáveis do sexismo ambivalente e as dimensões das teorias implícitas da personalidade sobre a mulher no mundo do trabalho. Desta maneira, o percentual no baixo nível de sexismo ambivalente, benévolo e hostil associou-se ao baixo nível da TIP individualista (esta teoria nega a existência de preconceitos contra a mulher no mundo do trabalho,

associando as diferenças de posições de homens e mulheres no universo laboral à incompetência feminina em determinados cargos, decorrente das diferentes vocações de homens e mulheres); resultado semelhante foi observado para o baixo nível de TIP tradicional (de acordo com esta teoria as diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho se dá em razão da necessidade da mulher desempenhar prioritariamente suas funções tradicionais no âmbito da família), pois nesta dimensão da TIP, observou-se uma associação ao baixo nível de sexismo ambivalente e benévolo, porém, para o sexismo hostil, houve um alto nível de percentual nesta dimensão associada ao alto nível de TIP tradicional.

No que se refere a TIP psicológica negativa (para esta teoria, a diferença entre homens e mulheres no trabalho se dá em razão da mulher reunir um perfil de características psicológicas negativas e inadequadas ao mundo do trabalho, sendo parciais, facilmente influenciáveis e tendo que recorrer ao chame e à sedução para obterem vantagem), com exceção do sexismo benévolo, o qual revelou baixo nível de adesão a esta TIP, observou-se a existência de um alto nível de sexismo ambivalente e hostil associado ao alto nível da TIP negativa (Tabela 4).

Por fim, ainda na tabela 8, em relação a TIP psicológica positiva (tal teoria questiona a discriminação da mulher no trabalho, ao apresentar as características expressivas e a orientação relacional do comportamento feminino como adequadas ao mundo do trabalho), o sexismo ambivalente e o hostil apresentaram um baixo nível associado ao baixo nível desta TIP, já o sexismo benévolo apresentou um alto nível relacionando com o alto nível da TIP psicológica positiva.

Tabela 4: Frequência em percentagem da associação entre sexismo ambivalente e suas dimensões em relação a TIP

Sexismo Ambivalente	TIP individualista		Estatística		
	Baixo (% , n)	Alto (% , n)	χ^2	gl	p-valor
Baixo (% , n)	73 (71)	27 (26)	32,75	1	0,001
Alto (% , n)	31 (27)	69 (60)			
Sexismo Benévolo					
Baixo (% , n)	74 (75)	26 (26)	38,85	1	0,001
Alto (% , n)	28 (23)	72 (59)			

Sexismo Hostil					
Baixo (%, n)	76 (73)	24 (23)	40,27	1	0,001
Alto (%, n)	29 (25)	71 (61)			
Sexismo Ambivalente		TIPtradicional		Estatística	
	Baixo (%, n)	Alto (%, n)	χ^2	gl	p-valor
Baixo (%, n)	75 (73)	25 (24)	35,12	1	0,001
Alto (%, n)	32 (28)	68 (60)			
Sexismo Benévolo					
Baixo (%, n)	73 (74)	27 (27)	30,53	1	0,001
Alto (%, n)	33 (27)	67 (56)			
Sexismo Hostil					
Baixo (%, n)	70 (68)	30 (28)	21,53	1	0,001
Alto (%, n)	26 (32)	74 (75)			
Sexismo Ambivalente		TIPpsicológica negativa		Estatística	
	Baixo (%, n)	Alto (%, n)	χ^2	gl	p-valor
Baixo (%, n)	73 (23)	27 (64)	45,03	1	0,001
Alto (%, n)	24 (23)	76 (73)			
Sexismo Benévolo					
Baixo (%, n)	72 (72)	28 (28)	33,08	1	0,001
Alto (%, n)	43 (24)	57 (58)			
Sexismo Hostil					
Baixo (%, n)	63 (63)	47 (23)	45,53	1	0,001
Alto (%, n)	24 (23)	76 (72)			
Sexismo Ambivalente		TIPpsicológica positiva		Estatística	
	Baixo (%, n)	Alto (%, n)	χ^2	gl	p-valor
Baixo (%, n)	67 (66)	33 (32)	4,40	1	0,05
Alto (%, n)	52 (46)	48 (42)			
Sexismo Benévolo					

Baixo (%, n)	67 (68)	33 (33)	4,97	1	0,01
Alto (%, n)	21(41)	79 (44)			
Sexismo Hostil					
Baixo (%, n)	67 (64)	33 (32)	3,06	1	0,05
Alto (%, n)	55 (47)	45(40)			

A partir da avaliação de frequência entre as variáveis, procurou-se verificar as diferenças entre os escores médios entre as dimensões do TIP. Na tabela 5, pode-se observar que, com base num teste t para amostra pareadas, destaca-se que a dimensão da TIPpsicológica positiva foi a que apresentou maior escore quando comparado as demais dimensões.

Tabela 5: Diferentes dos escores médios entre as dimensões da TIP

Pares de variáveis		Escores médio	d.p.	Estatística		
				t	df	p-valor
Par 1	TIPindividualista	14,1576	4,63087	12,17	183	0,01
	TIPtradicional	10,8696	4,15207			
Par 2	TIPindividual	14,1813	4,64961	2,32	181	0,01
	TIPpsicológico negativa	13,3571	4,83415			
Par 3	TIPindividualista	14,1576	4,63087	-15,05	183	0,01
	TIPpsicológico positivo	21,0815	5,05693			
Par 4	TIPtradicional	10,8798	4,16906	-7,99	182	0,01
	TIPpsicológico negativa	13,3825	4,83305			
Par 5	TIPtradicional	10,8865	4,14717	-25,75	184	0,01
	TIPpsicológico positivo	21,0595	5,05209			
Par 6	TIPpsicológico negativa	13,3825	4,83305	-19,92	182	0,01
	TIPpsicológico positivo	21,0164	5,05842			

No que se refere às diferenças entre as dimensões da TIP e tipo de amostra (isto é, civil e militar); efetuou-se um teste t de student para amostras independentes e observou-se que apenas para a dimensão TIPtradicional e TIPpsicológico positivo revelou resultado

significativo: respectivamente, os participantes civis (**Média = 11,55**, d.p. = 3,98) e militar (Média = 9,78, d.p. = 4,19) [$t(1/182) = -2,87$, $p < 0,01$] e civis (**Média = 22,10**, d.p. = 4,76) e militar (Média = 19,39, d.p. = 5,06) [$t(1/184) = -3,68$, $p < 0,01$]. No que diz respeito ao sexo (homem e mulher) os resultados não foram significativos, condição a qual, permite afirmar que esta variável tem baixo poder de influência nas teorias implícitas da personalidade sobre a mulher no mundo do trabalho.

Os resultados obtidos quanto ao sexismo ambivalente se assemelham aos resultados de estudos anteriores, demonstrando a maior adesão ao sexismo hostil por parte dos homens e a observação de que homens e mulheres concordam com a vertente do sexismo tido como benévola.

Contudo, quando analisaram-se as categorias profissionais, apesar de se esperar que, em razão da supervalorização dos estereótipos masculinos na profissão militar, esta categoria profissional se diferenciasse dos profissionais civis na perspectiva hostil do sexismo, os estudos comprovaram que a área de atuação não influencia neste fator, comprovando a existência da assimetria nos universos simbólicos masculinos e femininos que se refletem em todos os processos que contribuem para a produção da realidade social dos dois sexos no mundo do trabalho, independente da categoria profissional desempenhada.

Esta assimetria é comprovada também no consenso existente entre homens e mulheres com a maioria das teorias implícitas da personalidade, exceção feita apenas à teoria psicológica positiva, cuja maior adesão feminina pode representar uma negação por parte das mulheres das explicações baseadas na dimensão negativa dos estereótipos.

O estudo comprova que, para os profissionais do contexto organizacional abordado para esta dissertação, os papéis tradicionais da mulher no mundo do trabalho, mesmo com alguns avanços sociais e jurídicos, permanecem alicerçados ainda na perspectiva de traços personalísticos e sociais referente a aderência de uma conduta de feminilidade, condição a qual, já destacada por Formiga e Camino (2001) no que diz respeito a exigência de uma sociedade que cria expectativa nos papéis sociais para cada sexo, que tende a considerar muito mais adesão dos atributos psicológicos e comportamentais diferenciados assumidos pelas mulheres do que pelos homens, tendo elas que aderir as traços de expressividade e sociabilidade.

Tais situações, associados aos resultados, permite refletir uma condição laboral que destaca não apenas da permanência de um estado psicológico positivo, de acordo com

o que foi observado na avaliação das diferenças entre as dimensões da TIP, tendo apresentado uma média superior para TIP psicológica positiva, na qual, a mulher sofre, teoricamente, uma discriminação que exige que ela apresente características expressivas e a orientação relacional associada aos comportamentos socialmente desejável.

Mas, também, que esta condição tem sua estruturação no fenômeno preconceituoso que vem de fora, percorre toda a dinâmica social, pois, percebeu-se tanto a existência de correlação positiva e significativa entre este construto e o sexismo (ver tabelas 4, 5 e 6), quanto na análise de frequência (ver tabela 8), achados estes, que corroboram o estudo de Formiga, Fachini, Curado e Teixeira (2017), quando estes autores verificaram que o sexismo ambivalente, sendo um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo, não houve diferença deste construto em distintos contextos amostrais, isto é, o preconceito frente mulher existe de fato e independente da condição social e geo-política e, com base nos achados desta dissertação, contribui para originar, formar e estruturar o preconceito no mundo do trabalho.

Considerando a reflexão destacada no parágrafo acima, é possível associá-los ao estudo desenvolvido por Gaspodini, Formiga e Falcke (2019), quando verificaram a existência de sexismo na população de psicólogos brasileiros, em distintas especializações e regiões brasileiras; para os autores, os resultados tanto revelaram que a medida de sexismo é consistente na amostra, confirmando a estrutura bifatorial do sexismo ambivalente (hostil e benévolo), bem como, independe do tempo de formação destes profissionais. Apesar da sociedade em geral atribuir a estes profissionais um preparo e elaboração psicológica 'equilibrada', devido justamente, a sua categoria teórica profissional e prática, com tais resultados, pode-se destacar que eles e outros (considerando os participantes da pesquisa nesta dissertação), não estão livres deste processo discriminatório e na maioria das vezes de sua atribuição causal a respeito do papel social destinado as mulheres.

Com isso, as explicações sobre o papel da mulher no mundo do trabalho têm sua base na construção social da realidade, a qual, discriminatória, seja na sutileza (benevolência), fazendo com que elas enfrentem dilemas sociais que colaboram para manutenção de sua subjugação, tais como: o exercício das responsabilidades familiares e a hierarquização social.

No que se refere ao contexto da análise das categorias profissionais referente a não diferença entre os sexos, é possível salientar que a teoria implícita da personalidade relacionada à mulher no mundo do trabalho pode ser destacada em termos de uma perspectiva conceitual que tangencia as variáveis sociodemográficas, refutando assim, os achados de Amâncio (1994), a qual, observou escores maiores nas respostas dos homens nas dimensões do TIP individualista, TIP tradicional e TIPpsicológica negativa e que, apenas as mulheres apresentaram escores maiores na TIPpsicológica positiva.

Resultado destacado no estudo da autora supracitado, poderá não responder diretamente ao achados desta dissertação em relação ao sexo, mas, se associada a análise de frequência apresentada na tabela 8, na qual, o alto sexismo benévolo associa-se ao alto TIPpsicológica positiva e o baixo sexismo hostil ao baixo TIPpsicológica positiva, é possível refletir no quanto formas sutis de preconceito, as quais, assumidas como uma espécie de cavalheirismo, poder camuflar maneiras de discriminar a mulher no mundo do trabalho (ver MORENO, 1999; FORMIGA, FACHINI, CURADO, TEIXEIRA, 2017; GASPODINI, FORMIGA, FALCKE, 2019).

Na análise das teorias implícitas na divisão por categoria profissional as grandes divergências ocorrem em relação à teoria tradicional e a teoria da psicologia positiva; enquanto a primeira assume as diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho devido a uma condição, *sine quo non*, em razão da necessidade da mulher desempenhar seus papéis sociais familiares, já na segunda perspectiva, a mulher é identificada a partir de perfil de características supostamente adequadas ao mundo do trabalho como o aspecto relacional e a expressividade, condição que, de acordo com Amâncio (1994), corresponderia a uma suposta valorização desta teoria implícita, corroborando assim, com a dimensão conceitual do sexismo benévolo (FORMIGA, FACHINI, CURADO, TEIXEIRA, 2017; GASPODINI, FORMIGA, FALCKE, 2019).

Sendo estas duas perspectivas teóricas mais aceitas pelos civis que pelos militares, é possível destacar que os militares dão menos destaque as vocações da “natureza” feminina no âmbito da família da mesma forma que valorizam menos determinadas características como afetividade e ser relacional para o desempenho das atividades laborais.

Supõe-se que o contato dos militares com mulheres desempenhando atividade que não estão diretamente relacionadas com a estereotipia feminina, como o cuidado, os afaste da percepção de que elas devam cuidar prioritariamente do lar, assim como

valorizam pouco a apresentação de características psicológicas tidas como femininas. Estes achados corroboram os resultados obtidos por Zubieta (2011), que identificou que as militares mulheres, para atuar como líderes, precisavam se apresentar de maneira contrária aos estereótipos femininos. (FORMIGA; CAMINO, 2001; ZUBIETA, 2011; RUFINE, SILVA, FORMIGA, MELO, 2017; FIGUEIREDO, FERNANDES, 2022).

Considerações finais

A partir desses resultados e a reflexão apresentada no parágrafo acima, e tendo em vista que as percepções sobre determinado grupo estão relacionadas à quantidade de conhecimento que temos a disposição sobre este grupo, observa-se que mesmo com a baixa participação feminina nas Forças Armadas, o contato que os militares têm com as mulheres em ambiente laboral, em certo nível, desconstrói a crença sobre a ocupação pelas mulheres dos papéis mais tradicionais de gênero, associados aos cuidados do lar e da família, apontam para um alto nível de integração da mulher nas Forças Armadas Brasileiras (GUIMARÃES, 2002; ALMEIDA, 2008; ROCHA, 2017; SCHWETHER, CONTI PAGLIARI, 2018).

É inegável a influência das Forças Armadas na sociedade e na Administração. Quando as teorias administrativas ainda estavam sendo formuladas, as organizações militares funcionavam comumente como símbolo das descobertas e realizações. Concepções inicialmente militares sobre hierarquia, disciplina, unidade de comando, organização linear, direção e estratégia, passaram a ser utilizados dentro das empresas. Atualmente, devido à globalização, os militares são capazes de não somente influenciar a sociedade, mas também de serem influenciados, abrindo assim um leque de possibilidades para que o meio militar se aperfeiçoe com estudos, inovações e realizações do meio civil e vice-versa (SILVA, 2019).

Sendo assim é essencial ampliar as pesquisas quanto às percepções de gênero dos militares no Brasil, de modo a corroborar os achados deste estudo quanto ao nível de integração da mulher no desempenho das atividades militares, colaborando para que as restrições ainda impostas mostrem-se infundadas e sejam revistas.

Sugere-se que, para as pesquisas futuras, sejam analisadas as percepções, em separado, dos homens e mulheres militares, identificando com isso se a percepção destes grupos é diferente dos homens e mulheres civis, para que seja possível a comparação com a grande gama de estudos já desenvolvidos em instituições civis públicas e privadas.

Ademais, ao constatar o enviesamento das percepções sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho, este estudo espera contribuir para que a ideia de que as mulheres são predispostas, naturalmente, a serem pacíficas e vulneráveis seja revista. Este enviesamento perpetua a imagem de que elas estão deslocadas no ambiente militar.

Destaca-se ainda que as Forças Armadas e as demais Forças de Segurança são instituições estatais. Afastar ou limitar o acesso à ascensão profissional em virtude do gênero é promover a desigualdade, quando o dever do Estado é coibi-la. Desconstruir esta relação é condição para maior equidade nas Forças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. D. **Batalhas culturais de gênero: a dinâmica das relações de poder no campo militar naval**. 2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

AMÂNCIO, Lígia. **Masculino e Feminino: A construção social da diferença**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

AMÂNCIO, Lígia. As assimetrias nas relações de gênero. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, n. 34, fev. 1992. ISSN 0254-1106.

AMÂNCIO, Lígia. Gênero e assimetria simbólica: o lugar da história na psicologia social, in CASTRO, M. L; GARRIDO, M. (eds.), **Temas e debates em psicologia social** (111-124). Lisboa: Livros Horizonte. 2003.

ABREU, Maria Aparecida Azevedo; MEIRELHES, Raquel de Lima. Mulheres e homens em ocupação de cargos de direção e assessoramento superior (das) na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG). **1797 Textos Para Discussão**, Rio de Janeiro, nov. 2012. Pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

BRASIL. Secretaria-Geral da Mesa. Secretaria de Informação Legislativa. **Decreto-Lei nº 7.935, de 04 de setembro de 1945**. Aprova a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional da Justiça. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 8 set. 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7935-4-setembro-1945-417286-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 849, de 25 de junho de 1993**. Promulga os Protocolos I e II de 1977 adicionais às Convenções de Genebra de 1949, adotados em 10 de junho de 1977 pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados. Brasília, DF: Diário Oficial

da União, 28 jun. 1993. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0849.htm . Acesso em: 18 de abril de 2021.

CAMARGO, Wainesten. **Mulheres nas Forças Armadas**: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5727, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72412>. Acesso em: 11 abr. 2022. Acesso em: 9 abr. 2021.

CARLOTO, Cassia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001.

CARREIRAS, Helena. **Mulheres em armas: a participação militar feminina na Europa do Sul**. Edições Cosmos. Instituto da Defesa Nacional. Lisboa, 2002.

CARREIRAS, Helena. Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. **Revista Militar**, Brasil, n.º 2536, maio 2013. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/artigo/826>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CORTEZ, Pedro Afonsos; SOUZA, Marcos V. R. de; SALVADOR, Ana Paula; OLIVEIRA, Luiz Fernando Adas. Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: Desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29(4), e290414, 2019.

CORTEZ, Pedro Afonsos; ZERBINI, Thais.; VEIGA, Helaila. M. S. Práticas. Work context and Burnout: confirmation of moderators from meta-analysis evidence. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Brasil, v. 19, n. 4, p. 755-761, 2019.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

DEBERT, Guita Grin. Masculinidade, feminilidade e a reprodução das desigualdades. **Cadernos Pagu**, n. 30, p. 409-414, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332008000100021>. Acesso em: 24 abr. 2022.

FAUL, F., ERDFELDER, E., LANG, A. G., & BUCHNER, A. G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. **Behavior Research Methods**, n.39, p.175-191, May 2007. DOI: 10.3758/bf03193146.

FIGUEIREDO, B. A. de; FERNANDES, H. L. Papéis sociais de gênero e perspectivas da participação da mulher no mercado de trabalho: avanços e possibilidades. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 226-243, 2019. DOI: 10.46667/renbio.v12i2.185. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/185>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 de abr. 2022.

FORMIGA, Nilton Soares; CAMINO, Leoncio. A dimensão do inventário de papéis sexuais (BSRI): a masculinidade e feminilidade em universitários. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 18, n. 2, pp. 41-49, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2001000200004>. Acesso em: 24 de abr. 2022.

FORMIGA, Nilton S.; GOLVEIA, Valdiney V; SANTOS, Maria Neusa dos. Inventário do Sexismo Ambivalente: Sua Adaptação e Relação com o Gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 103-111, jan./jun. 2002.

FORMIGA, Nilton S. Valores Humanos e Sexismo Ambivalente. **Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)**, Niterói, v. 19 - n. 2, p. 381-396, Jul./Dez. 2007a

FORMIGA, Nilton; ARAÚJO, Thaís; CAVALCANTE, Carmem. A manutenção da discriminação feminina no contexto brasileiro: Um estudo sobre a fidedignidade do sexismo ambivalente. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, 7(1), 59-70, 2007b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10948/8662>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FORMIGA, N. S.; FACHINI, A. C.; CURADO, F.; TEIXEIRA, J. As duas faces do preconceito feminino: análise do inventário de sexismo ambivalente em homens brasileiros. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 23, n. 41, p. 57-63, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19923>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FORMIGA, Nilton; GONÇALVES, Gabriela; SANTOS, Joana; GOMES, Alexandra. Sexismo ambivalente, valores métricos e diferenças entre pessoas portuguesas e brasileiros. **Eureka**, Assunção, 15(2), 207-224, 2018. Disponível em: <http://psicoeureka.com.py/sites/default/files/articulos/eureka-15-2-10.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; FORMIGA, Nilton Soares; FALCKE, Denise. Evidência psicométrica da estrutura fatorial do sexismo ambivalente em profissionais de psicologia do Brasil. **Act. Psi**, v. 33, n. 127, p. 21-36, Dec. 2019. Available from <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-35352019000200021&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Apr. 2022. <http://dx.doi.org/10.15517/ap.v33i127.33205>.

GLICK, P.; FISKE, S. T. The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. **Journal of Personality and Social Psychology**, n. 70, p. 491-521, 1996.

GOMES, R. As teorias implícitas da personalidade em contexto organizacional escolar. **Psicologia**, [S. l.]: v. 9, n. 1, p. 93-112, 1993. Disponível em:

<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/681>. Acesso em: 24 abr. 2022.

GUIMARÃES, Maria Elizabeth Teixeira Rocha. A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas. **Revista Amagis Jurídica**, [S.l.], v. 2, n. 14, p. 131-158, ago. 2002. ISSN 2674-8908. Disponível em: <<https://revista.amagis.com.br/index.php/amagis-juridica/article/view/46>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua – Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho 2018**. Rio de Janeiro, 2019.

LEAL, Isabel Pereira. **Teorias Implícitas da Personalidade**: novas estruturas categoriais. Lisboa: Instituto de Pesquisas Sociais Damião de Édis, 1986.

OLIVEIRA, João Manuel; NOGUEIRA, Conceição. **Lígia Amâncio: o gênero como ação sobre o mundo**. Lisboa, CIS-IUL, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos políticos da mulher, de 31 de março de 1953**. Nova Iorque, 1953.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos do homem, de 10 de dezembro de 1948**. Bogotá, 1948.

PEREIRA, Marcos Emanuel. Conceitos fundamentais: teorias implícitas da personalidade. In: PEREIRA, Marcos Emanuel. **Estereótipos**. [S. l.]: Amazon, 2021. E-book.

RIBEIRO, Amanda de Souza; PÁTARO, Ricardo Fernandes. Reflexões sobre o sexismo a partir do cotidiano escolar. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan./jun., 2015.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães. A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas. **Revista CEJ**, Brasília: ano XXI, n. 72, p. 24-33, maio/ago. 2017.

SALGANIK, M. J.; HECKATHORN, D. D. Sampling and estimation in hidden populations using respondent-driven sampling. **Sociological methodology**, v. 34, n. 1, p. 193-240, 2004

SANTOS, Lauciana Rodrigues dos. **A participação das mulheres nas forças armadas brasileira**: um debate contemporâneo. Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha. 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/LaucianaRodriguesdosSantos.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SCHWETHER, Natália Diniz; CONTI PAGLIARI, Graciela de. Políticas de gênero para a Defesa: os casos de Argentina e Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 26, n. 65, p. 1-14, Mar. 2018. Available from

<http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Apr. 2022. <https://doi.org/10.1590/1678-987317266501>

SCHLICKMANN, Eugênia; PIZARRO, Daniella. A evolução da mulher no trabalho: uma abordagem sob a ótica da liderança. **Revista Borges**, Faculdade Borges de Mendonça, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 70-89, jul. 2003.

SILVA, Gabriel Fernandes. A influência do militarismo na administração. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. [S. l.], ano 04, 3. ed., v. 1, p. 152-164. mar. 2019. ISSN: 2448-0959.

RUFINE, M. C.; DA SILVA, A. A.; FORMIGA, N. S.; DE MELO, G. F. Perfil psicológico de gênero, qualidade de vida e depressão: proposta de um modelo causal em mulheres idosas. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 32, 2017. DOI: 10.7213/psicol.argument.32.S01.A003. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19957>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ZUBIETA, Elena; BERAMENDI, Maite; SOSA, Fernanda; TORRES, José Alejandro. Sexismo ambivalente, estereotipos y valores en el ámbito militar. **Revista de Psicología**, Lima, v. 29, n. 1, p. 101-130, 2011.

Capítulo 4

VALORAÇÃO E VÍNCULO LABORAL ÀS RELAÇÕES INTERPESSOAIS CORPORATIVAS NO AMBIENTE DE TRABALHO: CORRELAÇÃO ENTRE A PERCEPÇÃO DO SUPORTE ORGANIZACIONAL E O CAPITAL SOCIAL ORGANIZACIONAL NO TEMPO DE PANDEMIA

Thalita Kelle Pires Beserra

Nilton Soares Formiga

Ricardo Ovídio de Oliveira Lima

Antonio Jorge Fernandes

Juliana Bianca Maia Franco

Ionara Dantas Estevam

**VALORAÇÃO E VÍNCULO LABORAL ÀS RELAÇÕES INTERPESSOAIS
CORPORATIVAS NO AMBIENTE DE TRABALHO: CORRELAÇÃO ENTRE A
PERCEPÇÃO DO SUPORTE ORGANIZACIONAL E O CAPITAL SOCIAL
ORGANIZACIONAL NO TEMPO DE PANDEMIA**

Thalita Kelle Pires Beserra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2693-8702>

Faculdade São Vicente, Alagoas-SE, Brasil

E-mail: tpiresb@gmail.com

Nilton Soares Formiga

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4907-9736>

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima

LABAVAPSI- Laboratório de Avaliação Psicológica

Natal, RN, Brasil

E-mail: nsformiga@yahoo.com

Ricardo Ovídio de Oliveira Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1645-7537>

Faculdade São Vicente, Alagoas-SE, Brasil

E-mail: ricardooliveira-adv@hotmail.com

Antonio Jorge Fernandes

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0145-017X>

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima, BR/

Universidade de Aveiro, PT

E-mail: afer@ua.pt

Juliana Bianca Maia Franco

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7566-2688>

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima

E-mail: juliana_franco_@hotmail.com

Ionara Dantas Estevam

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4123-3244>

Universidade Potiguar/Ecossistema Ânima

LABAVAPSI- Laboratório de Avaliação Psicológica

Natal, RN, Brasil

E-mail: ionaradantas@gmail.com

RESUMO: A partir do divisor de águas ocorrido em 2020 em razão da declaração de pandemia global pela OMS que tem perdurado até o atual cenário de 2022, foi imprescindível o desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas da ciência (humana, social, saúde, etc.). Em especial, entender a relação dos trabalhadores e as empresas é ainda mais importante, principalmente, no que diz respeito as relações interpessoais e o vínculo com a própria organização. Com isso, tornou-se crucial avaliar o suporte organizacional e capital social em trabalhadores frente às constantes mudanças organizacionais que se operam com vistas ao desenvolvimento organizacional através dos sujeitos que a compõe e as relações que se manifestam influenciando inclusive o cumprimento de seus objetivos nas corporações e na amplificação do *home-office* e escalas semi-presenciais no ambiente de trabalho como alternativa para driblar a crise instaurada. Observou-se, neste capítulo, que as escalas de medidas utilizadas, foram consistentes, garantindo a qualidade do construto e que a relação hipotetizada entre as variáveis foi relação positiva, bem como, na avaliação da variação dos escores médios, destacou-se que quanto maior a média no construto do suporte organizacional, maior a pontuação no alto capital social.

Palavras-chave: Suporte organizacional; Capital social; Trabalhadores; Covid-19.

INTRODUÇÃO

A situação social e econômica dos últimos dois anos e em especial, no que se refere à saúde coletiva da população, em termos das práticas do cuidado e proteção da saúde individual tem exigido não apenas do cidadão, mas, também, das organizações e empresas uma solução concreta quanto a sua estrutura e condução de seus funcionários e gestores nas atividades funcionais de convivência social no ambiente de trabalho; de acordo com Almeida (2019; Estivalet, Andrade, Faller, Stefanan, & Souza, 2016; Fandiño, Marques, Menezes, & Bentes, 2015; Almeida, Formiga, Junior & Sousa, 2020; Formiga et al., 2020); uma das propostas para resolver tal problema já vinha se implantando no mundo do

trabalho, destacando como teletrabalho, o qual, neste tempo pandêmico, se assumiu o estilo *homeoffice*.

Porém, na concepção dos autores supracitados no parágrafo acima, tal condição, tem como foco exclusivo da diminuição de custos estruturais e aumento de produtividade dos seus colaboradores, já que se acreditava que o cenário domiciliar propiciaria um melhor desenvolvimento e produtividade funcional, tendo com isso, gerido algo muito maior para o ambiente de trabalho: o *homeoffice* foi impelido a mudar sua condição laboral.

De forma geral, o maior interesse, pelos menos na perspectiva teórica, em estabelecer o *homeoffice* na dinâmica de trabalho, é destiná-lo ao bem-estar do trabalhador em meio a nova realidade enfrentada na sua dinâmica de trabalho; condição esta, que de acordo com Barros e Silva (2010), gera um questionamento: há de fato melhoria no desenvolvimento dos trabalhos que anteriormente eram realizados em ambientes presenciais corporativos e de escritórios? Existe, uma razão da positiva adequação, da satisfação e contentamento do sujeito em sua atual ambientação e do suporte que tem recebido por parte das organizações?

Todavia, para que haja maior organização, faz-se necessário compreender, numa condição prática, que os planejamentos precisaram ser adequados e contribuam para um melhor relacionamento humano nas organizações; no contexto de pandemia, esta situação foi a que teve uma influência drástica para a execução das tarefas e recurso humano. Pois, com o trabalhador passando mais tempo em casa, e com a convivência familiar mais próxima, gerou-se uma perspectiva mais diferenciada a respeito do suporte organizacional e o capital social oferecido pelas organizações aos seus funcionários. É fato que este novo espaço laboral trouxe conotações distintas ao rendimento funcional do trabalhador e interpretações sob o olhar do empregador acerca da relação trabalhador-empresa, tendo em vista que o bem-estar é ligado diretamente às percepções e recepções emocionais do meio em que este trabalhador estar envolvido (Nohara, Acevedo, Ribeiro et al, 2010; Estivaleta, Andrade, Faller, Stefanan, & Souza, 2016).

Se por um lado, o suporte organizacional permite ao trabalhador, de acordo com Kurtessis, Eisenberger, Ford, Buffardi, Stewart e Adis (2015), desenvolver uma espécie de atitude conciliadora no que corresponde à combinação organização-trabalhador, uma vez que através do suporte dispensado, promove-se a aproximação do reconhecimento e valorização profissional; ao levar em conta como o trabalhador percebe e avalia a

organização e o quanto ela apresenta um suporte recebido é possível que tal condição seja favorável ao trabalhador para que tenha mais disposição para o cumprimento das metas e objetivos previamente elaborados pela organização destinado ao constante desempenho de sua função (Oliveira-Castro, Pilati & Borges-Andrade, 1999; Formiga, Freire & Fernandes, 2019; Formiga, Pereira & Estevam, 2020).

Ao focar-se na análise do suporte organizacional percebido, não apenas sugere o quanto é importante as situações relacionadas à estabilidade e intensidade do indivíduo para com a organização a partir das suas relações trabalhador-organização, mas, também, associar às relações de troca entre subordinados e superiores hierárquicos, à medida que havendo o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos e suas contribuições diretas, tais serão vistos como importantes antecedentes da percepção positiva do ambiente de trabalho; ademais, existe também a percepção de estar sendo retribuído, o que une questões como autonomia, promoção, estabilidade na organização (Tomasi, Rissi & Pauli, 2020).

Considerando a papel do suporte organizacional, de acordo com Formiga Fernandes, Freire, Franco, Oliveira, Prochazka, Valin, Grangeiro e Estevam (2021), a diligência organizacional quando associada ao capital social, já que a concepção deste construto leva em conta as relações sociais, sistema de recompensas e reconhecimentos funcionais, envolvimento do trabalhador na organização, bem como seu comportamento; ao observar as relações existentes entre a organização e o sujeito trabalhador, e de que modo são afetados, é possível que ao correlacionar à produtividade e desempenho profissional pode-se direcionar para uma melhor qualificação da gestão organizacional (Tractenberg, 1999; Tamayo & Paschoal, 2003; Scorsolini-Comin, Inocente & Miura, 2012; Formiga, Freire, Batista & Estevam, 2017).

Com isso, é mister destacar o capital social das organizações, à medida que o sujeito busca habituar-se às questões laborais impostas pela empresa e por leis que vem regendo o período de isolamento. Mas, no entanto, deve-se observar o que está sendo feito para que aspectos como bem-estar, saúde e emoções do trabalhador sejam preservados de modo salutar. Segundo Andrade e Timóteo (2016), no momento de mudança brusca ocasionada pela pandemia não houve muitas opções na nova forma de desenvolvimento das atividades laborais, conduzindo as organizações a um condicionamento para o desenvolvimento do teletrabalho e, conseqüentemente, rever sua estrutura contratual e relacional em termos de suporte organizacional.

Todavia, é importante salientar que a questão vivida, no aspecto da pandemia, não é uma situação em definitivo, pois os trabalhos presenciais têm obedecido a um regramento de permissão à retornar, e de outras vezes de retorno ao isolamento, uma vez que mesmo após o primeiro ano de pandemia, o cenário de isolamento continua sendo uma constante recomendada e estabelecida. (Brasil, 2020; Brasil, 2021).

As dimensões individuais, sociais e organizacionais ganharam outras conotações que merecem ser averiguadas, a fim de se vislumbrar os impactos comportamentais na execução de atividades laborais. Há muito estudo que necessita ser desenvolvido nos aspectos de suporte organizacional e capital social em razão do panorama imposto pela pandemia do coronavírus.

Com isso, destaca-se o capital social das organizações, à medida que o sujeito tem tentado habituar-se às questões laborais impostas pela empresa e por leis que vem regendo o período de isolamento. Mas, no entanto, deve-se observar o que está sendo feito para que aspectos como bem-estar, saúde e emoções do trabalhador sejam preservados de modo salutar. Ao associar a realidade de recessão como a ocasionada pela pandemia, as reflexões de Nahapiet e Ghoshal (1998), no que se refere aos estudos sobre o capital social, podem ser consideradas como importantes, no sentido de perceber como as organizações podem auferir ganhos na produtividade dos trabalhadores, mesmo em meio a uma recessão, pois, com base na reflexão destes autores, a ideia da capacidade dos trabalhadores compartilharem seus conhecimentos, e com o auxílio dos recursos humanos conseguirem facilitar o desenvolvimento de um capital social mais aperfeiçoado contribuiria para uma melhor implementação e dinâmica nos sistemas de metas e satisfação profissional.

Sendo assim, as percepções estabelecidas convergirão para o comprometimento profissional e delineamento do vínculo trabalhador-organização (Eisenberger, Huntington, Hutchison & Sowa, 1986); quando a empresa tem uma maior preocupação com o bem-estar do funcionário, valorizando sua atuação e identificando seus interesses, os trabalhadores acabam por desenvolver maior nível de engajamento profissional, adquirindo mais satisfação com o trabalho executado (Akgunduz, Alkan & Gok, 2018).

Um estudo pioneiro no Brasil em relação ao suporte organizacional partiu de Siqueira (1995; cf. Siqueira, 2003), avaliou um padrão de comportamentos que estimulava a cidadania organizacional, e assim confirmou-se uma relação suporte organizacional e atuação do trabalhador, demonstrando que a atuação profissional do

empregado é diretamente influenciada pelas ações que tangem ao reconhecimento e valorização por parte da organização.

Outrossim, o suporte organizacional percebido influencia na socialização de conhecimento, motivação e justiça processual de acordo com Tsai et al (2015); sendo que, o suporte também poderá estimular consideravelmente no compromisso organizacional, adaptabilidade e aceitação dos trabalhadores quando estiverem diante de mudanças organizacionais necessárias (Al-Hussami, Hammad & Aldoleihat, 2018).

Assim considerado e associando ao capital social, é importante perceber as mudanças organizacionais que trazem novos contextos no que corresponde à diversidade de variáveis tais como as sociais, econômicas, emocionais e comportamentais onde as empresas buscam compreender seus processos, percebendo a influência que traz na cultura organizacional. Ao romper com o modelo de gestão tradicionalista, na qual se concebia apenas uma perspectiva técnica e mecânica do desenvolvimento profissional, o mercado moderno acredita em práticas de gerenciamento que tenham por escopo a promoção do desenvolvimento e construção das relações e interações sociais entre os sujeitos, uma vez que ao se ter vínculos estabelecidos, há conseqüentemente o compartilhamento de experiências, emoções e vivências entre os trabalhadores (Moreno, 2002; Cardozo & Silva, 2014).

Em se tratando de um contexto organizacional, Nahapiet e Ghosal (1998), evidenciam o capital social como um instrumento de desenvolvimento de redes de comunicação e parcerias, possibilitando a troca e criação de conhecimento, sendo o capital social formado por três dimensões, quais sejam: estruturais, relacionais e cognitivas. De acordo com Bharati, Zhang e Chaudhury (2015), essas dimensões se referem à: 1 – estrutural: organização de redes e interação entre indivíduos; 2 – relacional: vai permear as emoções que são construídas a partir das interações; 3 – cognitiva: evidenciará os atributos comuns existentes e a socialização de recursos entre as organizações, tangíveis ou intangíveis. De outra maneira, o capital social também pode ser definido em fatores inter-relacionais, quais sejam: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica, tendo em vista que as redes de relação têm por objetivo o bem-estar comum através da cooperação, confiança e apoio mútuo (D'Araújo, 2003).

No mais, os estudos sobre capital social tem evidenciado a necessidade de considerar ao relacionamento interpessoal na organização, trazendo ênfases com vistas

ao alcance dos objetivos organizacionais, e consequente alcance de sucesso mercadológico (Cardozo & Silva, 2014). O capital social no ambiente organizacional consiste, portanto, nos laços de interação social, confiança e valor, que são compartilhados entre os sujeitos (Jeong, Sejin & Kyu-Hye, 2021). Sendo assim, o capital social destaca uma perspectiva com vistas a facilitar as relações da comunidade organizacional com vistas a criação de vínculos cooperativos (redes de solidariedade) (Campbell, 2020). Desta maneira, neste capítulo pretende-se tanto avaliar a relação entre o suporte organizacional sobre o capital social nas organizações, quanto a variação entre os escores médios entre as variáveis.

Método

A partir dos objetivos destacados acima, este capítulo tem seu desenvolvimento na perspectiva epistemológica de base filosófica Pós-positivista, para a qual, assumirá uma abordagem estratégica de pesquisa através do método de natureza quantitativa (Creswell & Clark, 2013). Sendo assim, desenvolveu-se um estudo descritivo, exploratório e correlacional (Creswell, 2010; Flick, 2009) com trabalhadores de organizações públicas e privadas no Brasil.

No que se refere ao critério de inclusão considerar-se-á o trabalhador que estiver empregado por mais de um ano e ativo no seu setor de trabalho, em Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cargo comissionado, emprego público e/ou Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), ter 6 ou 8 horas de trabalho e idade acima de 18 anos.

População e Amostra

Em relação à amostra do estudo, foi coletada através do método bola de neve, pois, considerando, exclusivamente, aquele sujeito que consultado, aceite participar e conclua por inteiro as respostas no questionário. A amostra referente foi avaliada através do pacote estatístico G Power 3.1, software, para calcular o poder estatístico relacionando o 'n' necessário para a pesquisa e tipo de cálculo a ser realizado (Faul, Erdfelder, Lang, & Buchner, 2007). Sendo assim, considerou-se uma probabilidade de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral ($r \geq 0,50$) e um padrão de poder hipotético ($\pi \geq 0,80$), a fim de avaliar se a amostra é adequada e suficiente para a realização dos cálculos destinados a confirmação das hipóteses. Para isso, uma amostra de 202 trabalhadores com idades

acima de 18 anos, os quais, brasileiros, revelou-se suficiente, apresentado indicadores estatísticos (a saber: $t \geq 1,98$; $\pi = 0,96$; $p < 0,05$) confiáveis, que garantem a realização da pesquisa destinada a este capítulo.

Para que os trabalhadores participem da pesquisa, individualmente, assinaram e/ou marcaram no espaço concedido no formulário eletrônico o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), este, estabelecido na Resolução 466/12 para as pesquisas com seres humanos, aprovado com o número CAAE 51234721.8.0000.5296. Desta maneira, ser-lhe-ão apresentadas questões relativas aos benefícios da pesquisa (por exemplo, qualidade de vida no trabalho, melhor funcionamento da organização etc.), bem como, os possíveis riscos envolvidos na participação da pesquisa, os quais poderão ser os mínimos (sentir-se envergonhado, inibido ou desconfiado etc.).

Mesmo existindo possíveis riscos, os quais, relacionados a algum dano moral ou constrangimento diante das perguntas ou devido à interação pesquisadora-respondentes, situação indispensável para a execução da pesquisa, podendo acarretar insegurança e constrangimento, levando a danos morais e psíquicos; frente a esta situação, o respondente não era obrigado a continuar, podendo desistir da pesquisa a qualquer momento (seja ao responder eletronicamente, seja fisicamente) sem nenhum prejuízo ou insistência da pesquisadora. O questionário foi disponibilizado durante três meses na sua versão eletrônica, tendo um tempo de, aproximadamente, 30 minutos para que concluísse o preenchimento do questionário como um todo.

Locus de pesquisa

O estudo foi desenvolvido por meio eletrônico através do *Google forms* e individualmente aos profissionais em atuação no mercado de trabalho brasileiro. Para aqueles que desejassem contribuir com a sua participação, acessariam ao formulário eletrônico enviado por meio das redes sociais e/ou e-mails, e informado que a sua participação é voluntária e anônima.

Instrumentos da pesquisa

No que se refere aos instrumentos da pesquisa, serão utilizados os seguintes (ver apêndice):

Escala de Percepção de Suporte Organizacional (EPSO) - Trata-se de uma escala composta por 9 itens, desenvolvida por Eisenberger et al (1986) e adaptada e validada para o contexto brasileiro por Siqueira (1995). Esta medida tem por objetivo avaliar o quanto as pessoas (que trabalham em organizações públicas e/ou privadas) percebem que a empresa tem uma preocupação com o bem-estar do empregado. Para mensurar o construto, o respondente deveria indicar a sua resposta, marcando com o item ao qual corresponde à sua resposta, em uma escala de sete pontos que variava de 1 = discordo totalmente a 7 = concordo totalmente.

Em relação à confiabilidade da escala, no pioneiro estudo de Siqueira (1995) foi observado que essa medida apresentou um alfa de 0,86, revelando uma consistência interna na mensuração do construto. Também, em uma amostra com trabalhadores brasileiros, tomando como base de orientação para análise psicométrica o estudo de Siqueira (2014), foi que Formiga e Souza (2014), desenvolveram uma pesquisa para verificar, através da análise fatorial confirmatória, a consistência da estrutura fatorial da escala; estes autores observaram indicadores psicométricos que garantiram a organização fatorial proposta pelo autor da EPSO ($\chi^2/gf = 1,42$, RMR = 0,02, GFI = 0,99, AGFI = 0,97, CFI = 0,99, TLI = 0,99 e RMSEA = 0,03).

A escala de capital social foi criada por Nahapiet e Ghoshal (1998) e validada por Fãndino, Formiga e Menezes (2018) para o contexto nacional. Formada por 25 itens, propõe-se identificar a existência de vínculos entre os profissionais da organização, os tipos de relacionamentos construídos e a percepção dos trabalhadores acerca da importância dessa interação, conexão, e compartilhamento de experiências. Questões, as quais, deverão ser respondidas numa escala do tipo Likert de seis pontos (0 = Pouco a 5 = Muito) referente ao quanto os respondentes identificam com os itens apresentados. O modelo utilizado corresponde ao instrumento validado por Fãndino, Formiga e Menezes (2018), em que se caracteriza pela estrutura fatorial definida com base em três dimensões obliquas (dimensão relacional, cognitiva e estrutural) para verificar e mensurar o capital social em trabalhadores de distintas organizações. No Brasil, Formiga, Freire e Fernandes (2019), numa amostra de trabalhadores de organizações públicas e privadas, revelou a existência de indicadores estatísticos correspondentes aos exigido na literatura relacionada a psicometria, considerando a escala confiável e fidedigna.

Além dessas medidas, questões relativas aos dados sociodemográficos e profissionais serão considerados (por exemplo: sexo, idade, renda econômica, tempo de serviço e tipo de organização).

Técnica de coleta de dados

No que se refere a análise dos dados, adotou-se uma pesquisa contemplando três etapas, as quais, serão: 1ª estatística descritiva, inferencial e consistência interna, 2ª estatística correlacional, com foco na correlação de Pearson e 3ª estatística de análise de variância, focado na Anova One-way e teste t de Student. Para todas as etapas será utilizado o software estatístico SPSS (versão 24.0), para a realização da análise descritiva e inferencial, correlação de Pearson, Alfa de Cronbach e as correlações intra-classes (ICC), t de Student e Anova One-way. Nesta última análise, associar-se-á o teste *post-hoc* de *Scheffée* o TDE (Tamanho do Efeito), acompanhado pelo 'd' de Cohen, responsáveis para avaliar a dimensão com que o fenômeno estaria presente na população ou amostra pesquisada, sendo assim, exclusivo desta (exige-se por convenção, que seja observado um 'd' $\geq 80\%$).

RESULTADOS

Terminada a coleta de dados e tendo categorizado as respostas no programa Excell, transportando, em seguida, para o pacote estatístico SPSS, em sua versão 24, procurou avaliar a informação sociodemográfica da amostra, a qual apresentou as seguintes características: foram 202 trabalhadores com idades acima de 18 anos, com a maioria destes do sexo feminino (62%), do sexo masculino tinha 38%, com o 46% eram casados, 34% solteiro, 10% em união estável e 6% divorciados e 2% viúvo.

Quanto as características laborais, 35% eram do setor público, 55% do setor privado e 10% ambos os setores. Em termos de temporalidade laboral, esses profissionais, tinham um tempo de serviço que variou de 1 a 42 anos (M = 9,19, d.p. = 8,19). Em relação, quanto ao nível de formação educacional, 38% tinham especialização, 26% superior, 15% nível médio, 16% mestrado e 5% doutorado.

Em relação à qualidade da amostra, no que diz respeito a multicolinearidade, a correlação entre as variáveis correspondeu aos parâmetros definidos por Tabachnick e Fidell (2001) [$r \leq 0,90$, variando de 0,12 a 0,71], o permite destacar a não existência de

variáveis com alto grau de correlação, sendo capaz de gerar modelos preditivos ou correlacionais, com baixo erro de medida. Quanto à presença de outliers multivariados, o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS), destinado à análise de amostras superiores a 100 sujeitos, revelou que a amostra é normal (KS = 0,91, $p < 0,36$).

Por ter encontrados estudos que já vem utilizando estas escalas em estudos nacionais (Fandiño, Formiga & Menezes, 2018; Formiga, Freire & Fernandes, 2019; Formiga et al. 2018), optou-se por avaliar apenas a confiabilidade delas, já que nos estudos publicados os indicadores estatísticos da fatorialidade delas foram bastante consistentes em medida e definição de construto. Com isso, procurou-se verificar o quanto estas medidas revelam indicadores psicométricos que garantam a consistências delas referente ao conceito do construto a que pretende medir; para o cumprimento deste objetivo utilizou-se o alpha de Cronbach (α) (devendo ser $\geq 0,70$, mas, também, valores até 0,60 são aceitáveis) (Pasquali, 2011; Hair, Anderson, Tatham & Black 2008).

Sendo assim, efetuou-se o cálculo do alfa de Cronbach podendo observar na tabela a seguir (ver tabela 1) que os indicadores estatísticos estiveram acima de 0,70 para ambas as escalas; essa condição garante que a medida é consistente. Na mesma tabela destaca-se a manutenção na variação dos alfas (V), os quais permaneceram próximos aos alfas previamente observados, apresentando uma homogeneidade deste indicador para os construtos, mesmo quando se indicou no cálculo dos alfas, a condição de se excluir os itens que fosse capaz de interferir na qualidade das medidas. A título de complemento considerou-se o ICC (traduzido, Coeficiente de Correlação Intraclasse), tendo revelado escores com um intervalo de confiança compatível ao estabelecido na literatura estatística, condição essa que garantiu a confiabilidade das medidas na amostra avaliada para futuros estudos.

Tabela 1: Escores dos alfas de Cronbach (α) das escalas administradas em trabalhadores.

Construtos/ Variáveis	Alfa de Cronbach			ICC (IC 95%)
	α_{geral}	V $\alpha_{\text{Item excluído}}$	F Friedman	
Suporte Organizacional	0,81*	0,78-0,85	18,43*	0,81* (0,78-0,88)
Capital social organizacional	0,95*	0,89-0,98	39,54*	0,95* (0,90-0,97)
Relacional	0,93	0,92-0,93	7,30*	0,93* (0,91-0,95)
Cognitivo	0,91	0,91-0,94	8,75*	0,91* (0,90-0,94)
Estrutural	0,89	0,85-0,90	12,73*	0,89* (0,85-0,90)

Notas: V α = Variação alfa quando o item for excluído; F = Teste de Friedman; ICC = Correlação intraclasse. * p < 0,001. Elaborada pelos autores

A partir destes resultados, destaca-se que esses indicadores psicométricos garantiram a utilização das escalas no contexto de pesquisa administrado para este capítulo; além de representar muito bem o conteúdo a que se propunha tanto para o suporte organizacional quanto o capital social (respectivamente, Formiga et. al., 2018; Formiga, Freire & Fernandez, 2019), condição que corrobora a consistência das medidas tornando-as seguras para o conjunto teórico-empírico dos instrumentos abordados neste estudo.

De forma geral, as condições estabelecidas nas análises psicométricas, possibilitaram a qualidade empírica das medidas, as quais, capaz de avaliar o fenômeno apresentado para o presente estudo. Considera-se que os respondentes, em ambas as escalas, reconheceram o conteúdo e o sentido dos referidos instrumentos apresentados a eles, os quais, sendo assim, seguros e confiáveis.

Com estes objetivos e hipóteses específicas atendidas; com base nestes resultados, procurou-se atender ao objetivo principal do estudo (a título de lembrança para o leitor: verificar a relação entre as variáveis do suporte organizacional e capital social em trabalhadores); realizou-se uma correlação de Pearson (r) entre as variáveis tendo observado os seguintes resultados: na tabela 2, observa-se a existência de uma relação positiva, acima de 0,30 e significativa entre as variáveis. É destaque também, para os escores médios dessas variáveis, todos eles estiveram acima da mediana.

Um resultado complementar que poderá ser destacado com relação as dimensões do ECSO (dimensão relacional, estrutural e cognitiva) e o suporte organizacional (EPSO), para as quais, realizaram-se o cálculo da correlação, revelando relação positiva da dimensão do capital social com a EPSO (respectivamente, capital estrutural (r) 0,69, cognitivo r = 0,56 e relacional r = 0,61.

Tabela 2 - Análise descritiva e correlação de Pearson (r) do suporte organizacional e capital social organizacional em trabalhadores.

Variável independente	Média	d.p.	Mediana	Min-Máx	Correlação Pearson (r)
					PSO
Percepção Suporte Organizacional (EPSO)	31,13	4,27	271,22	5,00-46,00	---
Capital Social Organizacional (ECSO)	155,12	32,15	135,16	29,00-179,00	0,69*

Fonte: Elaborada pelos autores (2022); Notas: * p-valor < 0,001. PSO = Percepção do Suporte Organizacional.

Tendo sido corroborada a relação entre as variáveis, realizou-se uma análise multivariada (Anova one-way), associada ao teste *post-hoc* de *Sheffé*, com o objetivo de avaliar as diferenças nas pontuações médias na variável dependente ECSO *versus* independente, isto é, a EPSO. Por encontrar nestas variáveis (independentes e dependentes), correspondente ao somatório dos itens de cada construto uma distribuição ampla entre mínimo e máximo, optou-se em dividi-la em 3 categorias (baixa, moderada e alta) e para isso, teve em conta a análise de quartis.

Sendo assim, na tabela 3, os resultados foram os seguintes: observou-se a existência de resultados significativos no efeito direto; no capital social, o escore médio dos respondentes foi mais alto (isto é, na avaliação dos sujeitos, a organização investe no capital) em função do suporte organizacional, isto é, quanto maior a percepção do suporte organizacional, maior o capital social entre os trabalhadores. A partir destes resultados, voltou-se para a análise dos tamanhos do efeito (TDE); a necessidade dessa avaliação se deve a importância de verificar o TDE, compreendido em termos do grau ou dimensão em que o fenômeno está presente na população ou amostra pesquisada, sendo exclusivo desta.

O poder do teste se refere a suposição de probabilidade do pesquisador em relação ao poder de detecção do teste em sinalizar que a diferença observada na

comparação entre os grupos ou eventos avaliados, para poucas variáveis ou sujeitos, observou-se uma significância; para isso, o poder deste teste, em geral, é fixado por convenção, exigindo ser $\geq 80\%$, em cada 'd' observado (Cohen, 1991a;1992b). Desta maneira, observou-se um TDE acima de 0,90, podendo afirmar que é possível que tais resultados, de fato, estejam presentes nas organizações, na concepção dos funcionários.

Tabela 3 - Médias (desvio-padrão) e a diferença obtida entre as variáveis, em função do suporte organizacional

Variáveis	Nível Suporte organizacional			F	p <	d Cohen	Tamanho do efeito
	Baixo	Moderado	Alto				
Capital Social Organizacional	19,40 d.p. = 1,05	22,01 d.p. = 0,71	25,49 ± 1,16	7,57	0,01	10,70	0,98
Capital Social Organizacional	B	16,96 d.p. = 0,75	20,00 d.p. = 1,45	3,14	0,01	4,44	0,91
	M	19,80 d.p. = 1,40	22,58 d.p. = 0,90				
	A	21,67 d.p. = 3,13	27,22 d.p. = 1,27				

Fonte: Elaborada pelo autor (2022). Notas: B = Baixo, M = Moderado, A = Alto. * p-valor < 0,01; R²_{ajustado} = 0,35

DISCUSSÃO

Com base nestes resultados, pode-se destacar, inicialmente, a qualidade e consistência das medidas utilizadas, elas tanto apresentaram resultados que revelam a condição de uso numa amostra de trabalhadores em distintas organizações, tendo ambas as escalas, sido confiável. A importância destes achados para o presente estudo, não apenas se deve a condição de que eles corroboram a pesquisa de Formiga e Souza (2014) e de Formiga, Bassanin, Souza, Silva, Souza (2015) sobre o suporte organizacional e de Formiga, Freire e Fernandes (2019) sobre o capital social, mas, também, porque os resultados foram observados num contexto de pandemia, pois, os estudos dos autores supracitados ocorreram bem antes de tal situação.

Com isso, com base nos indicadores é possível destacar que os participantes da pesquisa avaliaram tais construtos numa dinâmica organizacional e funcional bastante distinta para o mundo do trabalho, pois, se encontravam em contexto de pandemia do

Covid-19. Chama-se atenção para a segurança das medidas das escalas, além delas revelaram a capacidade de que foi possível avaliar estas variáveis laborais no referido contexto, bem como, responde a indicação do estudo de Formiga, Freire, Grangeiro, Paula, Almeida, Tomé e Fernandes (2020), quando propuseram que tais medidas manteriam semelhantes indicadores, se e somente se, aplicados em contexto amostral próximo ao deles. Fato esse, que não somente os escores psicométricos foram similares, mas que, corrobora a direção teórica-empírica dos autores, isto é, o trabalhador com características bem próximas as observadas a amostra que coletaram, poderão gerir uma explicação avaliativa já observada por eles.

De forma tecnicamente específica, o ponto central do parágrafo acima, pode ser avaliado com base no coeficiente ICC (Intervalos intraclasse); este sugere um limite de confiança hipotetizado para futuros estudos com amostras semelhantes as utilizadas neste capítulo (cf. Formiga, Bassanin, Souza, Silva & Souza, 2015; Formiga, Freire & Fernandes, 2019); assim, independente do contexto em que as amostras foram coletadas, observou-se que ambas as escalas, apesar de estarem em contexto social e político distinto, verificam o mesmo fenômeno.

No que se refere à avaliação da correlação de Pearson, observou-se o que se esperava; tanto a existência de uma correlação positiva e significativa, quanto a presença de escores correlacional acima de 0,30 (isto é, $\geq 0,30$), pois, ao converter os escore observado (ver tabela 2) em percentual explicativo desta relação, este, se apresentou com 69% da amostra total. No que se refere as dimensões do capital social, as explicações são bem semelhantes, para estas, observou-se que a dimensão estrutural apresentou 69%, cognitivo 56% e relacional 61%, todas elas acima do escore limite e explicando mais de 50%.

Ainda, na mesma tabela 2, observa-se que o escore médio para cada construto esteve acima de mediana, condição a qual, permite refletir que os respondentes avaliaram as variáveis para mais de 50% dessas medidas psicológicas aplicadas ao trabalho. Esta reflexão pode ser confirmada ao avaliar os resultados expostos na tabela 3; estes, não apenas revelaram que, ao assumir a pontuação total do capital social em função do nível de suporte organizacional, mas também, ao avaliar o nível de capital social ao nível de suporte organizacional, estes se revelaram significativos, com os escores médios no nível superior.

Em termos gerais, o capital social, seja em sua pontuação total, seja no nível de variação, tem sua influência na forma como os trabalhadores percebem o suporte que a empresa oferece a eles. Isto é: tendo o suporte organizacional quanto construto capaz de identificar as crenças e valores que o indivíduo estabelece a partir das ações de reconhecimento e valorização que é demonstrada pela organização sobre a sua atuação profissional, provavelmente, este terá uma maior capital social, o qual é compreendido em termos dos laços de interação social, confiança e valor, os quais, compartilhados entre os sujeitos, visando facilitar à relação da comunidade organizacional com foco na criação de vínculos cooperativos (redes de solidariedade).

Por conta da ocorrência da pandemia da Covid-19, os aspectos intrínsecos dos trabalhadores ficaram ainda mais acentuados, observando-se tal circunstância através dos questionários aplicados e seus respectivos resultados. Observou-se, portanto, a influência direta do suporte organizacional nos aspectos que se relacionam aos fatores psicossociais e comportamentais dos trabalhadores participantes da pesquisa, uma vez que se vislumbraram questões anexas ao desempenho, rotatividade, exaustão, dentre outros.

De outra maneira, analisando-se os dados coletados, ficou claro através das acentuações dadas pelos respondentes que a organização investe no capital, o que se traduz em resultados positivos para o mundo do trabalho e suas relações, mesmo em detrimento de um momento de crise como o contexto pandêmico. Assim, mesmo nessa realidade, os resultados mostram-se bons, semelhantes inclusive com o que se tinha anteriormente de outros estudos dessa relação suporte organizacional e capital social, identificando-se para além que neste cenário de crise as organizações preocuparam-se em prestar maior assistência aos seus empregados.

Fato é que houve demissões e outros enfraquecimentos inerentes ao próprio cenário de isolamento. Todavia, as organizações conseguiram se sobressair quando se observa na pesquisa realizada que apesar de tudo, trouxeram amparo e subsídios para o desenvolvimento das atividades por seus trabalhadores, e suas relações organizações, construindo ações de reconhecimento e valorização.

Observou-se ademais, que houve retribuições por parte da organização aos esforços desempenhados pelos trabalhadores, de modo a afastar enfraquecimentos na relação entre organização-trabalhador-indivíduo. Há que se falar no compromisso profissional estabelecido que teve caráter preditivo no estabelecimento do vínculo entre

organização e trabalhador, trazendo o viés diferencial no contexto de crise. Restou comprovado de forma robusta que o *modus operandi* do indivíduo trabalhador durante o período de isolamento social recebeu influência direta dos atos de valorização e reconhecimento prestados pela organização.

De outra sorte, ter o apoio interno da empresa principalmente nos momentos de crise se torna fundamental no desempenho das atividades que o funcionário precisa desenvolver mesmo perante um cenário desafiador. O “fique em casa” tão explorado na realidade pandêmica trouxe verdadeiras confrontações ao que se tinha de dados anteriores acerca de suporte organizacional e capital social. No entanto, foram confrontações que trouxeram resultados propícios à validação das teorias que se tinha, uma vez que se mostraram comprovadas também no contexto da Covid-19.

Há de acentuar nestas linhas que o modelo de gestão tradicionalista que se tinha no passado não cabe mais de forma alguma na realidade moderna, uma vez que ficou clara que as interações sociais são basilares na construção de vínculos, os quais através de ações coletivas é que conferem o crescimento da organização. Assim, organização e trabalhador estarem alinhados entre suas obrigações e contrapartidas é que ocasiona melhor suporte e capital social.

Em se tratando ainda das medidas de suporte organizacional e capital social, tem-se que elas se mostraram robustas e confiáveis, pois ao enunciar indicadores, estes asseguraram suas qualidades nas amostras de trabalhadores, e invariância de seus denominadores. Isso reflete diretamente na comprovação de que a qualidade dos instrumentos se manteve mesmo em se tratando de outro tempo e contexto, e ambiente geopolítico. Há de se destacar, ademais, a união da comunidade organizacional frente a realidade pandêmica com vistas ao avanço e resistência das relações organização-trabalho-indivíduo, que necessitou se reinventar, rompendo barreiras de realidades organizações, que precisaram ir para além da atividade do cotidiano presencial de uma empresa. E por assim ser, foi possível mensurar o quanto o mundo do trabalho foi coletivo e comunitário, apoiando-se entre si, para tangenciar o desafio organizacional até então nunca enfrentado.

Além do mais, ao se verificar os dados, observa-se um TDE de 0,90 confirmando que tais resultados encontrados os quais foram aqui dissertados, estão realmente presentes nas organizações, sob o olhar dos trabalhadores, o que comprova as afirmativas acima sobre como foi encarada e vivenciada as variáveis exploradas neste estudo.

Intenciona-se através desta pesquisa desenvolvida contribuir academicamente para o estudo das relações organização-trabalhador principalmente frente as novas realidades enfrentadas no contexto organizacional, tendo em vista que uma organização e seus colaboradores não estão isolados do mundo e nem dos acontecimentos que se sobrevêm.

É imprescindível lidar com o inesperado para que se amadureça os envoltos do mundo do trabalho e as questões que cercam o sujeito trabalhador, pois existe a necessidade de desenvolver estudos que monitorem e tragam indicadores importantes para o contexto organizacional e os sujeitos que a ela pertencem. De outro modo, esta pesquisa contribui profissionalmente para a indicação de fatores que precisam ser observadas pelas empresas, no sentido de atender as questões atinentes ao capital social, a fim de remodelar gerenciamentos e níveis de atenção às questões intrínsecas e extrínsecas aos trabalhadores.

Considerações Finais

De tudo quanto fora apresentado acredita-se que a presente pesquisa atingiu seu objetivo principal, qual seja, refletir e avaliar sobre a relação entre o suporte organizacional e capital social em trabalhadores em função do contexto do isolamento social causado pela pandemia da Covid-19.

Sabe-se, a partir dos estudos levantados que o suporte organizacional é uma variável preditiva do comportamento e desempenho profissional, mensurando assim a percepção do trabalhador no que tange as ações de reconhecimento e valorização que as organizações desenvolvem nas atividades profissionais, onde tal medida de suporte veio a ser validada por Siqueira (1995).

Quanto ao capital social, foi possível associar que seu desenvolvimento perpassa o desenvolvimento de redes de comunicação e parcerias, experiências e vivências no ambiente da organização e, a partir disso foi concebível dizer que essa interação são baseadas nas dimensões estrutural, relacional e cognitiva (Nahapiet & Ghoshal, 1998). Assim, tal construto tem por objetivo compreender a existência de vínculos entre os sujeitos trabalhadores. Ao desenvolver esta pesquisa, foram realizadas análises exploratórias e confirmatórias das medidas propostas por Siqueira (1995), Nahapiet e Ghoshal (1998), Fandiño, Formiga e Menezes (2018), com vistas a avaliar a qualidade e confiabilidade de tais instrumentos perante a dinâmica do trabalhador brasileiro.

Assim, buscou-se verificar a qualidade psicométrica das escalas utilizadas em trabalhadores em contexto de isolamento social, observando a variação dos níveis dos escores médios no suporte organizacional em relação ao capital social em trabalhadores, e dos níveis dos escores médios do suporte organizacional e capital social em função do tipo de organização e tempo de serviço.

Verificou-se que os indicadores psicométricos atenderam aos critérios exigidos pela literatura vigente, isto é, se apresentaram como confiáveis e fidedignos na amostra de trabalhadores no contexto de distanciamento social. Onde também o suporte organizacional apresentou escores correlacionais positivos e significativos, com o capital social em trabalhadores no contexto de isolamento social.

No mais, esta pesquisa contribui para a percepção das organizações sobre seus trabalhadores em momentos de crise, e quais pontos precisam ser dadas maiores atenções quando da necessidade de uma resposta rápida, segura e contundente quando a crise aparece com tônicas sem precedentes, onde tanto os trabalhadores quanto a organização se vem condicionados a obrigatoriamente darem respostas que assegurem o desenvolvimento saudável da organização. Espera-se que mais estudos sejam desenvolvidos sob essa ótica, pelo fato das constantes mudanças que tem se operado no mundo moderno e, para tanto, se torna indispensável a amplificação de ferramentas no desenvolvimento e melhoramento da relação organização-trabalho-indivíduo.

REFERÊNCIAS

Akgunduz, Y., Alkan, C., & Gok, Ozgeadan. (2018). Perceived organizational support, employee creativity and proactive personality: The mediating effect of meaning of work. *Journal Of Hospitality And Tourism Management*, 34, 105-114.

Al-Hussami, M., Hammad, S., & Alsoleihat, F. (2018). *The influence of leadership behavior, organizational commitment, organizational support, subjective career success on organizational readiness for change in healthcare organizations*. *Leadership in Health Services*.

Almeida, F. D. M. (2019). *As relações de trabalho na modalidade homeoffice em empresas de bens de consumo*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22050>. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

Almeida, L. A. L., Formiga, N. S., Junior, J. I. A., & Sousa, P. M. de. (2020). Quanto mais se

sabe, mais segurança tem! A importância da gestão do conhecimento na condução dos resíduos sólidos de quimioterapia. *Psicologia E Saúde Em Debate*, 6(2), 430-442. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N2A28>.

Andrade, N. L., & Timóteo, F. C. (2016). Os Processos de Mudanças Ocorridos nas Organizações e a Gestão Estratégica. *Revista Científica da FAEX*, 9 (5).

Barros, Al. M., & Silva, J. R G. (2010). Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home-office: estudo de caso na Shell Brasil. *Cadernos EBAPÉ.BR*, 8(1), 71-91. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000100006>

Bharati, P., Zhang, W., & Chaudhury, A. (2015). Better knowledge with social media? Exploring the roles of social capital and organizational knowledge management. *Journal of Knowledge Management*, 19 (3), 456-475.

Brasil (2020). Parecer CNE/CP n. 19/2020. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/160391-pcp015-20/file>

Brasil (2021). Projeto de Decreto Legislativo n. 1, 2021. Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146153>

Campbell, C. (2020). Social Capital, Social Movements and Global Public Health: Fighting for Health-enabling Contexts in Marginalised Settings. *Social Science & Medicine*, 257, 112-153. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.02.004>

Cardozo, C. G., Silva, L. O. S. (2014). A importância do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho. *Revista Interbio, Dourados*, 8 (2), 24-34.

Cohen, J. A. (1992a) Power primer. *Psychological bulletin*, 112(1), 155.

Cohen, J. (1992b) Statistical power analysis current directions. *Psychological Science*, 1(3) 98-101.

Creswell, John W. (2010). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.

Creswell, John W. & Clark, Vick L. (2013). *Plano. Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed. Porto Alegre: Penso.

D'Araujo, M. C. (2003). *Capital social*. Zahar. Rio de Janeiro-RJ.

Eisenberger, R., Huntington, R., Hutchison, S., & Sowa, D. (1986). Perceived organizational support. *Journal of applied psychology*, 71(3), 500-507. <http://classweb.uh.edu/eisenberger/perceived-organizational-support/>

Estivaleta, V., Andrade, T., Faller, L., Stefanan, A. & Souza, D. (2016). Suporte social e suporte organizacional como antecedentes do bem-estar no trabalho: a perspectiva de colaboradores de uma empresa de logística ferroviária. *Revista de Administração da UNIMEP*, 14 (2).

Fandiño, A. M., Formiga, N. S., & Menezes, R. M. P. (2018). Organizational Social Capital, Resilience and Innovation validation of a theoretical model for specialized workers. *Journal of Strategy and Management*, <https://doi.org/10.1108/JSMA-05-2018-0041>.

Fandiño, A. M., Marques, C. M. V. A., Menezes, R. M. P., Bentes, S. M. R. (2015). Organizational social capital Scale based on Nahapiet and Ghosal model: development and validation. *Review of Contemporary Business Research*, 2, 25-38.

Faul, F.; Erdfelder, E.; Lang, A. G.; Buchner, A. (2007). G* Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior research methods*, 39 (2), 175-191.

Formiga, N. S., Fernandes, A. J., Freire, B. G. O., Franco, J. B. M., Oliveira, H. C. C., Prochazka, G. L., Valin, C. G. P., Grangeiro, S. R. A., & Estevam, I. D. (2021). Suporte organizacional, capital social e atitudes inovadoras: Um estudo correlacional em trabalhadores na cidade de Natal-RN. *Research, Society and Development*, 10(3), e55710313753. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13753>

Formiga, N. S., & Souza, M. A. D. (2014). Comprovação empírica de uma medida psicológica sobre a percepção do suporte organizacional em trabalhadores de diferentes empresas. *Boletim-academia paulista de psicologia*, 34 (87), 510-552.

Formiga, N. S., Freire, B. G. de O., Grangeiro, S. R. A., Paula, N. H. M. M. de, Almeida, L. A. L., Tomé, A. M., & Fernandes, A. (2020). Associative invariance between perception of organizational support and organizational social capital in Brazilian workers. *Research, Society and Development*, 9(5), e109953110. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3110>

Formiga, N. S., Freire, B. G. O. & Fernandes, A. (2019). Evidência de construto, invariância fatorial e validade convergente da escala de capital social organizacional em trabalhadores brasileiros. *Eureka: Revista de Psicologia*, 16(1), 34-59.

Formiga, N. S., Pereira, G. A., & Estevam, I. D. (2020). Proposta de modelo mediacional entre suporte organizacional, capital psicológico e saúde geral em enfermeiros de um hospital público. *Psicologia Revista*, 29(2), 375-403. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i2p375-403>.

Formiga, N. S.; Bassanin, L. L.; Souza, M. V.; Da Silva, F. M.; De Souza, M. A. (2015). Suporte organizacional em trabalhadores de diferentes empresas: comprovação de uma medida. *Revista de Psicología Universidad de Antioquia*, 7(1), 9-20.

Formiga, N. S., Freire, B. G. O., Batista, P. F. A., & Estevam, I. D. (2017). Suporte organizacional e autoestima em funcionários de organizações públicas e privadas no Brasil. *Psicologia.com.pt*, p.1-15, 2017. http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?suporte-organizacional-e-autoestima-em-funcionarios-de-organizacoes-publicas-e-privadas-no-brasil&codigo=A1142

Hair, J. J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise multivariada de dados*. 5.ed. Porto Alegre: Bookman.

Jeong, S. W., Sejin H., & Kyu-Hye L. (2021). How to Measure Social Capital in an Online Brand Community? A Comparison of Three Social Capital Scales. *Journal of Business Research*, 131, 652-63. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.07.051>.

Kanaane, R. (2011). *Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Kogut, B., & Zander, U. (1996). What firms do? Coordination, identity, and learning. *Organization science*, 7 (5), 502-518.

Kurtessis, J.; Eisenberger, R.; Ford, M.; Buffardi, L.; Louis C.; Stewart, K.; Adis, C. (2017). Perceived organizational support: A meta-analytic evaluation of organizational support theory. *Journal of Management*, 43 (6), 1854-1884.

Moreno, B. S. (2002). Gestão de pessoas: tendências e desafios na nova missão do RH de hoje. *UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.*, 3 (2), 33-38. <https://revistajuridicas.pgsskroton.com.br/article/view/1410/1351>.

Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (1998). Social Capital, Intellectual Capital, and the Organizational Advantage. *The Academy of Management Review*, 23 (2), 242-266. <https://doi.org/10.2307/259373>

Nohara, J. J., Acevedo, C. R., Ribeiro, A. F., & Silva, M. M. (2010). O teletrabalho na percepção dos teletrabalhadores. *Innovation and Management Review*, 7(2), 150-170. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/4006/o-teletrabalho-na-percepcao-dos-teletrabalhadores/i/pt-br>

Oliveira-Castro, G. A., Pilati, R., & Borges- Andrade, J. E. (1999). Percepção de suporte organizacional: desenvolvimento e validação de um questionário. *Revista de Administração Contemporânea*, 3 (2), 29-51. <https://doi.org/10.1590/S1415-65551999000200003>

Pasquali, Luiz. (2011). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. (4a ed.), Vozes.

Scorsolini-Comin, F., Inocente, D. F., & Miura, I. K. (2012). Avaliação de um programa de treinamento corporativo: Em busca da mudança organizacional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), 75-86. Recuperado em 28 de fevereiro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000100009&lng=pt&tlng=pt.

Siqueira, M. M. M. (1995). *Antecedentes de comportamentos de cidadania organizacional: a análise de um modelo pós-cognitivo*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília, Brasília.

Siqueira, M. M. M. (2003). Proposição e análise de um modelo para comportamentos de cidadania organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 7 (SPE), 165-184. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552003000500009>

Tabachnick, B. G & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics*. Allyn & Bacon.

Tamayo, A., & Paschoal, T. (2003). A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. *Revista de Administração Contemporânea*, 7 (4), 33-54, 2003.

Tomasi, M., Rissi, V., & Pauli, J. (2020). Influência do suporte organizacional nas vivências de prazer e sofrimento no trabalho em um contexto hospitalar. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(3), 1072-1079. <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.3.18253>.

Tractenberg, L. (1999). A complexidade nas organizações: futuros desafios para o psicólogo frente à reestruturação competitiva. *Psicologia: ciência e profissão*, 19 (1), 14-29. doi.org/10.1590/S1414-98931999000100003.

Tsai, C-Y., Horng, J-S., Liu, C-H., & Hu, D-C. (2015). Work environment and atmosphere: The role of organizational support in the creativity performance of tourism and hospitality organizations. *International Journal of Hospitality Management*, 46, 26-35. doi.org/10.1016/j.ijhm.2015.01.009.

Capítulo 5

**TATUAGENS QUE CURAM E RESSIGNIFICAM: O
CORPO COMO TELA DA EXISTÊNCIA**

Ismael Higor Cardoso Duarte

Rebeca de Souza Vieira

TATUAGENS QUE CURAM E RESSIGNIFICAM: O CORPO COMO TELA DA EXISTÊNCIA

Ismael Higor Cardoso Duarte

Mestrando em Antropologia Social/UFSC, e-mail: ismael.duarte@pucpr.edu.br

Rebeca de Souza Vieira

Mestranda em Antropologia Social/UFSC, e-mail: rebecavieira96@gmail.com

Resumo: A sociedade ocidental contemporânea manifesta um certo grau de dificuldade para a formação da identidade dos indivíduos. Entre eles, os níveis exagerados de consumo e a preocupação com o corpo traz consigo sentimentos de desconexão e inadequação com a realidade material deste, transformando-o em mais um bem de consumo. Se essas questões afetam a sociedade como um todo, o problema aumenta no caso de indivíduos que lidam com traumas; Como por exemplo, depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, problemas de saúde em geral e problemas em recuperar a autoestima e a própria identidade. Nesse contexto, a tatuagem aparece como uma alternativa para diversas vítimas, possibilitando que o indivíduo obtenha uma identidade ancorada em si mesmo, e não no evento traumático. Conciliando uma identidade do eu antes, durante e após o trauma em questão, condensando esses elementos em uma entidade única. Assim, a tatuagem permite que o indivíduo construa uma identidade proposital, partindo não apenas do que é como também do que deseja alcançar. Ao mesmo tempo em que a capacidade de exposição tem seu valor, tatuagens também exercem um valor terapêutico na sua aptidão de esconder marcas e sentimentos. Por exemplo, a maquiagem permanente que pode redesenhar sobrancelhas perdidas na quimioterapia. Nesses casos, a tatuagem permite que a identidade da pessoa não seja imediatamente associada a uma marca, a uma cicatriz – aquilo deixa de ser a primeira coisa a ser notada nela –. Vemos, nesse sentido, que tanto ao esconder quanto ao mostrarmos traumas e cicatrizes, a tatuagem é usada como um modo de questionar o conceito de corpo ideal. Ao ter a opção de como lidar com a cicatriz, o indivíduo tem o poder de decidir de qual forma sente que seu corpo parece normal para ele. Sendo assim, a pesquisa propõe o seguinte questionamento: de que modo a tatuagem pode surgir como uma alternativa para ressignificar traumas, seja uma cicatriz ou uma marca emocional, oferecendo a possibilidade de reconstrução de uma auto-identidade?. Para cumprir os objetivos inicialmente proposto será realizado o procedimento de revisão bibliográfica acerca das teorias socioantropológicas do corpo, assim como da prática da tatuagem, com posterior leitura e delimitação do referencial teórico e epistemológico, com uma abordagem qualitativa, se valendo do método indutivo, analisando vários casos específicos no intuito de corresponder ao estudo proposto pelo problema da pesquisa

Palavras-chave: corpo e trauma; tatuagem; ressignificação do eu.

INTRODUÇÃO

Nas ruas da cidade é impossível não se deparar com corpos tatuados, a prática vista anteriormente como símbolo de degeneração, marca de desvio e estigma, tem atraído nas últimas décadas adeptos de todas as classes, idades e gêneros. Até os anos de 1980, a prática de marcar a pele estava relacionada aos grupos marginalizados como os punks, os skins, os hippies, os roqueiros, os ciganos e outros, que adotaram a tatuagem como uma das formas de contrapor-se à normalidade. Em meados de 1990, a tatuagem deixa a clandestinidade e passa a ser inserida em novos contextos sociais, valorizando a prática e fazendo com que muitos dos seus aspectos fossem reconfigurados, como por exemplo: a profissionalização, higienização, regulamentação, melhoramento das técnicas, a qualidade artística e principalmente nas novas formas de compreender o corpo como obra-prima na construção do sujeito, elevando a tatuagem para o status dos dias atuais (LE BRETON, 2013).

Diante do que Le Breton (2013) discorre, a tatuagem assume um local diferente dos das marcas tradicionais que visavam registrar ligações com os antepassados, hoje as marcas tem como finalidade criar um campo de individualizações e ligados às construções de um corpo estético, mas todos com o objetivo de fomentar individualizações, subjetividades e singularizações. Para o autor a tatuagem seria uma forma de registro sobre os momentos e mediação entre as diversas dinâmicas entre o ser e o está dentro e sobre o próprio corpo, assim, criando sobre a sua pele um local de registro e diferenciação dos demais indivíduos.

Assim, a tatuagem surge como uma das muitas opções de sobrevalorizar o corpo do indivíduo e afirmar sua presença para si e para os outros. Como um modo de objetificar traços da nossa subjetividade, reafirmar a identidade, contar nossas histórias, relações amorosas e amizades, o “que antes habitava na memória ou em determinados objetos externos ao corpo, agora é incrustada na pele” (PIRES, 2005, p.89). O questionamento do estudo gira em torno de como a tatuagem pode ser uma estratégia para a superação de traumas e reconstrução da identidade. Desse modo, o objetivo geral é investigar como se dá a construção do corpo por meio de sujeitos que utilizam a tatuagem como estratégia para ressignificar suas marcas decorrentes de traumas, e identificar como a tatuagem

pode reorganizar eventos e sentimentos caóticos. Assim, a etnografia será o método para a investigação, ponderada por uma abordagem qualitativa e procedimentos de revisão bibliográfica e entrevistas, para compreender as dimensões da construção do corpo dos sobreviventes que reaprendem a lidar com o próprio corpo.

A pesquisa teve início a partir de uma revisão bibliográfica acerca das teorias socioantropológicas do corpo, da prática da tatuagem, a partir de uma abordagem qualitativa, tendo em vista o método etnográfico, que se apoiará em entrevistas, assim, questionamentos começaram a fazer parte deste percurso, principalmente no que se refere ao uso da tatuagem como um processo de cura com fins de dar um novo sentido para as marcas corporais indesejáveis e, desse modo, apontando para a importância da tessitura do laço com a vida, lançando o corpo em uma experiência mais complexa do que apenas marcar a pele.

Nas frequentes visitas ao campo, percebi que, mais do que um embelezamento corporal, as tatuagens podem atuar como dispositivos que reconfiguram corpos. Já na fase do trabalho de campo faremos entrevistas dentro de um coletivo de tatuadores na cidade de Curitiba que se reúnem de forma voluntária.

ENTRADA NO CAMPO

O primeiro contato com os tatuadores ocorreu em uma loja de equipamentos de tatuagem localizada no centro de Curitiba-PR. No local, um pequeno grupo discutia sobre as transformações que ocorreram nos últimos anos, como por exemplo, as novas técnicas, a profissionalização dos estúdios, a qualidade das máquinas, e principalmente, sobre o comportamento dos tatuadores em relação aos clientes. Durante a conversa chamou a atenção a descrição de um tatuador sobre a mudança no modo como os novos tatuadores compreendem a prática da tatuagem e sobretudo no aspecto artístico. Assim, surgem questionamentos sobre esse novo status da tatuagem, em que ela deixa de ser apenas uma marca na pele para ser compreendida entre os tatuadores como uma expressão artística.

Com tais inquietações, começou a aproximação mais latente como o campo, o Ismael Higor marcou uma tatuagem, após a escolha do estúdio, o próximo passo era escolher o tatuador a partir dos trabalhos que estavam nos portfólios e que tinham a ver

como o estilo pessoal do Ismael, este processo não foi tão rápido, demorou algumas horas, até que o trabalho no estilo blackwork que utiliza apenas tinta preta do tatuador Rodrigo Gnani foi escolhido. Este primeiro contato deu origem ao trabalho de conclusão da pós-graduação em antropologia cultural na PUC/PR.

No mestrado a pesquisa continuou, agora, em parceria com Rebeca, a partir das inquietações e das partilhas, começamos um diálogo sobre o tema, tanto que elaboramos um podcast entrevistando o Rodrigo Gnani, para o trabalho de conclusão de uma disciplina, semanas depois pensamos no presente trabalho. Como estamos no contexto de pandemia, estamos fazendo algumas entrevistas pessoalmente e outras através do google meet.

TATUAGENS E IDENTIDADE

De acordo com Le Breton (2013, p.30), “ao mudar o corpo, o indivíduo pretende mudar de vida, modificar seu sentimento de identidade”, ou seja, há uma busca em se encontrar e se redefinir no processo. Durante a sessão de tatuagem, enquanto a agulha perfura o corpo, muitas emoções se manifestam produzindo um ótimo lugar para estar atento à situação do corpo no mundo (CSORDAS, 2008), uma vez que o ato de ser tatuado é um produtor de intensas sensações físicas, psicológicas, sentidos e percepções, sendo compreendida também como uma opção terapêutica. Essa mudança alcançada por meio da tatuagem, faz do corpo um “solo existencial do sujeito e da cultura” (STEIL, 2008, p.11). Seria a partir das experiências vividas no/com o corpo, que a mudança aconteceria, resultando em novas formas de ser e estar no mundo.

O corpo segundo Le Breton, assume um papel de matéria-prima que pode ser moldado diante do ambiente que se encontra, sendo um local onde o indivíduo se coloca em cena, criando no corpo um local de mudanças (2004). Assim, não há mais limitações sobre o corpo e suas projeções, já que podem ser modificadas de diversas formas por quem o habita, fazendo do corpo um ambiente dinâmico, com possibilidades de ressignificações para uma maior aproximação com o eu que é possuidor do corpo. Para o autor supracitado, a tatuagem é uma forma de conseguir a mudança desejada (2004).

Ela vem sendo aprimorada ao longo dos anos, passando de marcas que localizavam escravos, povos, marinheiros, combatentes de guerras, grupos como os punks e outros, até que alcançou uma repercussão estética e que hoje é vista como algo além (PEREZ, 2006), é uma forma de expressão, modificação, consolidação e reinterpretação do próprio ser. Assim, a marca corporal serve como um delimitador, diante de uma vasta dimensão do mundo e das formações sobre a identidade (Le Breton, 2004).

O corpo assume uma posição de registro e ornamentação pessoal, abraçando as memórias, eventos marcantes e relevantes (Le Breton, 2004). Segundo Sarnecki (2001), alguns acontecimentos às vezes não são processados de forma consciente, por conta de sua velocidade, mas quando registrados, as memórias que não foram compreendidas durante a experiência, serão encaradas e, assim, possibilita que os indivíduos entendam o que ocorreu e a partir disso, possam marcar seus corpos dando sentido ao que viveu. Transformando um evento inconsciente, em uma manifestação consciente e de certa forma criando uma apropriação do eventos e de seus desfechos.

Nesse sentido Le Breton (2004), traz que a tatuagem é uma maneira de mediar à transição dos acontecimentos, de prender os símbolos e criar um ritual para esse momento de mudança, assim, cada marca se torna única, uma forma do indivíduo se diferenciar da maioria, por meio de seus registros singulares, mas mantendo sua individualidade no meio da sociedade, diferente das sociedades tradicionais que usavam os símbolos corporais para criar uma identidade coletiva.

A tatuagem assume um local de registro para diversos acontecimentos ao longo da vida, segundo Le Breton (2004), o corpo assimila a condição de arquivo e ao mesmo tempo local de decoração, assim, memória da existência, que não serão perdidas, por conta das marcas que modificam o corpo a partir de seus traços e das significações que dão a eles.

Entendo as individualidades de cada ser, e sabendo que mesmo dentro da sociedade cada experiência de vida é diferente e se expõe a movimentos diversos, tanto por eventos positivos, quanto negativos, logo as transições e mudanças geram respostas e assimilações diversas, assim, Le Breton (2004) afirma que o indivíduo busca a sua própria identidade, trazendo a partir dos seus registros corporais se afastar do local social comum e habitar dentro da sua imagem, assim, afirmando osu adquirindo a sua liberdade.

Desse modo o corpo e seus sentidos vão sendo construído ao longo da vida de cada pessoa, este vai sofrendo alterações, sendo ampliado e ressignificado, neste sentido Le Breton (2004) traz que este movimento se dá por conta de uma corpo inacabado e com imperfeições que vão contar com o esforço do seu titular para ser construído, completado e apropriado, esforço este que perdura por toda a vida. Seguindo o pensamento de Le Breton (2004) o indivíduo assume à soberania sobre o seu corpo, que personifica o sujeito e sua materialidade, sendo assim, criando à sua própria marca através do seu corpo, que é sua ligação primária com o mundo, ou seja, sua própria existência de forma concreta interagindo com o meio, criando um local no mundo onde os corpos coexistem, mas cada qual com suas diferenças, que são demarcadas pela experiência corporal de cada indivíduos.

AS DIVERGÊNCIAS ENTRE TATUAGENS COMERCIAIS E ARTÍSTICAS

Nem toda a tatuagem é identificada como arte. De acordo com Pereira (2016, p.103) existem “juízos artísticos e estéticos envolvidos para que a marca seja considerada arte”, visto que “o campo da arte é marcado por jogos de inclusão e exclusão, por sua natureza hierarquizante e hierarquizada, em que a arte cria diferenças”. Isso fez surgir uma questão: quais os aspectos que operam nessa hierarquização que faz com que algumas tatuagens sejam reconhecidas como arte enquanto outras, não?

Durante o processo de criação, os tatuadores tendem a classificar o tipo de tatuagem entre comercial e artística, como uma forma de valorizar o aspecto artístico dela, servindo como uma tática para incluir a tatuagem dentro do discurso da validação no campo da arte.

A tatuagem comercial – normalmente baseada na reprodução de desenhos que estão na moda – é vista entre os tatuadores como “vazia” e “sem significado”, no qual não há um processo criativo na produção do desenho, já que se trata de uma cópia. Já a tatuagem artística procura revelar sentidos e significados, algo único e distinto, em que o desenho é pensado de forma exclusiva para cada sujeito a partir de um significado exteriorizado. Aqui, percebe-se que entre os tatuadores “a definição do desenho não é algo trivial [...] mas é de fato a busca de 'algo' com o qual a pessoa se identifique e, nessa medida, adquira o valor de ser inscrito e eternizado no corpo” (PEREZ, 2006, p.185).

É importante frisar que, embora muitos tatuadores julguem a tatuagem comercial como algo desprovido de significado, esse não é um sentimento compartilhado pela pessoa que carrega na sua pele uma tatuagem classificada como tal. Segundo Perez (2006), há sempre no sujeito um sentimento de obrigatoriedade em construir um “conjunto de associações – uma história – para tentar explicar e/ou justificar o sentido da imagem escolhida, ela sabe que gosta de sua tatuagem [...] mas isso não é suficiente, pois também necessita inseri-la em seu universo de significação”. Entre os tatuadores entrevistados, a hierarquização é muito perceptível, já que existe uma resistência aos trabalhos em que a originalidade e a inovação não são valorizadas: “felizmente eu não trabalho com cópias, particularmente é algo que me incomoda” (GNANI, Tatuador).

Na cópia o processo hierarquizante também determina a diferença no modo como o tatuador e o sujeito se relacionam. Na tatuagem artística há um processo de interação entre o sentimento do sujeito e a colaboração do tatuador ao traduzir esses sentimentos em imagens, atuando como um “mediador do *self*” (PÉREZ, 2006, p.199): “gosto muito de saber a história por trás de cada trabalho e a importância dele. Tudo isso me ajuda a dar vida e eternizar essa expressividade na pele” (Gnani), mas a tradução não é um processo neutro, está imbricado na relação com as emoções do próprio tatuador.

MEDIAÇÃO E POSSESSÃO

Percebe-se que, para os nossos interlocutores, as tatuagens artísticas deixam transparecer as emoções do tatuador, não apenas as experiências emotivas, mas também as físicas, que estão imbricadas na experiência corporal, misturando sentimentos e sensações. Há um engajamento corporal por parte do tatuador durante o processo de criação que reflete durante toda a produção do seu trabalho.

Os tatuadores que foram entrevistados, afirmam que toda vez que começam uma nova tatuagem, uma corrente de sensações começa a fluir dentro deles, enquanto a agulha perfura o corpo, inúmeras emoções se manifestam. Assim, é possível pensar o papel deles como mediadores e atores dentro do processo. Sarnecki (2001) traz que alguns tatuadores se sentem no local de mediadores e xamãs, ou seja, se articulam entre as emoções, dores e percepções do cliente e a arte.

Com o objetivo de observar e descrever as atribuições de percepções e sentidos

durante o ato de tatuar dos tatuadores, começou o acompanhamento com o Gnani em cada seção. Embora a atenção esteja voltada para o momento de prática corporal que ocorre no estúdio, ele afirma que nem sempre as percepções e os sentidos começam no ato em si, mas variam muito: “eu tenho essas percepções corpóreas enquanto converso pessoalmente com o cliente”. Reforçando a ideia de que, durante o processo de criação, há um engajamento corporal. O corpo, especialmente a mão, não apenas como um instrumento de trabalho, mas um local que revela muitas percepções sobre o próprio corpo e o corpo do outro.

O André no papel de mediador tenta colocar mais as diretrizes de seus clientes, mas não deixando de expor suas marcas em cada trabalho, principalmente a fluidez das linhas “Eu estou buscando trazer mais a ideia da pessoa do que realmente ter minha ideia” (ANDRÉ, Tatuador). Há, no entanto, uma busca constante por algo que atribua um caráter artístico em seus trabalhos, uma “tentativa de apresentá-la como meio de expressão estética potencialmente inovadora, produtora de desenhos originais e criativos, e não apenas como reprodutora de exemplares iconográficos previamente instituídos, de valor estético limitado” (FERREIRA, 2006; 546). Principalmente, porque uma tatuagem única e inovadora não distingue apenas o indivíduo que a traz no corpo, distingue também quem a tatuou.

Cada tatuador se coloca em posição de mediador, cada qual ao seu estilo e a sua sensibilidade com os sentidos empregados sobre os seus trabalhos, seus clientes e suas próprias emoções. Ao compreender que as percepções corpóreas surgem antes mesmo da execução da tatuagem, ficou perceptível que há uma preparação corporal por parte do tatuador para desenvolver cada um dos trabalhos.



Figura 1 - Tatuagem Edgar Alan Poe

Fonte: Instagram, 2020

Para o tatuador, Gnani existem dois momentos fundamentais em sua preparação. O primeiro, por meio da utilização da maconha, momento que ocorre em sua casa ou durante o caminho para o estúdio. A maconha exerce a função de conexão consigo mesmo, serve para abrir sua criatividade, relaxar seu corpo, e prepará-lo para mergulhar em um mundo das sensações que estão por vir. O segundo momento, ocorre no estúdio, por meio da imposição das mãos no local do corpo que está prestes a ser tatuado, como modo de se conectar e sentir o corpo do outro. A relação entre suas mãos e o corpo do cliente é indexadora, no contato, eles se indexam um ao outro, tornando seu corpo confluyente com o do cliente, se transformando em uma unidade.

Já o André se reconhece como parte de cada projeto: “sinto o meu eu em cada

trabalho, nas linhas fluídas, nas áreas carregadas de preto, nos pequenos detalhes em cor". É uma forma de expressar aquilo que ainda não reconhece em si mesmo, mas que aponta para o "imperfeito e obscuro, fluído e distorcido". Como algo que reflete num espelho trincado ou como tinta espessa que flutua sob a água e cria formas inomináveis a cada movimento". Seus projetos são uma eterna busca que irão "precisar de muito mais linhas tortas antes que seja terminada".

Eu tenho sentimentos básicos para conseguir tatuar. Eu falo que meu trabalho é muito melancólico, eu já tive amigos que falaram "cara é verdade". Quando eu falo no meu trabalho eu sinto que é um trabalho triste visualmente falando, para mim quando tenho que representar coisas muito felizes, como família é muito difícil. No meu trabalho o sentimento básico é a melancolia, é uma coisa mais triste. Não é um trabalho alegre, são linhas pesadas. (ANDRÉ, Tatuador)



Figura 2 - Tatuagem Urso

Fonte: Instagram, 2019

André considera o projeto Urso como o trabalho mais difícil que já fez, “não de complexidade, mas de conseguir pensar”, foi o primeiro trabalho no qual buscou representar mais do que uma ideia, mas também um sentimento. Sua ideia principal era representar o medo de diferentes formas, “o medo sobre algo real, físico, o medo que habita nosso imaginário, facilmente distorcido por preocupações, paranoias e ansiedade, e por fim o medo que sentimos, sensações abstratas ou de difícil descrição que nos fazem recuar ou nos impede de prosseguir”. Trazer o medo próximo, marcando-o na pele,

“expressa que já não o considera algo muito maior, mas uma situação que proporcionou contemplação e evolução”. Abraçar o medo é tratá-lo como parte do processo que constrói o ser.

Tatuagens artísticas deixam transparecer as emoções do tatuador, não apenas as experiências emotivas, mas também as físicas, que estão imbricadas na experiência corporal, misturando sentimentos e sensações. Há um engajamento corporal por parte do tatuador durante o processo de criação que reflete durante toda a produção do seu trabalho.

TRAUMAS E ALTERNATIVAS PARA SUPERAÇÃO

Ao olhar para o corpo marcado por alguma situação traumática, o sujeito pode reviver, com dor e sofrimento, todo o processo que o fez ganhar essas chagas a um só tempo, sendo corporais e psíquicas. Alguns episódios vividos caracterizam uma situação de grande intensidade, com um afluxo tamanho de excitações que se torna maior do que a capacidade que o sujeito possui para lidar com eles (FILHO; SANTOS, 2006, p.123). Sendo assim, cicatrizes podem representar bem mais do que marcas deixadas no corpo, afetando o modo como o sujeito sente o mundo.

Cobrir com um desenho ou mensagem da escolha da pessoa pode dar novo significado àquelas marcas, possibilitando ao sujeito ser produtor de uma outra experiência, de um outro entendimento de vida para si, criando uma outra maneira de ser e estar no mundo.

Otte (2007) entrevistou pessoas que estavam retornando à Nova Orleans após a passagem do furacão Katrina. Um dos entrevistados relatou que a experiência de lidar com o trauma tinha que ser “performada” de maneira corporal para ser efetiva. Outros apontaram para uma desarmonia entre os sentidos; em seus relatos, o corpo não tinha acompanhado a mudança que havia ocorrido em seus corações e mentes.

A dissociação que ocorre após o evento traumático, segundo Sarnecki (2001) é por conta do rompimento da consciência e da velocidade dos acontecimentos, que faz com que crie um estágio de ansiedade, que move o sujeito a repetir a situação traumática na tentativa de ter controle sobre esse processo, ou seja, as pessoas que passam por eventos dolorosos,

tentam criar situações para tornar o inconsciente em um evento consciente, tendo assim, um certo tipo de domínio, seja sobre o fato ou sobre as memórias que ele gerou. Sarnecki (2001) diz que à criação de histórias para gerar curar sobre tais eventos, seria chamado de “luto criativo”, desvinculando a dor e trazendo um status de sobrevivência e dissipação da zona cinzenta causada pelo trauma, seguindo essa lógica o autor traz que em certos casos a marcar para encarnar o trauma é feita no mesmo local onde ocorreu a dor, trazendo de novamente a imagem da apropriação do evento a partir da repetição.

Maxwell (2017) discorre sobre como, em suas entrevistas, mulheres tatuadas relatam que a tatuagem serviu como uma forma de encerrar um capítulo, de colocar o trauma em um ponto de sua história e deixar de vivê-lo constantemente. Considerando que um dos efeitos do trauma é a repetição das situações, existe um poder terapêutico em conseguir, definir esse encerramento e mudança de perspectiva, pois, embora a tatuagem carregue consigo um importante elemento de permanência, o corpo tatuado ainda é capaz de uma certa maleabilidade simbólica, permitindo uma reinterpretação constante possibilitando que o indivíduo ressignifique seu trauma, e portanto crie uma narração do corpo, sobre o corpo (OKSANEN E TURTIAINEN, 2005). Assim, a tatuagem pode ser uma forma de reorganizar eventos e sentimentos caóticos de forma ordenada, em uma ordem particular e subjetiva.

TATUAGENS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO EU

O corpo é um ponto de localização no mundo e na teia social, a partir dele as modificações podem ocorrer tanto para inclusão, como para exclusão, Le Breton (2004), traz que o conflito entre sentidos e valores dificulta as relações, visto que cada sujeito ao descobrir seus próprios traços acaba por temer ao limites de identidade postos pelo mundo, mas para encontrar suas marcas subjetivas ele deve enfrentar e se distanciar deles limites posto, afirmando a sua liberdade, criando os seus próprios limites, historias, marcos e representações, o corpo assume um local de domínio e poder, que pode ser transformado a partir da vivência de cada indivíduos consigo e com o mundo, não mais o mundo ditando as regras sobre ele, mas o domínio da ação e da apresentação dele agora está posto sobre seu possuidor, se o evento traumático retira do sujeito esse poder, a tatuagem assume o meio pelo qual o indivíduos irá retomar o seu nato poder sobre si.

Para Le Breton (2004) o corpo neste papel deixa de ser um simples matéria irreduzível, mas um local de transformação que acompanha quem o possui, local que é transitório e que pode a todo momento sofrer alterações e ressignificações, assim, um ambiente de metamorfoses a partir de uma quebra dos padrões sociais, mas ligados ao anseios pessoais de quem está no controle do processo, de quem está se transformando em algo novo e de ser matéria prima de si.

As tatuagens já vem servindo a algum tempo como instrumento para criação de identidades e familiarização com grupos ou diferenciações, assim sendo, um meio de modificação que pode atender às projeções de cada pessoa, e servir como aporte para trazer o domínio sobre o corpo e sobre a imagem que se tem de si.

Algumas pessoas que estão inseridas em contextos que envolvem estúdios de tatuagens, vem se apropriando dessa ferramenta para superação de traumas e enfrentamentos de certos tipos de dores, transtornos psíquicos, tratamentos e terapias. Diante de algumas procuras particulares por esses métodos com este intuito alguns profissionais sensíveis a temática vem criando projetos voltados ao uso dos seus trabalhos artísticos para atender a este caminho que se abriu através das tatuagens.

Como exemplo temos o projeto Florescer, que já tem mais de oito anos na ativa, o fomento começou a partir da Simone, que era uma cliente que tinha feito o processo de mastectomia e tinha retirado uma parte da mama, por conta disso ela procurou o trabalho do Rodrigo Catuaba¹, para que fosse reconstruído o seu mamilo e que as cicatrizes fossem cobertas, assim, por conta do trabalho e da conversa que ele teve com ela sobre o câncer de mama, surgiu a ideia do projeto que é feito de forma gratuita, o trabalho na Simone foi cobrado, mas com a implementação do Florescer os trabalho se tornaram livres de custos.

Sabemos que os custos de uma tatuagem em regra são caros, tanto pela qualidade dos materiais, os tipos dos equipamentos, o grau de dificuldade, o trabalho do tatuador e demais fatores, mas podemos criar uma categoria chamada de tatuagens sociais, que são trabalhos sem custos para o cliente e que geral de alguma forma um benefício social, mesmo que através da manutenção de vida de um indivíduo específicos, mas que em larga escala abarca um grupo de pessoas vulneráveis de alguma forma tanto econômico quanto

¹@rodrigocatuaba

outros aspectos, como é o caso do projeto Floresce, que atendem um grupo específico de mulheres que passaram pelo processo do câncer de mama.

Rodrigo Catuaba começou a fazer a divulgação de forma independente, levou a foto do trabalho feito na Simone até a AMA (Associação das Mulheres Mastectomizadas) para apresentar o projeto, que vem tendo aderência desde então, tanto que os médicos que fazem os procedimentos recomendam às mulheres ao projeto, o atendimento ocorre todas às segundas-feiras das 09:00h até às 12:00h. Hoje o projeto conta com o Rodrigo Catuaba e mais dois tatuadores o Marcos Carpi² e Diego Belmiro³, que se juntaram tanto por conta da afinidade e para agilizar os atendimentos, o Marcos e o Diego ficam encarregados de tatuarem as cicatrizes e o Rodrigo em reconstruir os mamilos das mulheres.

Além deste projeto, existe outro que se chama The Semicolon Tattoo Project (Projeto de tatuagem ponto e vírgula) que fica nos Estados Unidos da América, o projeto começou em 2013 através das redes sociais. Teve início com Amy Bleuel, que usou a tatuagem como meio de marcar em seu corpo o sinal do ponto e vírgula após o suicídio do seu pai; o projeto iniciou com o intuito de mostrar às pessoas que elas não estão passando por seus temores e dificuldades sozinhos.

O projeto tem um foco em trabalhar com pessoas que lidam ou possuem tendência à depressão, ao suicídio ou doenças similares. A ideia inicial era que as pessoas tatuassem o ponto e vírgula e compartilhassem suas histórias nas redes; o símbolo é utilizado por conta do seu significado gramatical, uma vez que o ponto é utilizado para encerrar uma sentença no texto, mas utiliza o símbolo com a vírgula para continuar a sentença no mesmo parágrafo.

Para a idealizadora do projeto, o símbolo significa que a pessoa é o autor de sua vida e que decidiu continuar a escrevê-la. O projeto tem alcançado muitas pessoas, que começaram a compartilhar suas histórias, ajudando outras a seguirem e a se envolverem com a arte.

²@ marcscarpi_

³@diegobelmirotattoo

CONCLUSÕES

As tatuagens como apresentado no texto não fazem somente parte de uma construção ou identificação com um grupo, mas possibilitam a criação de identidades individuais, onde cada indivíduo pode se diferenciar do seu grupo e registrar em sua pele marcas que ultrapassam a cena estética, como por exemplo a superação de traumas ou o lidar com eles. Os traumas e as dores tendem a criar uma quebra de consciência nas pessoas por conta do choque que é causado durante a experiência, que muitas vezes faz com que este perca o controle de suas emoções, percepções e até memórias, como apresentado na pesquisa à tatuagem pode ser o meio pelo qual os indivíduos recuperam o controle, podem usar as marcas para superar traumas, como registro e superação de períodos de dificuldade.

Dois projetos que trabalham com a tatuagem no processo de superação de traumas foram apresentados; o projeto Florescer que possibilita a reconstrução dos mamilos e cobertura das cicatrizes em mulheres que enfrentaram a cirurgia de mastectomia por conta do câncer de mama, e agora podem recuperar a autoestima, o domínio de suas narrativas, sobre o seu corpo e carregam através da tatuagem uma marca de resistência e de vida sobre a doença enfrentada.

Já o projeto Ponto e Vírgula, lida com o compartilhamento de histórias escritas por sobreviventes e por pessoas que estão enfrentando traumas e transtorno psicológico, mas que decidiram seguir suas vidas e cooperar com outras tantas que estão passando por situações parecidas, criando uma rede de apoio e quebrando a solidão dos processo traumáticos e abrindo caminhos para a arte, uma vez, que as tatuagens abrem caminhos não só para as marcas corporais. Assim, os projetos cruzam a arte/tatuagem com a sobrevivência e suas alternativas nos enfrentamentos de eventos traumatizantes e dolorosos.

REFERÊNCIAS

CSORDAS, T. *Corpo, significado, cura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LE BRETON, D. *Antropologia do corpo e modernidade*. 3.ed.–Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

LE BRETON, D. *Sinais de identidade: Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Lisboa: Miosótis. Edição e Distribuidora, 2004.

MAXWELL, December Renee. Phoenix Ink: Psychodynamic Motivations for Tattoo Attainment by Survivors of Trauma. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, University Of Arkansas, Fayetteville, 2017. Disponível em: . Acesso em: 10 out.2021.

OKSANEN, Atte; TURTIAINEN, Jussi. A Life Told in Ink: Tattoo Narratives and the Problem of the Self in Late Modern Society. *Auto/biography*, [s.l.], v. 13, n. 2, p.111-130, jun. 2005. Portico. Disponível em . Acesso em 16 out. 2021.

OTTE, M. The Mourning After: Languages of Loss and Grief in Post-Katrina New Orleans. *Journal Of American History*, [s.l.], v. 94, n. 3, p.828-836, 1 dez. 2007. Oxford University Press (OUP). Disponível em: . Acesso em: 17 out. 2021.

PEREZ, A.L. A identidade à flor da pele: etnografia da prática da tatuagem na contemporaneidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 179-206, Apr. 2006.

SANTO S FILHO, F. C. do; SANTOS, D. M. W.do. Memória, dor e ressignificação. *Revista de estudos criminais*, v. 5, n. 18, p. 25-29, abr./jun., 2005. Disponível em <[http://sbpdepa.org.br/site/wp-content/uploads/2017/03/Memoria dor e ressignificação.pdf](http://sbpdepa.org.br/site/wp-content/uploads/2017/03/Memoria_dor_e_resignificacao.pdf)> Acesso em: 16 out. 2021.

STEILL, C. A Prefácio. In: CSORDAS, T. *Corpo, significado, cura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Referências sobre os projetos

<https://hbjunior19.wordpress.com/2020/01/10/o-importante-significado-da-tatuagem-de-ponto-e-virgula/>

AUTORES

Akaliny Araújo Martins da Silva

Discente de Iniciação Científica do Curso de Psicologia na Universidade Potiguar/
Ecosistemas Ânima.

Amanda Rafaela dos Reis

Farmacêutica em Rondônia.

Antonio Jorge Fernandes

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima, BR / Universidade de Aveiro, PT.

Caroline de Moura Guilherme

Discente de Iniciação Científica do Curso de Psicologia na Universidade Potiguar/
Ecosistemas Ânima.

Chrystine Pereira da Silva

Discente de Iniciação Científica do Curso de Psicologia na Universidade Potiguar/
Ecosistemas Ânima.

Clédissa Ramone Fernandes de Oliveira Gurgel

Mestranda em Psicologia Organizacional e do Trabalho na Universidade Potiguar/
Ecosistemas Ânima.

Dayane Jhennyfer Andrade Munhoz

Farmacêutica em Rondônia.

Gisele Ávila Soares Marques

Discente de Iniciação Científica do Curso de Psicologia na Universidade Potiguar/
Ecosistemas Ânima.

Ionara Dantas Estevam

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima. LABAVAPSI - Laboratório de Avaliação
Psicológica - Natal, RN, Brasil.

Ismael Higor Cardoso Duarte

Cientista Social pela PUCPR, Mestrando em Antropologia Social - PPGAS UFSC.

Juliana Bianca Maia Franco

Mestre em Psicologia pela Universidade Potiguar. Docente no Instituto Federal do Ceará.

Nilton Soares Formiga

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima. LABAVAPSI - Laboratório de Avaliação Psicológica - Natal, RN, Brasil.

Rebeca de Souza Vieira

Mestranda em Antropologia Social/UFSC.

Ricardo Ovídio de Oliveira Lima

Mestre em psicologia pela Universidade Potiguar. Docente na Faculdade São Vicente, Alagoas-SE, Brasil.

Rosilene Marchesini da Silva Souza

Farmacêutica em Rondônia.

Tamara de Castro Ribeiro

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima - Natal, RN, Brasil.

Thalita Kelle Pires Beserra

Mestre em psicologia pela Universidade Potiguar. Docente na Faculdade São Vicente, Alagoas-SE, Brasil.

Vinicius Monteiro de Barros Whebe Salum

Universidade Potiguar/Ecosistema Ânima - Natal, RN, Brasil.

ISBN 978-658488504-2



9

786584

885042

EDITORA
UNION